



COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – MG

CNPJ: 02.375.913/0012-70

“Construirão casas e nelas habitarão, plantarão vinhas e comerão seus frutos. Ninguém construirá para outro morar, ninguém plantará para outro comer, porque a vida do meu povo será longa como a das árvores, meus escolhidos poderão gastar o que suas mãos fabricarem” (Profecia do Livro de Isaías, na Bíblia – Isaías 65,21-22)

Relatório das Ocupações Urbanas e Camponesas e Comunidades Tradicionais em conflitos socioambientais ameaçadas de despejo em Minas Gerais

Belo Horizonte, MG, 22 de setembro de 2020.

A pedido de alguns bispos, que, sob a liderança do Arcebispo Dom Walmor de Azevedo Oliveira, presidente da CNBB e arcebispo de Belo Horizonte, participarão de reunião com o presidente do TJMG, o desembargador Gilson Soares Lemes, a Comissão Pastoral da Terra, em Minas Gerais, preparou o Relatório, abaixo, na esperança de quem possa subsidiar decisões judiciais e políticas no sentido de garantir o direito constitucional à terra e à moradia digna e adequada, conforme pede o papa Francisco: *“Que nenhuma pessoa/família fique sem terra, sem moradia e sem trabalho com direitos respeitados.”*

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Minas Gerais, **diante da barbárie que foi o despejo truculento e genocida no Quilombo Campo Grande, do MST, em Campo do Meio, no sul de Minas Gerais, dias 12 a 14 de agosto de 2020, como Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fiel à sua missão junto aos camponeses, estamos comprometidos/as na luta ao lado de todos os Movimentos Sociais Populares do Campo e da Cidade, para que seja DECRETADO DESPEJO ZERO DURANTE A PANDEMIA.** Por isso apresentamos este **Relatório das Ocupações Urbanas e Camponesas e Comunidades Tradicionais em conflitos socioambientais ameaçadas de despejo no estado de Minas Gerais**, no campo e na cidade, comunidades tradicionais em processo de retomada de seus territórios e outras comunidades que estão na mira de despejo inclusive pela ação minerária predatória de grandes mineradoras em conluio com o Estado.

Com área de 586.519,7 km², o que equivale a 58.651.972,7 hectares¹ e índice de Gini² de 20063 da ordem de 0,795, segundo dados do INCRA, em 2015, **o estado de Minas Gerais, entre 1986 e 2015, conta com 412 assentamentos para fins de Reforma Agrária**, sendo 335 assentamentos implementados pela SR-6 (Superintendência Regional de Minas Gerais), onde **vivem 15.965 famílias assentadas**, em 884.868,24 hectares de área (Dados do INCRA),⁴ e 77 assentamentos no noroeste de Minas⁵, implementados pela Superintendência

¹ Fonte: Censo agropecuário de 2006.

² O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo PNUD, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete países apresentam maior concentração de renda.

³ Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985/2006.

Regional do INCRA de Brasília e do Entorno (SR-28) (Dados da Tese de Doutorado de Gilvander Luís Moreira, na FAE/UFMG, de 2017, sobre a LUTA PELA TERRA: PEDAGOGIA DE EMANCIPAÇÃO HUMANA? Experiências de luta da CPT e do MST).

“Segundo Estatísticas Cadastrais do INCRA, dados de 2014, **o estado de Minas Gerais possui área de terras potencialmente públicas devolutas de 13.398.101 hectares (22,8%), quase todas elas griladas por fazendeiros, grandes empresas ‘reflorestadoras’ - na verdade, eucaliptadoras**” (Dados da Tese de Gilvander Luís Moreira).

“**Parte do patrimônio imobiliário da COHAB são mais de 2.100 imóveis totalizando aproximadamente R\$ 350 milhões entre terrenos de pequeno, médio e grande porte, além de imóveis residenciais e comerciais que foram colocados à venda**” (Dados da COHAB, no link:

<http://www.cohab.mg.gov.br/em-plataforma-virtual-cohab-e-bdmg-firmam-parceria-para-criar-fundo-imobiliario/> - Já ouvimos que a COHAB, do Governo de Minas Gerais, tem mais de 5.000 imóveis no estado.

Existem 1984 processos judiciais de despejo (reintegração de posse) tramitam na Vara Agrária do TJMG.

CONFLITOS POSSESSÓRIOS COLETIVOS RURAIS AUTUADOS E PROCESSADOS NA VARA AGRÁRIA DE MG: "... o acervo de feitos físicos é de 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) (relatório SISCOM maio/2020); enquanto que o do Processo Judicial Eletrônico (PJe) equivale a 1.529 (mil, quinhentos e vinte e nove) processos ativos (relatório SIJUD) (FONTE: Arquivo do Advogado Dr. ÉLCIO PACHECO - processo nº PROCESSO Nº 5000669-42.2019.8.13.0073 - Conforme despacho contido no id. 122412663).

CONFLITOS POSSESSÓRIOS RURAIS EM TRÂMITE NA Justiça FEDERAL em MG: 3 em Montes Claros; 5 em Teófilo OTONI; 1 em JANUÁRIA; 1 em JANAÚBA; 1 em Belo Horizonte (Fonte: advogado das comunidades rurais - ELCIO PACHECO OAB MG 117511).

USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL RURAL, 40 casos em BAMBUÍ/MG.

Processos de famílias que foram despejadas e perderam tudo com as enchentes: centenas de famílias, em Belo Horizonte.

No **Relatório da Mesa de Negociação do Governo de MG com as Ocupações Urbanas e Rurais e comunidades em conflitos socioambientais, de final de 2018**, apresentado pelo então coordenador da Mesa de Negociação, Fernando Tadeu, **consta uma LISTA de 309 Ocupações em todo o estado de Minas Gerais, sendo 122 Ocupações cujos processos foram tramitados na Mesa de Diálogo e o resultado foi positivo, chegando-se a um desfecho que evitou o despejo ou encaminhou alternativa digna prévia e outras 187 Ocupações, cujos processos foram levados para a Mesa de Negociação, mas não se chegou a um resultado positivo. Há risco de despejo em mais de 200 Ocupações urbanas e camponesas e Comunidades Tradicionais em processo de retomada de suas terras no estado de Minas Gerais.**

O prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, dia 12 de março de 2018, baixou decreto declarando 119 Ocupações da Capital mineira como Assentamentos de Interesse Social, são ocupações dos últimos 13 anos, nas quais foram construídas mais de 30.000 casas de alvenaria, são mais de 30.000 famílias que conquistaram na luta coletiva e na raça a libertação da pesadíssima cruz do aluguel e da humilhação que é sobreviver de favor. Entretanto quase

⁴ Dados disponíveis em <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>

⁵ Os municípios de Paracatu, Unaí, Arinos, Buritis, Formoso, Urucuaia e Uruana de Minas, no Noroeste de Minas, pertencem à SR-28 do INCRA do Distrito Federal e Entorno.

todas essas 119 Ocupações só de BH correm ainda risco de despejo, pois estão sob a tensão de processos judiciais e a maioria com liminares de reintegração não cumprida. É claro que o decreto do prefeito dificulta o despejo, mas a prefeitura de BH ainda não encaminha processos de regularização fundiária e nem de urbanização.

Em 2019, a CPT registrou no Brasil 1.254 Ocupações despejadas, sendo 10.362 famílias despejadas e outras 25.546 famílias ameaçadas de despejos. Em 2020 os dados ainda estão sendo tabulados pela CPT, mas destacamos as seguintes conflitos graves em Ocupações nos estados, a título de exemplo, estão na mira de despejos iminentes: Sul e Sudeste do Pará: 27 áreas, com 3942 famílias; Paraná: 08 áreas com 1.355 famílias; Mato Grosso: 05 áreas com 850 família; Paraíba: 06 áreas, num total de 814 famílias; Pernambuco: 12 liminares com 550 famílias; Goiás: 08 áreas com 885 famílias.

Observamos que pelo tamanho do nosso estado e pelo número elevado de Ocupações/comunidades que têm a espada de Dâmoques sobre a cabeça e também milhares de famílias que estão sendo vítimas de despejos individuais, **o nosso relatório É INCOMPLETO, pois tivemos tempo para fazer um Relatório completo.** Entretanto, o que segue, abaixo, já é o suficiente para subsidiar decisões do TJMG no sentido de garantir o respeito à dignidade da pessoa humana durante a pandemia, pelo menos.

=====

RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES SOB AMEAÇA DE DESPEJO EM MG

O **Movimento Luta Popular** acompanha as seguintes Ocupações em gravíssimo risco de despejo:

1 - Ocupação Professor Fábio Alves, com 700 famílias, ocupam um terreno que estava abandonado, no Barreiro, em Belo Horizonte, há 1 ano e 10 meses, mais 400 casas já construídas em Alvenaria.

2 - Ocupação William Rosa, com 400 famílias recebendo subsídio aluguel após terem sido despejadas da Ocupação. Estão há dois meses sem receber, pois COHAB e Prefeitura de Contagem pararam de pagar conforme acordo firmado. A situação de despejo está colocada já temos 4 famílias que foram despejadas por não pagarem o aluguel, despejo silencioso.

3 – Ocupação Marião, com 30 famílias - recebem subsídio aluguel, estão há dois meses sem receber, pois COHAB parou de pagar. A situação de despejo está colocada já temos algumas famílias que foram despejadas por não pagarem o aluguel, despejo silencioso.

Ocupações acompanhadas pelo Movimento de luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), 20 em BH e Nova Lima:

Em Belo Horizonte:

4 - Ocupação Eliana Silva (aproximadamente 350 famílias), no Barreiro:

5 - Ocupação Paulo Freire (aproximadamente 150 famílias), no Barreiro:

6 - Ocupação Nelson Mandela (aproximadamente 400 famílias), no Barreiro:

7 - Ocupação Horta (aproximadamente 300 famílias), no Barreiro:

8 - Ocupação Camilo Torres (junto com a Ocupação Irmã Dorothy, aproximadamente 300 famílias), no Barreiro:

9 - Ocupação Irmã Dorothy (junto com a Ocupação Camilo Torres, aproximadamente 300 famílias):

10 - Ocupação Olaria (aproximadamente 300 famílias), no Barreiro:

- 11 - Ocupação Carolina Maria de Jesus** (200 famílias), no centro de Belo Horizonte:
- 12 - Ocupação Vila da Conquista** (aproximadamente 50 famílias), no Havaí/Ventosa:
- 13 - Ocupação Vila Esperança** (aproximadamente 100 famílias), no Betânia, ao lado do Anel Rodoviário:
- 14 - Ocupação Rosa Leão**, da Izidora
- 15 – Ocupação Esperança**, da Izidora;
- 16 – Ocupação Vitória**, na Izidora;
- 17 - Ocupação Helena Greco.** As 4 Ocupações da Izidora são aproximadamente 9.000 famílias e são acompanhadas pelo MLB, Brigadas Populares e CPT):
- 18 - Ocupação Vila Nova** (aproximadamente 300 famílias), no Jaqueline:

No município de Nova Lima:

- 19 - Ocupação Nova Canãa** (aproximadamente 60 famílias);
- 20 - Ocupação Galo** (aproximadamente 15 famílias);
- 21 - Ocupação dos Maias** (aproximadamente 80 famílias);
- 22 - Ocupação Vila da Mata** (aproximadamente 150 famílias)

Além disso, também corre risco de despejo a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, casa de apoio a mulheres em situação de violência de gênero construída através de uma ocupação promovida pelo Movimento de Mulheres Olga Benário com o apoio do MLB, que até hoje permanece na parceria de construção desse equipamento de utilidade pública.

Essa possibilidade de despejo existe, pois até hoje a posse do movimento social sobre o imóvel onde funciona a Casa Tina Martins (rua Paraíba, 641) é questionada pelo Governo Estadual.

Importante destacar a gravidade do processo de perseguição e violência que é levada a cabo contra o MLB em Minas Gerais levou o Tribunal Internacional dos Despejos, espaço de denúncias realizado pela AIH (entidade internacional de defesa do direito humano de morar dignamente) no ano de 2018 a reconhecer que essa perseguição e violência contra o MLB em MG fosse reconhecido como o 6º caso de conflitos fundiários mais grave em relação a violações de direitos humanos no Brasil.

O MTST acompanha as seguintes Ocupações em gravíssimo risco de despejo:

- 23 - Ocupação na Fazenda Garça**, com 108 famílias, há 7 anos, no município de Fronteira, no Triângulo Mineiro,
- 24 - Ocupação na Fazenda Pântano**, há 7 anos, com 28 famílias, no município de Fronteira, no Triângulo Mineiro. Essas duas Ocupações constituem o Acampamento Beira Rio, situado na de Fronteira/MG e é composto por duas ocupações na Fazenda Garça e Pântano, possui 138 famílias divididas nas duas áreas. As famílias ocupam o local desde o ano de 2013 e se dividem na Fazenda Garça e 28 na Fazenda Pântano. O número de pessoas chega a aproximadamente 450.

Ocupações/Retomadas sob risco de despejo nos municípios de Itacarambi e São João das Missões, onde centenas de famílias estão na luta pelo território que vai até o Rio São Francisco. Estão em 05 áreas de retomada, próxima e na beira do Rio São Francisco. Existe ameaça principalmente nas áreas de retomada, pela terra, pela água e os conflitos têm aumentado a cada dia.

- 25 – Ocupação/Retomada Vargem Grande,**

26 - Ocupação/Retomada Morro Vermelho,

27 - Ocupação/Retomada Caraíbas

28 – Ocupação/Retomada Dizimeiro,

29 - Comunidade Tradicional Vazanteira de Pau Preto, na Fazenda Catelda, no entorno do Parque Estadual Verde Grande, no município de Matias Cardoso, norte de MG. Retomada do Território: 24/07/2011. Número famílias: 74 famílias. Apoio: Comissão Pastoral da Terra e Articulação Rosalino de Povo e Comunidades tradicionais. Área em conflito 5.800 hectares.

30 - Quilombo de Praia composto por cinco Comunidades, há 5 anos, no município de Matias Cardoso. quilombolas, com 84 famílias. Retomada do Território: Em 05/07/2015. Área em conflito: 1.940 hectares. Empresa Vale do São Francisco /dos Associados do Jornal do Diário de Minas.

31 - Ocupação Famílias Camponesas Sem Terra, com 19 famílias, na Fazenda Califórnia, no município de Matias Cardoso.- Empresa FAREVASF (Fazendas Reunidas do Vale do São Francisco). Data da Ocupação: Janeiro de 1998. Área ocupada: Cerca de 500 hectares. Movimento que acompanha: Liga Camponesa dos Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia. Processo na Vara Agrária MG.

32 - Quilombo de Lapinha, com 114 famílias, no município de Matias Cardoso. Empresa FAREVASF Fazendas Reunidas do Vale do São Francisco/ IEF Instituto Estadual de Floresta. Data da retomada do território quilombola, 30/09/2006. Área em demanda: 1.454 hectares. Observação: Em 27/12/19, o Governador de Minas Fernando Pimental decretou a área para fins social a ser incorporado no território quilombola que está em processo de Regularização e titulação.

- Áreas onde as famílias foram Despejadas por ordem judicial pela Vara de Conflitos Agrários, e que ainda permanece o conflito. Em algumas áreas as famílias retornaram..

33 - Ocupação: Famílias Camponesas Sem Terra no município de Manga, com 80 famílias, na Fazenda Marilândia/Proprietário Walter Arantes (Valtinho). Área: 2400 hectares. Data da Ocupação: Fevereiro de 1998. **Foram 12 despejos consecutivos.** As famílias retornaram novamente e continuam o conflito sem solução.

34 - Ocupação: Famílias de Camponeses Sem Terra. Comunidade Olaria Barra do Mirador. Número: 52 famílias. Na Fazenda Mata Japoré/ Proprietário Walter Arantes (Valtinho), no Município Miravânia Extremo Norte de Minas. Área em disputa: Cerca de 6000 hectares. Data da ocupação: Ano 2000. Data do despejo: 10 e 11/07/19. Movimento que acompanha: Liga Camponesa dos Pobres do Norte de Minas e Sul da Bahia.

- **Conflito Sócio Ambiental, Sem Ação de Reintegração de Posse, ameaçadas de expulsão pelo Estado.**

35 - Comunidade Tradicional Vazanteira Ilha Pau de Légua. Número: 64 famílias. Conflito Sócio Ambiental, Parque Estadual da Mata Seca. (Gestor IEF) Instituto Estadual de Floresta MG. Município de Manga.

Obs.: Nesse curto prazo, não foi possível registrar aqui todas as áreas em conflito. Sabemos que em outros municípios da região norte de MG o número de Comunidades tradicionais, quilombolas, vazanteiras e Sem Terra, que sofrem violação dos direitos, ameaças e opressão por parte de Empresas, Latifundiários, é bem maior.

Triângulo mineiro e norte de minas.

Uberlândia-MG

36 – Ocupação Fidel Castro - 1ª Instância - 5021828-02.2016.8.13.0702 – Agravo de Instrumento - 0976692-22.2016.8.13.0000 – 920 Famílias.

37 – Ocupação Santa Clara - 0820930-46.2013.8.13.0702 – 700 Famílias

38 – Ocupação Irmã Dulce - 0702088-10.2013.8.13.0702 – 700 Famílias.

39 – Ocupação Maná - 0567549.10.2013.8.13.0702 – 1.200 Família

40 – Ocupações no Bairro Morada Nova – Diversos processos, com cerca de 2.000 famílias, todas ajuizadas pelo Município de Uberlândia/MG.

41 – Ocupação na Zona Oeste de Uberlândia/MG, próximo ao Anel Viário - 4975680-11.2008.8.13.0702 – 120 Famílias.

42 – Bairros Dom Almir, Prosperidade, Celebridade e Joana D’arc – 2.000 Famílias atingidas por diversos processos.

Importante ressaltar, que somente o município de Uberlândia/MG, tem em tramitação, atualmente mais de 40 (quarenta) ações possessórias contra diversas pequenas comunidades espalhadas pelo município, sendo que muitas dessas comunidades atendem aos requisitos da Lei 13.465/17 para receberem a Regularização Fundiária dessas áreas. Neste sentido, e indo no encontro do intuito desta presidência de fomentar a conciliação, sugerimos a formação de uma Câmara Técnica, para avaliar e realizar a aplicação da Regularização Fundiária de áreas que atendam aos requisitos da lei, com participação deste Tribunal, destes patronos, da Defensoria Pública, Ministério Público e do Município.

Gurinhata – MG

43 - Acampamento arco-íris - 5004000-69.2017.8.13.0342 - margens da MG 497- 60 famílias – ameaça de despejo irregular por parte de jagunços além do procedimento formal de reintegração de posse.

Fronteira – MG

44 - Acampamento Beira Rio - Carta precatória 5000553-92.2017.0271. – procedimento vara agrária **0024.13.3746594** – fazenda garça e pântano – **128 famílias.**

Montes Claros – MG

45 - Ocupação Beira Rio – ameaças de despejo irregular por parte da prefeitura - **40 famílias**

46 - Ocupações Bocaiúva – ameaças de despejo irregular por parte da prefeitura - **50 famílias**

=====

47 - Ocupação Candeeiro

A ocupação Candeeiro, localizada na cidade de Belo Horizonte/MG, se constituiu em um terreno completamente abandonado e sem uso há décadas, um vazio urbano ilhado em meio à uma zona urbanizada e edificada. O imóvel classificado como Área de Especial Interesse Social-1, ou seja, reconhecido oficialmente como um vazio urbano que deve ser destinado à moradia de interesse social. Contudo, além do abandono do imóvel por décadas, sem posse ou qualquer utilização concreta, mesmo o procedimento do alegado empreendimento que o suposto proprietário afirma pretender fazer no local, se encontra sem qualquer movimentação junto à Prefeitura desde o ano de 2011. Além disso, o imóvel acumula débitos de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) desde o ano de 2013, somando uma dívida de mais de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais). Ou seja, uma situação de evidente descumprimento da função social da propriedade que, pela ausência de posse e descumprimento até mesmo das obrigações tributárias, demonstra o completo abandono do imóvel, retido para fins meramente especulativos.

Número de famílias: 50.

Número do processo: TJMG, 1.0000.17.061726/002.

Já ocorreu audiência de mediação no CEJUSC. Tendência de julgamento determinando o despejo.

Acompanhamento: Brigadas Populares.

48 - Ocupações de Timóteo, no Vale do Aço

Ao longo do ano de 2012 se formaram as ocupações conhecidas como ocupação do Posto, Massaranduba, Bálsamo, Pinho de Riga, Canela, Ébano, Macuco e da Igreja Católica. A primeira, com cerca de 40 famílias se constituiu em um terreno baldio privado, próximo a um posto de gasolina que inspirou seu nome entre os moradores locais, um vazio repleto de mato em meio à zona urbana de um bairro popular. As demais, com cerca de 400 famílias, se constituíram em áreas públicas municipais sem utilização em diferentes localidades próximas, também em bairros populares vizinhos.

No caso da ocupação do Posto, o terreno foi reivindicado por seu suposto proprietário em uma ação de reintegração de posse (TJMG, 0046309-04.2012.8.13.0687). Após várias audiências de justificação e emendas à petição inicial, mesmo diante da ausência de provas e de vícios processuais, o Juízo da Comarca de Timóteo deferiu a liminar determinando o despejo. Levada a questão ao Tribunal, foi suspensa e posteriormente revogada a liminar, à unanimidade, exatamente ausência de prova da posse anterior do suposto proprietário. Dando seguimento ao processo e produzidas provas, mesmo com a insuficiência e contradições entre as provas do autor e mediante cerceamento de defesa dos moradores, o Juiz determinou a reintegração de posse em sentença. Levada também a questão ao Tribunal, foi anulada a sentença por cerceamento de defesa, em razão do indeferimento ilegal da oitiva das testemunhas dos moradores. Retornando o processo e ouvidas as testemunhas, o Juiz manteve a posição, determinando mais uma vez o despejo em nova sentença, que foi novamente levada ao Tribunal e confirmada a reintegração de posse através de julgamento presencial em contrariedade às normas do próprio Tribunal.

Já no caso das ocupações Massaranduba, Bálsamo, Pinho de Riga, Canela, Ébano, Macuco e da Igreja Católica, após violentas e frustradas tentativas de despejo com aparato policial, os terrenos foram reivindicados por ação de reintegração de posse proposta pelo Município de Timóteo (TJMG, 0023035-11.2012.8.13.0687, 2012). O Juiz da comarca de Timóteo deferiu a liminar determinando o despejo, que foi suspenso pelo Tribunal de Justiça poucas horas antes do cumprimento. Contudo, posteriormente o Tribunal indeferiu o recurso, retomando a vigência da ordem de despejo, que só foi novamente suspensa por recursos posteriores. Também foi interposta ação civil pública pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais com objetivo de obrigar o Estado e o Município a garantirem a permanência das famílias mediante a regularização fundiária a urbanização da área (TJMG, 0031921-96.2012.8.13.0687, 2012). A ação de reintegração de posse e a ação civil pública foram declaradas conexas e em sentença foi determinado o despejo, confirmando a antecipação dos efeitos da tutela com prazo de sessenta dias para cumprimento pela Polícia Militar e, contraditoriamente, que o Município e o Estado

promovessem a inclusão dos moradores com renda de 0 (zero) a 3 (três) salários mínimos em programas habitacionais, desde que preenchidos os respectivos requisitos legais, no prazo de 90 (noventa) dias contados do trânsito em julgado, ou seja, com o despejo para se realizar antes da inclusão nos programas habitacionais. Interposto recurso de apelação, o Juiz se manteve inerte em promover o juízo de admissibilidade, impedindo a concessão de efeito suspensivo, que só foi obtido por meio de uma cautelar inominada junto ao Tribunal ainda sob a vigência do Código de Processo Civil de 1973 (TJMG, 0819134-21.2015.8.13.0000, 2015). Todas as ações conexas dependem de julgamento final pelo Tribunal de Justiça e o CEJUSC suspendeu os feitos e enviou os processos para a Mesa de Diálogo.

Acompanhamento: Brigadas Populares

49 - Ocupação Tomás Balduino – em Ribeirão das Neves

A ocupação Tomás Balduino está no distrito de Justinópolis, bairro Santa Margarida, em região popularmente conhecida como Areias, próximo à fronteira com Vespasiano, no município de Ribeirão das Neves.

Número de famílias: 400.

Acompanhamento: Brigadas Populares.

Número do processo: 0079873-13.2014.8.13.0231;0057812-61.2014.8.13.0231; 0512531-30.2015.8.13.0024.

50 - Quilombo Souza – no Bairro Santa Teresa, em Belo Horizonte

São 16 (dezesesseis) famílias que há gerações habitam o território desde o ano desde a década de 1920. Há uma ação judicial de caráter demarcatório ajuizada em agosto de 1970, julgada procedente em segunda instância no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), com trânsito em julgado, em novembro de 2011. Mesmo os descendentes tendo contrato de compra e venda da área datado de 1923 foi deferida pela Justiça mineira a ordem de imissão da posse que resultaria no desalojamento forçado de dezenas de pessoas. Além disso, as famílias recolhem o Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) desde o ano de 1955.

Acompanhamento: Brigadas Populares.

Processo: 002483104755-0.

51 - Ocupação Cidade de Deus, em Sete Lagoas

A ocupação conta com 100 famílias e está localizada em Sete Lagoas e está com ordem de despejo em aberto.

Número do processo: 1.0000.20.081269-1 001

Número de famílias: 100.

Acompanhamento: Coletivo Tantas; Brigadas Populares.

=====

52 - Assentamento Egídio Brunet, localizado na zona Rural de Campanário, 42 famílias.

53 - Acampamento Janete Telles, zona rural de Jampruca. 85 famílias.

54 - Assentamento Belo Monte, 36 famílias, zona rural de Jampruca.

55 - Acampamento Maria da Penha, zona rural de Mathias lobato, com 38 famílias.

56 - Acampamento Esperança, zona rural de Açucena, com 48 famílias.

57 - Acampamento Boa Esperança, zona rural de Tumiritinga, com 52 famílias.

58 - Acampamento Águas Cristalinas, zona rural de Itanhomi, com 42 famílias.

59 - Ocupação Vila Fazendinha, em Belo Horizonte

Categoria: Ocupação Urbana. **Histórico da ocupação:** No início do ano de 2020, diante se situações agravadas pela pandemia, como o desemprego, famílias residentes da região do bairro Calafate, ocuparam um terreno abandonado a muitos anos que não vinha cumprindo sua função social. O terreno antes sediava o Pelotão Busca e Salvamento de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

Endereço: Av. Tereza Cristina, 723, Jardim Vitória, Belo Horizonte – MG.

Atualmente cerca de **12 famílias vivem no local**, somando cerca de **40 pessoas**.

Conflito/ameaça: Em junho de 2020, outras 20 famílias tentaram ocupar outros espaços do terreno e foram despejadas pela Polícia Militar de Minas Gerais, permanecendo então apenas as famílias residentes na construção já existente no local. Desde então a polícia faz frequentemente rondas no local ameaçando as famílias.

Obs.: O caso da ocupação ainda não foi judicializado.

Movimento social: O MOB (Movimento de Organização de Base) foi convocado pelas famílias no início da ocupação e atua desde então no território.

60 - Relato da Ocupação Kasa Invisível

Localização: Av. Bias Fortes, 1034 - Lourdes - Região central de BH.

Data da ocupação: 22/março/2013. Quantidade de famílias residentes: 9 (dentre elas, 2 crianças pequenas). Situação Jurídica: Ameaça iminente de despejo. Decisão desfavorável na primeira instância, recorrendo na segunda instância do TJMG.

História do Espaço. O espaço foi ocupado por um coletivo autônomo em 2013, com a proposta de criar um Centro Social e espaço de moradia para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica. Atualmente o espaço, além de moradia, serve de espaço para reuniões, festivais, eventos, palestras, oficinas, abriga biblioteca, cineclube e duas cooperativas, sendo um bar vegetariano e uma estamperia/loja de livros que geram renda e são geridas pelos moradores. Os imóveis estavam abandonados por duas décadas e em avançado estado de deterioração. O coletivo, após a ocupação dos imóveis, vem realizando ações de restauro emergenciais, a fim de evitar maior deterioração do patrimônio da cidade. Em 2019, o conjunto foi tombado como patrimônio da cidade graças ao trabalho do coletivo ocupante que realizou, junto com equipe de professoras e estudantes de arquitetura, um levantamento histórico e arquitetônico do imóvel. Durante a pandemia, a Kasa Invisível tem realizado atividades de apoio a pessoas em situação de rua, outras ocupações do centro e a famílias em dificuldade financeira.

=====

TABELA DE CONFLITOS ENVOLVENDO GERAIZEIROS DO NORTE DE MINAS – AGOSTO/2020

COMUNIDADES	QUANTAS FAMÍLIAS	Municípios	CONFLITO/AMEAÇA
As famílias Geraizeiras tem o entendimento que se uma comunidade é atingida, todo o território também o é. Mas as comunidades diretamente atingidas pelo empreendimento são: Córrego do Batalha, Córrego do Vale, Córrego do Lamarão, Córrego Jibóia, e	- Batalha: 12 - Córrego do Vale: 24 - Lamarão: 45 - Córrego Jibóia: 20 - São Francisco: 18 Comunidade e localidades rurais existentes na área da	Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho e Fruta de Leite	Famílias ameaçadas pela instalação da MINERADORA SAM- SUL AMERICANA DE METAIS que pretende transformar o Norte de Minas Gerais no novo pólo minerário do Estado e se instalar numa região semiárida e suprimir 70 nascentes numa região com baixo índice de precipitação e longos períodos

<p>Comunidade São Francisco e localidades rurais existentes na área da barragem e adutora do rio Vacaria são: Diamantina, Vaquejador/Ribeirãozinho, Miroró, Tamboril e Ribeirão do Jequi.</p>	<p>barragem e adutora do rio Vacaria são: -Diamantina: 25 -Vaquejador: 20 - Ribeirãozinho: 30 - Miroró: 20 - Tamboril: 20 - Ribeirão do Jequi: 20 - TOTAL: 254</p>		<p>de estiagem e consumir 51 milhões de m³ de água por ano. O projeto prevê a construção de 03 barragens de rejeito, sendo que uma delas será a segunda maior do mundo com 1.264 Mm³ (76 vezes maior que a de Brumadinho em quantidade de rejeito e 96 vezes maior que a de Brumadinho em área. Com vida útil de 18 anos e irá produzir 01 milhão de m³ de rejeito e 01 bilhão e meio de toneladas.</p>
<p>As famílias Geraizeiras tem o entendimento que se uma comunidade é atingida, todo o território também o é. Mas as comunidades diretamente atingidas pelo empreendimento são: Ouvidor, Buriti/ São Lourenço, Córrego da Cancela, Batalha, Lamarão, São Francisco, Córrego dos Bois e Bocaina.</p>	<p>-Ouvidor: 40 - Buriti/São Lourenço: 45 - Córrego das Cancelas: 35 - Batalha: 12 - Lamarão: 45 - São Francisco: 18 -Córrego dos Bois: 20 - Bocaina: 50 - Distrito de Vale das Cancelas: 525 - TOTAL: 790</p>	<p>Grão Mogol, Josenópolis</p>	<p>- Conflito com a MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S. A, que usou o aparato policial do Estado contra o povo Geraizeiro usando uma liminar de outra área da Fazenda São Francisco, uma empresa grileira de terras: A FLORESTAMINAS FLORESTAMENTO MINAS GERAIS S/A, que não está na posse da área da fazenda Buriti pequeno / São Lourenço. - Criminalização das lideranças locais: Adair Pereira de Almeida, convocado pra depor na polícia Civil. Além disso perseguição e intimidação dele e de outras lideranças.</p>

=====

Comunidade	Categoria	Município	Famílias	Situação Jurídica
47 - Acampamento Resistência / Capão Muniz	Reforma Agrária	Rio Pardo de Minas	12	Vara agrária - possibilidade de liminar de despejo (20 anos de conflito)
48 - Santa Barbara	Reforma Agrária	Rio Pardo de Minas	18	Vara agrária / terra devoluta/ audiência marcada
49 - Da Venda Acampamento Arapuim MST	Vazanteira e Pesqueira/Reforma agrária.	Pedras de Maria da Cruz	20	Vara Agrária com liminar de despejo desde 2015 Envolve Terras da União e “particulares”
50 - Acampamento Pedro Marcelo	Reforma agrária	Bocaiúva	53	Liminar de despejo suspensa, processo na Vara Agrária
Comunidade	Categoria	Município	Famílias	Situação Jurídica
51 - Barrinha	Vazanteira e Pesqueira	Itacarambi	16	Vara Agrária, mesmo sendo terra da União, estava na Justiça federal e voltou para estadual

52 Cabaceiras	- Quilombola, Vazanteira e Pesqueira	Itacara mbi	28	Vara de Januária, mas são Terras da União e atingida pelo Parque Nacional Cavernas do Peruaçu Terras públicas sob a responsabilidade da Superintendência do Patrimônio da União – SPU e ICMbio.
53 Maria Preta	- Vazanteira e Pesqueira	Itacara mbí	75	Processo na Vara Federal de Janaúba. A área é reconhecida pela SPU conforme registrado na Nota Técnica-004 como ter
Comunidade	Categoria	Município	Famílias	Situação Jurídica
				terras indubitáveis da União. Sob a responsabilidade da Superintendência do Patrimônio da União - SPU
54 Sítio/Mucambo	- Quilombola	Bocaiú va	30	Certificado pela Palmares e processo de regularização no INCRA
55 Acampamento Professor Mazam	- Reforma agrária	Bocaiú va	21	Terras da união - Processo de regularização parado no INCRA

56 - Buriti/São Lourenço	Comunidades Tradicionais Geraizeiras	Grão Mogol	45 famílias	Processo de Regularização Fundiária no Estado Núcleo Tingui, 1640.01.0001598/2018-79
Comunidade	Categoria	Município	Famílias	Situação Jurídica
57 - São Francisco, Lamarão, Barra de Canoa, Diamantina e Sobrancelha	Comunidades Tradicionais Geraizeiras	Grão Mogol	45 Famílias na retomada de São Francisco	MPE/MPF Processo de Regularização Fundiária no Estado Núcleo Lamarão nº 1640.01.0001608/2018-03.

Comunidade	Categoria	Município	Famílias	Situação Jurídica
58 - Comunidade-Tinguí Bosque, Cornélio, Andorinha, Taquaral, Bosquinho, Bom Jardim, Ventania, Ventania II, 59 - Tinguí, Santa Rita, Maciel e Bocaina	Comunidades Tradicionais Geraizeiras	- Grão Mogol	45 – Essas famílias se encontram residindo dentro da área do Parque Estadual de Grão Mogol	IEF/MPF/CIMOS/MESA DE DIÁLOGO

Comunidade	Categoria	Município	Famílias	Situação Jurídica
<p>60 - As famílias Geraizeiras tem o entendimento que se uma comunidade é atingida, todo o território também o é. Mas as comunidades diretamente atingidas pelo empreendimento são: Córrego do Batalha, Córrego do Vale, Córrego do Lamarão, Córrego Jibóia, e Comunidade São Francisco e localidades rurais existentes na área da barragem e adutora do rio Vacaria são: Diamantina, Vaquejador/Ribeirãozinho,</p>	<p>Comunidades Tradicionais Geraizeiras</p>	<p>Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho e Fruta de Leite</p>	<p>Batalha : 12 Córrego do Vale: 24 Lamarão: 45 Córrego Jibóia: 20 São Francisco: 18 Comunidade e localidades rurais existentes na área da barragem e adutora do rio Vacaria são: Diaman</p>	<p>MPF/MPE/DPU</p>

Miroró, Tamboril e Ribeirão do Jequi.			tina: 25 Vaquej ador: 20 Ribeirã ozinho: 3 Miroró: 20 Tambor il: 20 Ribeirã o do Jequi: 20 - TOTA L: 254	
Comunidade	Categoria	Municí pio	Família s	Situação Jurídica

<p>62 - As famílias Geraizeiras tem o entendimento que se uma comunidade é atingida, todo o território também o é. Mas as comunidades diretamente atingidas pelo empreendimento são: Ouvidor, Buriti/ São Lourenço, Córrego da Cancela, Batalha, Lamarão, São Francisco, Córrego dos Bois e Bocaina.</p>	<p>Comunidades Tradicionais Geraizeiras</p>	<p>Grão Mogol, Josenópolis</p>	<p>Ouvidor: 40</p> <p>Buriti/São Lourenço: 45</p> <p>Córrego das Cancelas: 35</p> <p>Batalha: 12</p> <p>Lamarão: 45</p> <p>São Francisco: 18</p> <p>Córrego dos Bois: 20</p> <p>Bocaina: 50</p> <p>Distrito de Vale das Cancelas: 525</p> <p>TOTAL: 79</p>	<p>MPF/MPE/IBAMA/CIMOS</p>
<p>Comunidade</p>	<p>Categoria</p>	<p>Município</p>	<p>Famílias</p>	<p>Situação Jurídica</p>

Curral de Varas		Padre Carvalho	20 Famílias	Promotoria Pública
Comunidade	Categoria	Município	Famílias	Situação Jurídica
63 - Povos Indígenas Xacriabá	Território Indígena	São João das Missões e Matias Cardoso	10.000 pessoas	Processo de regularização pela FUNAI

64 - Território Tuxá	Território Indígena	Buritiz eiro		
65 - Nova Era	Reforma Agrária	Matias Cardoso		
66 - Vitória	Reforma Agrária	Verdelândia		

=====

Comunidade	Categoria	Município	Famílias	Situação Jurídica	Situação política
67 - Acampamento Resistência / Fazenda Capão Muniz	Reforma Agrária	Rio Pardo de Minas	12	Vara agrária TJMG – possibilidade de liminar de despejo (20 anos de conflito)	Fazendeiros locais, com histórico de massacre contra os trabalhadores.
68 - Acampamento Bela Vista \ Fazenda Santa Bárbara	Reforma Agrária	Rio Pardo de Minas	15	Vara agrária TJMG – possibilidade de liminar de despejo (4 anos de conflito)	Estado de Minas Gerais e empresas de eucalipto
69 - Comunidade da Venda e Ocupação da fazenda Arapuim Rodeador	Reforma Agrária	Pedras de Maria da Cruz	280	Vara agrária TJMG – com liminar de despejo (4 anos de conflito)	Fazendeiros da região e Empresa falida
70 - Acampamento Irmãos Naves / Fazenda Quilombo	Reforma Agrária	Araguari	15	Vara agrária TJMG – possibilidade de liminar de despejo (14 anos de conflito)	Estado de Minas Gerais, fazendeiros locais e empresa de hidrelétrica
71 -	Reforma	Felisburgo	70	Vara agrária	Estado de

Acampamento Terra Prometida / Acampamento Nova Alegria	Agrária			TJMG – possibilidade de liminar de despejo (16 anos de conflito)	Minas Gerais e fazendeiros locais
72 - Comunidade Quilombola Braço Forte / Fazenda Talismã Farpão	Reforma Agrária	Salto da Divisa	25	Vara agrária TJMG e TRF1 – possibilidade de liminar de despejo (5 anos de conflito)	Fazendeiros locais
73 - Acampamento 16 de Abril / Fazenda Tabatinga	Reforma Agrária	Almenara	20	Vara agrária TJMG e TRF1 – possibilidade de liminar de despejo (15 anos de conflito)	Fazendeiros da região e Empresa de eucalipto
74 - Acampamento Maria da Conceição / Fazenda Monte Alvão	Reforma Agrária	Itatiaiuçu	100	Vara agrária TJMG, com liminar de despejo (3 anos de conflito)	Empresa de mineração
75 - Acampamento Pátria Livre / Fazenda Rancho Moreira	Reforma Agrária	São Joaquim de Bicas	800	Vara agrária TJMG, com liminar de despejo (3 anos de conflito)	Empresa de mineração
76 - Acampamento Zequinha / Fazenda Marinheiros	Reforma Agrária	São Joaquim de Bicas	100	Vara agrária TJMG, com liminar de despejo (3 anos de conflito)	Empresa de mineração
77 - Acampamento Quilombo 78 - Dandara / Fazenda Santo Antônio do Amparo	Reforma Agrária	Tiros	35	Vara Cível de Tiros TJMG, com possibilidade de liminar de despejo (3 anos de conflito)	Fazendeiro local
79 - Acampamento Professor Mazan / Fazenda Jacaré	Reforma Agrária	Bocaiuva	17	Vara Agrária TJMG, com possibilidade de liminar de despejo (5 anos de	União e fazendeiro local

				conflito)	
80 - Acampamento Quilombo 81 - Campo Grande / Usina Ariadnópolis	Reforma Agrária	Campo do Meio	450	Vara Agrária TJMG, com possibilidade de liminar de despejo (21 anos de conflito)	Fazendeiro local e Usina da cana falida

=====

Ocupações do MST com risco de despejo em MG – 17/8/2020

Comunidade	Categoria	Município	Famílias	Situação Jurídica	Situação política
82 - Acampamento Irmãos Naves / Fazenda Quilombo	Reforma Agrária	Araguari	15	Vara agrária TJMG – possibilidade de liminar de despejo (14 anos de conflito)	Estado de Minas Gerais, fazendeiros locais e empresa de hidroelétrica
83 - Acampamento Terra Prometida / Acampamento Nova Alegria	Reforma Agrária	Felisburgo	70	Vara agrária TJMG – possibilidade de liminar de despejo (16 anos de conflito)	Estado de Minas Gerais e fazendeiros locais
84 - Comunidade Quilombola Braço Forte / Fazenda Talismã Farpão	Reforma Agrária	Salto da Divisa	25	Vara agrária TJMG e TRF1 – possibilidade de liminar de despejo (5 anos de conflito)	Fazendeiros locais
85 - Acampamento 16 de Abril / Fazenda Tabatinga	Reforma Agrária	Almenara	20	Vara agrária TJMG e TRF1 – possibilidade de liminar de despejo (15 anos de conflito)	Fazendeiros da região e Empresa de eucalipto
86 - Acampamento Maria da Conceição / Fazenda Monte Alvão	Reforma Agrária	Itatiaiuçu	100	Vara agrária TJMG, com liminar de despejo (3 anos de	Empresa de mineração

				conflito)	
87 - Acampamento Pátria Livre / Fazenda Rancho Moreira	Reforma Agrária	São Joaquim de Bicas	800	Vara agrária TJMG, com liminar de despejo (3 anos de conflito)	Empresa de mineração
88 - Acampamento Zequinha / Fazenda Marinheiros	Reforma Agrária	São Joaquim de Bicas	100	Vara agrária TJMG, com liminar de despejo (3 anos de conflito)	Empresa de mineração
89 - Acampamento Quilombo Dandara / Fazenda Santo Antônio do Amparo	Reforma Agrária	Tiros	35	Vara Cível de Tiros TJMG, com possibilidade de liminar de despejo (3 anos de conflito)	Fazendeiro local
90 - Acampamento Quilombo Campo Grande / Usina Ariadnópolis	Reforma Agrária	Campo do Meio	450	Vara Agrária TJMG, com possibilidade de liminar de despejo (21 anos de conflito)	Fazendeiro local e Usina da cana falida

=====

RELATÓRIO ATUAL DA MESA DE NEGOCIAÇÃO DO GOVERNO DE MG COM AS OCUPAÇÕES segue, como anexo.

Ocupações urbanas e camponesas que estão na Mesa atualmente, mas sem encaminhamento e solução. Observamos que a LISTA de dezembro de 2018, com 187 Ocupações que estavam na Mesa de Negociação sem encaminhamento não desapareceram. Os conflitos e as ameaças de despejos continuam e em muitos casos agravando. Apresentamos, mais abaixo, o Relatório da Mesa de Negociação do Governo de MG, de dezembro de 2018, com 309 Ocupações, entre as quais 120 Ocupações com negociação levada a bom termo e 187 sem solução e com as ameaças aumentando.

=====

RELATÓRIO DAS OCUPAÇÕES AMEAÇAS DE DESPEJO E QUE SÃO ACOMPANHADAS PELA DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS – DPE/MG.

CONFLITOS POSSESSÓRIOS: COMUNIDADES AMEAÇADAS DE DESPEJO

	Processo	Vara	Nome	Objeto	Atuação da Defensoria	Liminar
--	-----------------	-------------	-------------	---------------	------------------------------	----------------

					Pública	
1	0079.12.032730-3	4ª Vara Cível de Contagem	Ocupação Cláudia Ferreira	Ação possessória	<i>custus vulnerabilis</i> e em favor de duas moradoras	Não tem liminar
2	0711618-79.2013.8.13.0079 0079.13.017.161-8	5ª Vara Cível Contagem	Ocupação	Ação Possessória	Atuação como curadora processual;	Tem liminar Última movimentação do processo 11/03/2020
3	0024.14.073.481-5	10ª Vara Cível BH	Ocupação Novo São Lucas	Possessória; pedido de reassentamento em favor dos réus nominados que não estão mais no assentamento.	Curadora processual	Tem liminar
4	0024.14.231.951-6	14ª Vara Civil BH	Ocupação Novo - São Lucas – Aglomerado da Serra – Encosta Rua René Renault	Ação possessória sem liminar Unenco X Marisa e outros	Representante dos réus. Processo suspenso	Não tem liminar Aguarda instrução Audiência de conciliação realizada.
5	002414136441-4 5128604-6.2017.8.13.0024	3ª Vara Cível	Ocupação Esperança Calafate – Rua Rua Bimbarra, 171, Bairro Calafate	Possessória movida pelo SESI Minas	<i>custus vulnerabilis</i> . Tem Ação Civil Pública tramitando de forma conexa.	Não tem liminar
6	1002410005675-3-012 0024.08.235.950-6 0024.10.005.675-3	2ª Faz Municipal 15 Vara Cível	Irmã Doroty Reintegração – Barreiro		Parte pública – processo suspenso. Parte privada: expedição de mandado que não foi cumprido. Encaminhado em 2019 para a Central de Conciliação	Tem liminar Obs: A liminar é do único processo que não foi reunido por conexão.
7	1.0024.10.166.884-	3ª Vara Faz Municipal	Nelson Mandela – Reintegração	Ação Possessória	Atuação como representante,	Processo foi

	6/001 Agravado 1668846- 45.2010.8. 13.0024		movida pelo Município	Barreiro	curador	suspenso e voltou a tramitar em 2020
8	00241225- 3190-8	3ª Vara Fazenda Pública Estadual	Ação de Reintegração de Posse contra ocupação Eliana Silva - Barreiro	Reintegração de posse lote 29 autor Fernando	Tem liminar de reintegração de posse deferida sujeita à condições e decisão determinando o sobrestamento do feito.	Tem liminar, mas não tem mandado expedido.
9	6081252- 86.2015.8. 13.0024	29ª Vara Cível	Reintegração de posse Betânia Ônibus Ltda X Ocupação Paulo Freire	Possessória – Liminar de reintegração –	Representante de réus certos. Não tem manifestação como <i>custus e nem como curador</i>	Não tem liminar
10	3330819- 90.2014.8. 13.0024	18ª Vara Cível	Ocupação Terra Nossa	Terrenos com divisa com Sabará	O processo foi suspenso para tentativa de acordo	
11	6760181- 42.2002.8. 13.0024 3412626- 84.2004.8. 13.0024 0469933- 95.2014.8. 13.0024 0469925- 21.2014.8. 13.0024 046.9917- 44.2014.8. 13.0024 0469891- 46.2014.8. 13.0024	Varas Cíveis	Vila Fazendinha	Pedido de conexão entre os processos de reintegração de posse movido pela Fundação Benjamim para caracterizar processo coletivo	Aguarda deferimento dos pedidos de conexão – Área próxima ao Hospital da Baleia	São vários processos individuais -
12	002414.23 3.323-6 233.236- 33.2014.8. 13.0024	2ª Faz Pública Municipal	Ocupação Viaduto		Atuação como <i>custus ou curador- processo físico</i>	Não tem liminar;
13	0024.08.2 35.950-6	2ª Faz. Municipal	Camilo Torres	Reintegração de Posse movida pelo Município – não está	Petição pedindo a suspensão do processo ou extinção do feito por perda do	Não tem mandado expedido.

				apensada à ACP de Tutela de Moradia ou Nulidade do Contrato – Pedido de conexão indeferido fl. 650	interesse de agir do Município	
14	0024.08.9 69..846-8	5ª Faz Pública Estadual	Camilo Torres: Vitor Pneus Ltda X Rodrigo Martins Machado e Joviano Gabriel Mayer e outros	Reintegração de posse da parte privada da Ocupação Camilo Torres – Região do Barreiro	Reintegração suspensa a pedido da DP	Não tem liminar
15	0024.11.1 49.471-2	5ª Faz Estadual	Ocupação Olaria. Há uma possessória contra os primeiros ocupantes	SERGIO FRANCISCO BARBOSA E OUTROS X Previminas e CODEMIG	Aguarda instrução processual – Ocupação Olaria Foi ajuizado ação de usucapião coletivo	Não tem liminar
16	5078275 20178130 024	1ª Faz Municipal	Ação Possessória manifestação custos vulnerabilis	Ação movida pelo Município tendo por objeto os lotes 51 e 61 da quadra 68 Bairro Havaí Alameda da Represa . Intimação do juiz. Não houve procura dos moradores por enquanto.	Interposição de Agravo contra liminar de reintegração de posse. Alegação de benefícios da Lei 7.597/98. Agravo não provido. Decisão TJ	Tem decisão liminar de reintegração de posse Pendente ordem de arrombamento para cumprimento da liminar
17	0327303- 16.2012.8. 13.0079	4ª Vara Cível Contagem	Ação Possessória	Conflito privado. A DPDH foi procurada pelos moradores.	manifestação <i>custos vulnerabilis</i>	Não tem liminar.
18	5106493- 45.2016.8. 13.0024	17ª Vara Cível BH	Ação Possessória manifestação custos vulnerabilis	Conflito privado. Contra réu certo e outros Lote 81,	Há liminar .. Não foi expedido mandado de reintegração de posse. Tentativa de	Tem liminar, mas não tem mandado

				quadra 2, Rua Pau Brasil, 510, Bairro Solimões	citação por edital contra réu certo.	expedido.
19	0281366-12.2012.8.13.0231	2ª Vara cível Ribeirão das Neves	Ação possessória em favor dos assistidos 24 removidos ilegalmente pelo Município	Conflito com o Município. Famílias removidas indevidamente.	Aguarda citação.	Não tem liminar.
20	0024.12.029.001-0	4ª Fazenda Estadual	Ação reivindicatória do Estado contra os autores da CUEM – Dorisvaldo e outros	Ação Reivindicatória apensada à ação declaratória de CUEM	Sentença que julgou favorável a reivindicatória, mas com efeito suspensivo devido a interposição de recurso.	Não tem liminar
21	0024.09.117495-4	2ª Vara Faz Municipal	Vila São Bento inserida no Aglomerado Santa Lúcia – Vila Carrapato	Ação possessória movida pelo Município	Sentença procedente, mas suspensa devido a interposição de recurso.	Não tem liminar
22	5001634-62.2017.8.13.0114	Ibirité	Ciganos	Possessória	Agravo antecipação de tutela suspendeu a reintegração solicitada pelo Município	Não tem liminar
23	002418.000082-0	7ª Cível	Representante dos réus	Ocupação Marielly Franco – Prédio Bairro Castelo	Aguarda aud. Justificação	Não tem liminar
24	500019896-96.2019.8.13.0567	Sabará	Reintegração de posse –	Ocupação de Prédio Sabará do Edifício Mansur localizado na Avenida Amara, 600 Bairro Nova Vista	<i>custus vulnerabilis</i>	Não tem liminar
25	5142645-24.2018.8.13.024	Vara Cível	Possessória –	Ocupação Professor Fábio Alves	Custus Vulnerabilis Agravo no TJ improvido	Tem liminar Aguarda expedição de mandado
26	5185595-48.2018.8.	28ª Vara Cível	Possessória –	Ocupação Antonieta –	<i>custus vulnerabilis</i> Defesa de réus	Não tem liminar.

	13.0024			Edifício ASPEN Castelo	certos.	
27	6126355-19.2015.8.13.0024	22ª Vara Cível	Possessória	Processo movido por Espólio de Alípio Andrade Mello imóveis das rua Flor de Liz (Ceci e Antonio nome dos réus que a DF defende)	Atuação representando réus certos e como <i>custus vulnerabilis</i>	Não tem liminar. Tem processos conexos
28	6048370-71.2015.8.13.0024	22ª Vara Cível	Possessória	Lotes do Bairro Castelo, são José e Manacás proposta por Espólio de Alípio Ferreira de Melo		Não tem liminar
29	5125116-89.2018.8.13.0024	15ª Vara Cível	Possessória custos	Pátria Livre – Pedreira Padre Lopes	Tentativas de conciliação.	Não tem liminar
30	Vários processos LISTADOS ABAIXO 2			Processos Movidos pelo Ferrovias Centro Atlantico	REintegração de posse contra moradias ao longo da Ferrovia em BH	Liminar somente em um processo
31	5131570-56-2016.8.13.0024	1ª Fazenda Municipal	Possessória movida pelo Município	Conjunto Águas Claras no Barreiro	Não tem liminar; réus individualizados	
32	0000820-80.2018.8.130024	7ª Vara Cível	Possessória	Ocupação Marielly Franco- Construtora Dínamo Rua Castelo de Ajuda, 113 Bairro Castelo	Réus certos e <i>custus vulnerabilis</i>	Não tem liminar
33	6020565-46.2015.8.	18ª Vara Cível	Possessória	Rua Clemente	<i>Custus vulnerabilis</i>	Não tem liminar.

	13.0024			Nascimento Pires, 275 Bairro Califórnia – Vila Chaves		
34	5002964-68.2020.8.13.0024	31ª Vara Cível	Ação de Despejo	Ocupação Carolina – Prédio Rio de Janeiro	Representante da associação MLB	Não tem liminar
35	5002542-17.2017.8.13.0245	3ª Vara Cível Santa Luzia	Ação Possessória	Fazenda Caximbeiro Bairro Bonanza Santa Luzia 500	<i>Custus vulnerabilis</i> –. Efeito suspensivo ao recurso concedido pelo Tribunal	Tem liminar suspensa pelo TJMG
36	5055161-39.2016.8.13.0024	1ª V Faz Estadual BH	Ação Possessória movida pela COPASA	Vila Fazendinha Aglomerado da Serra – Ocupação perto da Adutora da COPASA	<i>Custus vulnerabilis</i>	Tem liminar Obs: área de risco de inundação.
37	0024.83.104.755-0	CENTRASE	Possessória	Vila Teixeira de Freitas – Quilombo Santa Tereza – Processo em fase de cumprimento de sentença	<i>Custus vulnerabilis</i>	Tem liminar
38	5004515-41.2019.9.8.13.0114	3ª V Cível Ibité	Possessória	Área perto da linha Ferrea	<i>Custus vulnerabilis</i>	Tem liminar, mas não tem mandado
39	5007199-74.2020.8.13.0672	Fazenda Pública de Sete Lagoas	Possessória movida pelo Município de BH	Ocupação Cidade de Deus	<i>Custus vulnerabilis</i>	Tem liminar
40	508.6353.87.2016.8.13.0024	1ª Vara Cível	Possessória	Área de 1225m2 na região da Pampulha – réus incertos localizado na Rua Wiver Hernandez da Silva, 447, Manacás. Prédio de 6 andares	Defensoria por um dos réus e como <i>custus vulnerabilis</i>	Não tem liminar.

41	5021889-15.2020.8.13.0024		Ação demolitória proposta pelo Município	Ação contra cerca de 10 pessoas residentes em várias localidades em risco geológico. O município não oferta Bolsa Moradia.	<i>Manifestação como <i>custus vulnerabilis</i> e a própria Defensoria está fazendo a defesa dos réus.</i>	
42	50000920 - 64.2020.8.13.0319	2ª Vara Cível de Itabirito	Possessória movida pelo Município	Território de Água Lima divisa com Nova Lima	<i>Custus Vulnerabilis</i>	<i>Liminar suspensa</i>
43	5044388-61.2018.8.13.0024	25ª Vara cível	Reivindicatória	Lotes 14 e 15 quadra 102 Parque Jardim Leblon cerca de duas ou três famílias	<i>. Está na fase de instrução probatória</i>	<i>Não tem liminar</i>
44	5156194-38.2017.8.13.0024	3ª Vara Faz Municipal	Possessória	A área é composta pelos lotes 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 15 da quadra 05, lotes 01 ao 05, da Quadra 14 e lote indiviso da Quadra Q 121 A, do bairro Copacabana,		Tem liminar
44	2978891-13.2013.8.13.0024 3135046-44.2013.8.13.0024	19ª Vara Cível	Ocupações Vitória e Espera na Região do Isidora		Réus certos e curadoria	Tem liminar mas não tem expedição de mandado
45	5009829-44.2017.8.13.0079	4ª Vara Cível de Contagem	Darcy Ribeiro		<i>Manifestação como <i>custus vulnerabilis</i></i>	Tem liminar, mas o mandado não foi cumprido.

46	6044185-87.2015.8.13.0024	7ª Vara Cível	Maria Guerreira parte privada	Bairro Copacabana		Tem liminar
47	603746507.2015.8.13.0024	3ª Faz Municipal	Maria Guerreira parte pública	Bairro Copacabana		
48	067214032546-10024.14.317.171-8 (precatória)	Belo Horizonte e Sete Lagoas (falência)	Vila Nova	Comunidade antiga com cerca de 400 pessoas	<i>Custus vulnerabilis</i>	
49	6107841-18.2015.8.13.0024	Belo Horizonte	Vila Esperança			Tem liminar

1 De acordo com o §1º, do artigo 554 do CPC quando houver no polo passivo de um ação possessória um número indeterminado de pessoas o Ministério Público será intimado e se essas pessoas estiverem em condições de hipossuficiência econômica a Defensoria Pública também. A doutrina tem chamado essa atuação da Defensoria Pública de *custus vulnerabilis* porque não substitui a representação dos réus por advogado ou mesmo por outro defensor público e também não se confunde com a defesa da Defensoria Pública como curadora processual quando nem todos os réus forem localizados e citados e houver necessidade de citação por edital.

2 RELATÓRIO DOS PROCESSOS MOVIDOS PELA FERROVIA ATLÂNTICA:

Processo	Vara	Data da Distribuição	Manifestação DP	Liminar	Data do despacho
5167968942019	15	25-10-2019	Tem	Não em	Declarou a prevenção da 15ª Vara Cível.
5177019322019	19	28-11-2019	Tem	Não concedida	Concluso
5176928392019	12	7-11-2019	TEM	Não apreciou	
5176519632019	15	28/11/2019	Tem.	Não concedida. Tem agravo	23-01-2020
516803814	15	25-10-2019	TEM	Indeferiu	23-01-2020
516801216	19	25-10-2019	Sim	Indeferiu	13-02-2020
516798703	19	25-10-2019	Tem	Indeferido. Relator indeferiu	
516791953	14	25-10-2019	Tem	Não apreciou	
516771254	22	24-10-2019	Não tem	Indeferiu	Autor desistiu da ação
516762768	19	24-10-2019	Tem.	Indeferiu	
516760170	34	24-10-2019	Não tem.	Indeferiu.	Sentença.. Extinguiu. Apelação
516758179	3	24-10-2019	Tem	Não apreciou	Aguarda cumprimento mandado de constatação
516747787	1	24-10-2019			Extinto por desistência do autor

516737565	20	24-10-2019			Competência declinada para a Justiça Federal
517735281	7	8-11-2019	Não tem	Indeferida	23-01-2020
517700548	15	11-08-2020	Não tem		Declinou competência para 15 VC
517657074	10	7-11-2019	Sim		Declinou competência Justiça Federal
516846171	8	25-10-2019	Não houve.		Declinou competência para Justiça Federal
516802782	21	25-10-2019	Não tem	Indeferiu	Não mandou intimar DPE
516800184	21	25-10-2020	Não tem.	Indeferiu. Não mandou intimar DPE	4-03-2020
516794114	6	25-10-2019	Não tem	Deferida Liminar	13-11-2019
516789440	23	25-10-2019	Tem custus outro defensor Pedir competência 15	Indeferiu. Agravo indeferido liminar.	
516769955	6	24-10-2020	Tem manifestação.	Indeferiu	Mandou intimar União e a ANTT
516761554	18	24-10-2019			Extinto por desistência da ação.
516760085	11	24-10-2019			Extinto por desistência
516752109	19	24-10-2019			Declarada a incompetência Remessa Justiça Federal.
516745007	14	24-10-2019		Não apreciou. Intimou MP e não a DP	
516713224	15	24-10-2019	Não tem	Indeferiu	

=====

Relatório das Ocupações / Conflitos Urbanos, Rurais e Socioambientais

Segue, abaixo, também o **Relatório de ações – Mesa de Diálogo do Governo de MG com as Ocupações Urbanas e Rurais e Comunidades Tradicionais em conflitos socioambientais, nos anos 2015, 2016, 2017 e 2018**

RELATÓRIO DAS OCUPAÇÕES / CONFLITOS EM DEZEMBRO DE 2018

Nº NOME DO CONFLITO STATUS DA OCUPAÇÃO

Fonte: <http://www.cptmg.org.br/portal/relatorio-da-mesa-de-negociacao-do-governo-de-mg-com-as-ocupacoes-urbanas-e-rurais-e-comunidades-em-conflitos-socioambientais-de-final-de-2018/>

=====

Relatório das Ocupações / Conflitos

Urbanos, Rurais e Socioambientais

RELATÓRIO DAS OCUPAÇÕES / CONFLITOS EM DEZEMBRO DE 2018

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
1	<p>Município: Açucena</p> <p>Parque Estadual do Rio Corrente</p>	<p>Conflito envolvendo 23 famílias indígenas da etnia Pataxó Geru Tunã, famílias quilombolas e ocupantes do MST, oriundas da desocupação da Fazenda Bateria/Preservar. O Parque foi criado em 1998 e possui 5.065 ha em área de propriedade da empresa Aperam, que foi cedida ao Estado, para pagamento de dívida, Dação em Pagamento. Foi realizada visita pela Coordenação da Mesa de Diálogo. A situação do Parque Rio Corrente está sendo tratada entre Mesa de Diálogo, IEF, FUNAI, AGE e Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais, com grande possibilidade de acordo que beneficie todas as partes envolvidas. Houve um grande esforço por parte de todos os envolvidos na articulação, para a construção de uma proposta que caminhe para a solução pacífica do referido conflito.</p> <p>Ata 59/2018</p> <p>Movimento Social: Indígenas, quilombolas e MST.</p> <p>Processo nº 1322820-91.2012.8.13.0024 – 5ª Vara da Fazenda Estadual – Comarca de Belo Horizonte – Desapropriação - Autos conclusos para despacho em 06/06/2018.</p>
2	<p>Município: Aimorés</p> <p>Hidrelétrica Eliezer Batista - Barragem Aimorés</p>	<p>Conflito Socioambiental envolvendo 100 famílias atingidas pela Barragem de Aimorés. A Mesa de Diálogo realizou reunião no distrito de Ituetá, em setembro de 2017 e visitou as residências das famílias atingidas pela construção da Hidrelétrica Eliezer Batista, gerenciada pela empresa Aliança Energética. O Distrito de Ituetá é o local onde foram assentadas as famílias que saíram da área em que foi construída a Barragem. A Mesa de Diálogo instaurou câmara setorial somente para tratar as demandas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), relacionadas, especificamente, às comunidades atingidas por barragens construídas no Estado.</p> <p>Ata MAB 14/09/17 Relatório MAB</p> <p>Conflito socioambiental – Não possui Ação de Reintegração de Posse.</p>
3	<p>Município: Almenara</p> <p>Fazenda Marobá - Acampamento 16 de Abril Comunidade Teixeira</p>	<p>Conflito envolvendo a comunidade Quilombola Marobá dos Teixeiras. Houve, por parte dos quilombolas, o movimento de retomada do território. Atualmente, a comunidade aguarda a conclusão do laudo antropológico que está sendo produzido pelo INCRA. Segundo o Incra o laudo está em avançado processo de construção. O MST está à frente desse conflito, que tem como pano de fundo a demarcação de terras em território quilombola.</p> <p>Ata 093/2017</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 0399720-61.2009.8.13.0017 – Comarca de Almenara – Baixado – Carta Precatória – Baixa Definitiva em 24/03/2009 – não há dados do processo principal.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
4	<p>Município: Antônio Carlos</p> <p>Acampamento Gabriel Pimenta</p>	<p>Conflito envolvendo 60 famílias oriundas de ocupação no município de Coronel Pacheco. A Mesa de Diálogo realizou visita ao acampamento e cadastro das famílias. Em conversa com o Prefeito Municipal de Antônio Carlos, este demonstrou interesse em reaver a área, para construção de um parque de exposições para o município. A Mesa de Diálogo estuda a possibilidade de assentamento das famílias em terreno que pertence à Secretaria de Educação.</p> <p>Ata 132/2018</p> <p>Movimento Social:MST</p> <p>Processo nº 5091928-08.2018.8.13.0024 - Comarca de Barbacena – Concedida Medida Liminar em 13/08/2018 – Juntada de petição de manifestação da Defensoria Pública em 25/10/2018.</p>
5	<p>Município: Araguari</p> <p>Fazenda Capão da Anta e Canabrava</p>	<p>Conflito envolvendo 600 famílias. Chegou à Mesa de Diálogo através da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC). Foi realizada reunião no dia 13 de agosto de 2018, quando a comunidade relatou que ocupam uma área de 27 alqueires, há 6 anos. Tendo em vista a suspeita levantada pela comunidade, de que o advogado do proprietário do imóvel estaria vendendo lotes na área ocupada, a condução da Coordenação da Mesa de Diálogo para o caso foi encaminhar o conflito ao Ministério Público, para apuração. Segundo informações da PMMG, houve reintegração pacífica do imóvel.</p> <p>Ofício nº 3019/2018 P3/53º BPM para planejamento da PMMG. Reintegração de Posse efetivada em 30/11/2018.</p> <p>Ata Sem Número 23/06/2015 ata 140 do dia 13/08/18</p> <p>Processo nº 4236850-38.2013.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Determina a imediata execução do julgado com a expedição de carta precatória para a Comarca de Araguari para o cumprimento da reintegração de posse em 30/08/2018 – Cumprimento de sentença</p> <p>– Autos entregues em carga do Ministério público em 23/10/2018.</p>
6	<p>Município: Bambuí</p> <p>Fazenda Bela Vista</p>	<p>Conflito envolvendo 120 famílias que ocuparam imóvel denominado Fazenda Bandeirantes ou Fazenda Escola, por meio de contrato de arrendamento rural, por Walter Pires Eustáquio, para exploração agrícola, cujo vencimento se deu em 07/10/2016. A última reunião foi em 2017, onde a Mesa de Diálogo se comprometeu a se reunir com o MST para tratar de um acordo de não ocuparem a terra novamente, que não havia sido cumprido pelo MST. O acordo de saída pacífica dos ocupantes foi mediado pela Mesa de Diálogo, sendo cumprido pelas famílias que saíram pacificamente da fazenda.</p> <p>Processo nº 0156453-89.2015.8.13.0024 - Vara Agrária de Minas Gerais - Baixado - Em 23/03/2018 a parte autora manifestou requerendo a desistência da ação - Sentença homologa a desistência e extingue o processo sem resolução do mérito em 16/08/2018 - Sentença transitada em julgado em 18/10/2018 - Processo arquivado definitivamente em 18/11/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
7	<p>Município: Belo Horizonte</p> <p>Vila Esperança – Imóvel no Bairro Calafate</p>	<p>Não há informações sobre números de famílias. O SESI entrou com pedido de reintegração de posse do imóvel do Bairro Calafate. As negociações da Mesa de Diálogo não resultaram em acordo. Nos arquivos da Mesa de Diálogo não existem mais detalhes sobre o conflito.</p> <p>Ata nº 46 1 17/05/2016</p> <p>Processo nº 1364414-17.2014.8.13.0024 – Comarca de Belo Horizonte</p> <p>– Baixado – Baixa definitiva em 04/10/2017.</p>
8	<p>Município: Belo Horizonte</p> <p>Ocupação Vila da Conquista</p>	<p>O conflito chegou à Mesa de Diálogo através da Secretaria de Direitos Humanos participação e cidadania (SEDPAC). A primeira reunião foi realizada no dia 13/06/2017, onde houve um intenso debate com a comunidade, que se sentia ameaçada por uma ordem de reintegração. A Mesa de Diálogo realizou visitas e cadastrou as famílias, em conjunto com a SEDPAC.</p> <p>Reunião Ordinária da Mesa de Diálogo - ata nº 91/2017 Ata nº 45/2017 Câmara Setorial</p> <p>Movimento Social: Brigadas Populares</p> <p>Processo nº 5039752-86.2017.8.13.0024 – Comarca de Belo Horizonte</p> <p>– Processo de reintegração de posse com liminar suspensa até julgamento definitivo do recurso em 11/10/2017 – Decorrido prazo em 19/11/2017.</p>
9	<p>Município: Belo Horizonte</p> <p>Imóvel localizado na Rua Teodomiro Cruz, lotes 22 e 23, quadra 10 - Bairro Novo São Lucas (Aglomerado da Serra).</p>	<p>As atuações da Mesa de Diálogo neste conflito foram com visitas ao local, que está situado na zona sul de Belo Horizonte. No momento não há nenhuma atuação mais relevante.</p> <p>ata nº 046.1/2015 Ata sem número 15/09/2015</p> <p>Processo nº 0734815-82.2014.8.13.0024 – 10ª Vara Cível - Comarca de Belo Horizonte – embargos de declaração não acolhidos – reunião para concretizar o cumprimento da decisão de reintegração de posse prevista para o dia 05/11/2018 em 31/10/2018.</p>
10	<p>Município: Belo Horizonte</p> <p>Ocupação Zezéu Ribeiro/ Norma Lucia</p>	<p>Conflito urbano, localizado no prédio do INSS, no centro de Belo Horizonte. O prédio foi ocupado em 2015, por cerca de 90 famílias. Três reuniões da Mesa de Diálogo foram realizadas, com a participação de vários movimentos sociais, como: Fetaemg, MLB, Conam (associação dos moradores). As negociações foram articuladas com o Ministério das Cidades, em Brasília, para possibilidade da inclusão da ocupação no programa “Minha Casa minha vida entidades”.</p> <p>ata nº 47/2016 Ata nº 130/2016</p> <p>Movimento Social: Movimento de Luta dos Bairros Vilas e Favelas - MLB</p> <p>Processo nº 22666-51.2015.4.01.3800 – 5ª Vara Federal de Belo Horizonte – Cumprimento de Sentença – Audiência realizada Conciliação não obtida em 21/06/2018 – Juntada de petição dos réus em 10/07/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
11	<p>Município: Belo Horizonte</p> <p>Ocupação Maria Vitória e Maria Guerreira – Bairro Copacabana</p>	<p>Área reintegrada. 98 famílias representadas pelo MLB ocupavam um terreno do bairro Copacabana. Após diversas reuniões de mediação da Mesa de Diálogo, para tentar, junto à PBH o auxílio moradia para as famílias, o terreno foi reintegrado, de acordo com o comunicado da PMMG, do dia 02/06/2017. Apesar de várias intervenções da Mesa de diálogo, a reintegração não foi pacífica e teve repercussão no estado inteiro,</p> <p>ata 02/06/15 ata 42 ata 07/07/15 ata 12/05/15 ata 14/07/15 ata 24/05/16 ata 25/08/15</p> <p>Processo nº 6043787-43.2015.8.13.0024 – 3ª Vara de Fazenda Municipal – Comarca de Belo Horizonte – Mandado de reintegração de posse cumprido em 28/06/2018 – Autos conclusos para despacho em 06/06/2017.</p>
12	<p>Município: Belo Horizonte</p> <p>Ocupação Vila Nova – Bairro Jaqueline</p>	<p>Trata-se de área pertencente à Construtora Marinalva, no Bairro Jaqueline, que foi ocupada em 1996. A ocupação, totalmente consolidada, tem cerca de 200 famílias que moram em imóveis de alvenaria. Houve reuniões com o proprietário da área, que tem interesse em negociar, para buscar uma solução justa e pacífica para todas as partes. O imóvel possui dívidas fiscais com o município (IPTU). As tratativas caminharam no sentido de estabelecer parceria entre PBH/URBEL e Cohab Minas, para que as famílias continuem morando na área. ata nº 52/2018 reunião de Câmara Setorial 23/02/2018.</p> <p>Processo nº 0325461-94.2014.8.13.0672 – Comarca de Sete Lagoas – Autos conclusos para despacho em 27/08/2018 Processo nº 3171718-17.2014.8.13.0024 – Comarca de Belo Horizonte – Carta Precatória – Autos entregues em carga ao Defensor Público em 21/09/2018.</p>
13	<p>Município: Belo Horizonte</p> <p>Ocupação Vicente Gonçalves - Vicentão</p>	<p>Ocupação urbana que surgiu em um imóvel no centro de Belo Horizonte, que pertence à massa falida do extinto banco Hercules, situado na rua Espírito Santo. Segundo os moradores, na ocupação vivem entre 100 famílias, que não teriam mais como pagar o aluguel. O movimento Brigadas Populares está à frente das negociações da ocupação e expõe que o objetivo dos moradores é continuar morando no centro de Belo Horizonte, tendo em vista que o imóvel se encontrava ocioso, antes da ocupação. A Mesa de Diálogo trouxe para o debate os representantes da Massa Falida e a PBH, para tentar direcionar uma saída para as famílias. Foi encaminhado cópia da ata ao juiz que estava à frente do processo de falência da empresa, para a suspensão da ordem de reintegração. Foi encaminhada também uma vistoria no prédio, para verificar as condições de segurança do imóvel. O documento sobre a vistoria encontra-se nos arquivos da Mesa de Diálogo. Atualmente, encontra-se pendente, uma Câmara Setorial, que seria realizada para tentar encaminhar alguma alternativa de destinação das famílias que estão no prédio.</p> <p>Movimento Social: Brigadas Populares - ata nº 122/2018, Ata nº 141/2018 e Ata nº 61/2016</p> <p>Processo nº 6833145-32.2002.8.13.0024 – 2ª Vara Empresarial – Comarca de Belo Horizonte – Efeito suspensivo concedido nos autos do Agravo de Instrumento nº 1.0024.02.683314-5/001 – Ação de reintegração de posse suspensa até solução do recurso em 02/10/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
14	<p>Município: Belo Horizonte</p> <p>Ocupação Pátria Livre – Pedreira Prado Lopes</p>	<p>Conflito envolvendo cerca de 70 famílias, que existe desde o dia 07 de setembro de 2017. O proprietário do imóvel demonstrou, desde o início, interesse em negociar o imóvel, o que fez com que as negociações na Mesa de Diálogo evoluíssem para uma permuta entre imóveis do Estado e o imóvel ocupado. Atualmente há uma forte parceria com a PBH, através da URBEL, para se concretizar as negociações que estão em pauta. Conforme pactuado na Mesa de Diálogo, no momento não há reintegração de posse.</p> <p>Movimento Social: Movimento de Trabalhadores por Direito (MTD) ata nº 107/2018 ata nº 142/2018</p> <p>Não há Ação de Reintegração de posse ajuizada.</p>
15	<p>Município: Belo Horizonte</p> <p>Ocupação Izidora – Ocupações Rosa Leão, Esperança, Vitória e Helena Greco</p>	<p>Trata-se de Ocupação Urbana de Imóvel Público e Privado pertencente à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e Família Werneck. Ocupação composta por, aproximadamente, 8 mil famílias, média de 30 mil pessoas (informações enviadas pelo movimento), desde o ano de 2013. O conflito entrou em pauta de reunião na Mesa de Diálogo no dia 02/02/2015. As negociações avançaram com apresentação de proposta de acordo pela Prefeitura de Belo Horizonte em conjunto com o Estado de Minas Gerais. Em abril de 2018 a PBH decreta a regularização de áreas ocupadas em Belo Horizonte, o que inicia um processo de acordo e desiste da Ação de Reintegração de Posse proposta por ela. Em audiência de conciliação realizada em 08/11/2018 ficou pactuada a permuta de imóveis entre Cohab-MG, que cederá o terreno da Fazenda Marzagão, em Sabará, aos proprietários da Granja Werneck; a PBH irá instaurar procedimento de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S) e instalação de serviços públicos. O Acordo não encerra todo o conflito em relação à totalidade da área ocupada. Ainda existem dois processos de reintegração de posse pendentes de solução.</p> <p>ata nº 32/2015 ata nº 01/2017 mais 9 (nove) atas que não possuem numeração.</p> <p>Retornou para a Mesa de Diálogo em 2018 ata nº 66/2018 ata nº 67/2018 ata nº 148/2018 - possui mais atas.</p> <p>Movimento Social: Brigadas Populares e MLB.</p> <p>Processo nº 2427246-06.2013.8.13.0024 – 2ª Fazenda Municipal – Comarca de Belo Horizonte – Autor: Município de Belo Horizonte – Baixado – Autos recebidos pelo arquivo em 07/08/2018.</p> <p>Processo nº 2978891-13.2013.8.13.0024 – 19ª Vara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Processo suspenso por depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou declaração incidente em 31/10/2018</p> <p>– Despacho vista às partes em 08/11/2018.</p> <p>Processo nº 3135046-44.2013.8.13.0024 – 19ª Vara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Processo suspenso por depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou declaração incidente em 31/10/2018</p> <p>– Despacho vista às partes em 08/11/2018.</p> <p>Processo nº 3042606-29.2013.8.13.0024 – 19ª Vara Cível – Comarca de Belo Horizonte – Audiência de conciliação designada para o dia 08/11/2018 - Homologada Transação, julgou extinto o processo com resolução do mérito em 23/11/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
16	<p>Município: Belo Horizonte</p> <p>Ocupação Nelson Mandela</p>	<p>A ocupação teve início em 2014, com cerca de 28 famílias que ocuparam área verde de titularidade do Município de Belo Horizonte, no Aglomerado da Serra. Foi assinado Termo de Cooperação Técnica entre a Cohab-MG e PBH/Urbel para operacionalização do pagamento do Aluguel Social. 13 famílias foram realocadas em imóveis da Cohab- MG e 15 recebem auxílio para pagamento de aluguel. O imóvel foi desocupado pacificamente em 16/04/2015.</p> <p>ata 31 de março 2015; ata 13/04/17; ata 14/04/2015; ata 19/03/2015; ata 26/02/2015; ata 28/04/2015, mais 9 (nove) atas que não possuem numeração.</p> <p>Movimento Social: MLB e Comissão Pastoral da Terra Processo nº 0037078-31.2014.8.13.0024 – 3ª Vara de Fazenda Municipal – Comarca de Belo Horizonte – Baixado – Autos recebidos pelo arquivo em 18/07/2018.</p>
17	<p>Município: Belo Horizonte</p> <p>Ocupação Tina Martins</p>	<p>O conflito chegou à Mesa de Diálogo através do movimento Olga Benário. As características dos conflitos e as reivindicações do Movimento não se enquadram no perfil da maioria dos conflitos tratados na Mesa de Diálogo, mas, mesmo assim, foi acolhido pela Segov e encaminhado para ser pautado na Mesa de diálogo. Foram realizadas várias reuniões, antes de se chegar a um acordo.</p> <p>Inicialmente, o Movimento ocupou o prédio da antiga faculdade de engenharia da UFMG, situado no centro de Belo Horizonte, na Rua Guaicurus,343. As reivindicações seriam, a princípio, chamar atenção para falta de investimento em políticas públicas para mulheres em situação de violência. Segundo o Movimento, em Belo Horizonte não existe um espaço que cuide 24h dessas mulheres, assim como faz o espaço Tina Martins. As negociações contaram com a presença de vários órgãos, em busca da solução do conflito, dentre eles; PUC, UFMG,SPU, AGU,SEDPAC, SEDESE. Houve um acordo na Mesa de Diálogo e foi cedido um imóvel na rua Paraíba, 64, onde se instalou a casa de referência Tina Martins, que atualmente atende mulheres vítimas de violência.</p> <p>A Mesa de Diálogo retomou as negociações em 01/08/2018.</p> <p>ata nº 44/2016 ata nº 46/2016 ata nº 137/2018 ata nº 138/2018. Movimento Social: Olga Benário</p> <p>Não existe Ação de reintegração de posse.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
18	<p>Município: Belo Horizonte</p> <p>Ocupação Carolina Maria de Jesus</p>	<p>Ocupação urbana localizada na região central de Belo Horizonte, na Av afonso Pena 2300, (imóvel de Propriedade da Sistel), liderada pelo Movimento Social de Lutas pelos bairros Vilas e Favelas (MLB). A ocupação é constituída por 200 famílias sem teto, oriundas de vários bairros de Belo Horizonte, tendo como principal reivindicação, moradia para todas as 200 famílias que estão ocupando o Prédio. A Mesa atuou através de visitas à ocupação, várias reuniões de mediação e criação de Câmaras Setoriais, para acompanhar a evolução da mediação do Conflito. Depois de vários encaminhamentos e avaliações de inúmeras propostas, foi selado um acordo na Mesa de Diálogo, com a participação efetiva da presidência da COHAB Minas, para concretizar a negociação que, não só realocou as famílias, através do pagamento de auxílio pecuniário, como firmou a construção de 200 unidades habitacionais em terreno do Estado, situado no bairro Olhos D'água. Toda a negociação está documentada em arquivo digital e físico da Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo. Imóvel desocupado pacificamente. Foi firmado Termo de Acordo na Mesa de Diálogo – <u>Possui 16 atas.</u></p> <p>Processo nº 5129491-70.2017.8.13.0024 – 14ª Vara Cível – Comarca de Belo Horizonte – A autora informou nos autos que ocorreu desocupação voluntária do imóvel em 04/07/2018.</p>
19	<p>Município: Belo Horizonte</p> <p>Ocupação Professor Fábio Alves - Barreiro</p>	<p>Ocupação urbana com 680 famílias, criada em 06/10/2018. A Mesa de Diálogo realizou Visita Técnica para conhecer a comunidade. Segundo liderança da ocupação, a área encontrava-se abandonada há anos, sendo objeto de especulação imobiliária, informou também que todos os moradores estão cadastrados e que já existe um projeto urbanístico feito por arquitetos parceiros, com o objetivo de consolidar a área para moradia popular. A reunião da Mesa de Diálogo para mediar o conflito está agendada para o dia 10 de dezembro de 2018.</p> <p>Processo nº 5142645-24.2018.8.13.0024 - 22ª Vara Cível - Comarca de Belo Horizonte - Audiência de conciliação realizada em 31/10/2018 - Juntada de petição de manifestação da Defensoria Pública em 20/11/2018.</p> <p>Ainda não foi concedida liminar de Reintegração de Posse.</p>
20	<p>Município: Betim</p> <p>Ocupação Nova Canaã – Imóvel localizado na Rua Rio Grande, nº 101, Bairro Nossa Senhora de Fátima</p>	<p>Conflito envolvendo 300 pessoas. Segundo Histórico da Mesa, o imóvel foi desocupado pacificamente e as famílias recebem bolsa aluguel do município de Betim.</p> <p>ata dia 02-06-2015 ata dia 04 de agosto de 2015 ata dia 14 de julho de 2015 ata dia 19-05-2015 ata dia 23-06-2015 ata dia 30 de junho de 2015</p> <p>Movimento Social: Brigadas Populares e MLB</p> <p>Processo nº 0255889-46.2014.8.13.0027 – 3ª Vara Cível – Comarca de Betim – Baixado – Baixa definitiva em 15/01/2018. (Retirar da Planilha, pois não há movimentação)</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
21	<p>Município: Betim</p> <p>Ocupação 1º de Maio - Avenida Pau Brasil, nº 351, Bairro Sítio Poções</p>	<p>Ocupação urbana envolvendo 45 famílias. A Mesa de Diálogo fez várias reuniões e câmaras técnicas, com a participação da PDG, empresa que reivindica a reintegração de posse da área ocupada. Técnicos da Mesa de Diálogo visitaram o local e foi constatado que a ocupação está consolidada, com várias construções de alvenaria. Em parceria entre Mesa e SEDPAC, foi realizado o cadastramento das famílias, o que retratou a completa situação de vulnerabilidade social das pessoas. Em virtude das várias intervenções, inclusive manifestações dos moradores, atualmente o processo de reintegração encontra-se suspenso.</p> <p>Movimento Social: Brigadas Populares.</p> <p>ata 26-2016 da Câmara Setorial do dia 07-06-2016 ata 058 01 11 2016 ata da reunião do dia 24-05-2016</p> <p>Processo nº 0182281-152014.8.13.0027 – 4ª Vara Cível – Comarca de Betim – Processo suspenso ou sobrestado por decisão judicial em 02/06/2017.</p>
22	<p>Município: Betim</p> <p>Ocupação Dom Tomás Balduino.</p>	<p>Ocupação urbana, que teve início em 23/04/2014. 120 famílias ocupam uma área da Prefeitura Municipal de Betim. Houve atuação da Mesa de Diálogo, sendo a última reunião no dia 19/01/2018, mas no momento as negociações estão paralisadas. - <u>Possui 6 Atas</u> ata reunião dia 02/06/2015</p> <p>Movimento Social: MLB</p> <p>Processo nº 0221261-31.2014.8.13.0027 – 1ª Vara Cível – Comarca de Betim – Autos conclusos para julgamento em 10/09/2018.</p>
23	<p>Município: Bocaiúva</p> <p>Fazenda Cedro/ Corguinho - Acampamento Garrote</p>	<p>Conflito rural envolvendo 50 famílias que produzem na terra desde de 2015, em processo de mediação na Mesa de Diálogo. No dia 13/11/2018, foi realizada reunião em Bocaiúva, para tratar de assuntos sobre a reintegração da fazenda, marcada para acontecer no dia 14/11/18. Há uma ação discriminatória em curso. No dia 20/11/18 houve a suspensão da liminar de reintegração de posse, o que possibilita a continuidade das tratativas para a resolução do conflito. ata reunião 22/09/15</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5162225-11.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Proferido despacho – devolução da Carta Precatória para efetivação da liminar de reintegração de posse em 24/07/2018 – Juntada de petição de manifestação em 06/11/2018 – Suspensão da Ação de Reintegração de Posse até o julgamento da Ação Discriminatória movida pelo Estado de Minas Gerais em 19/11/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
24	<p>Município: Bocaiúva</p> <p>Fazenda Santa Cruz - Acampamento Primavera de Cachoeira</p>	<p>O acampamento Primavera da Cachoeira teve início em junho de 2017, com cerca de 64 famílias de pequenos agricultores, liderados pelo MST, que ocuparam a Fazenda Santa Cruz, que era improdutiva. A Mesa de Diálogo e a SEDA participaram de reunião com PMMG, onde foi tirado o encaminhamento de realizar reunião ordinária da Mesa de Diálogo com participação de todos os interessados no conflito, para solução pacífica da questão. A reunião foi realizada em abril de 2018 e ficou pactuado a saída voluntária das famílias, após o término da colheita das plantações existentes. Como resultado de articulação da Mesa de Diálogo, a Fazenda Santa Cruz foi desocupada espontaneamente.</p> <p>ata 116/2018</p> <p>Processo nº 5102185-29.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos conclusos para despacho em 18/09/2018.</p> <p>Imóvel desocupado pacificamente</p>
25	<p>Município: Bocaiúva</p> <p>Fazenda Pedra Negra</p>	<p>Segundo informações do MST o imóvel de doze mil hectares foi ocupado em 2016 e que através da Mesa de Diálogo foi firmado contrato de comodato de duas outras fazendas para que o Incra pudesse vistoriar o imóvel e o Estado fazer levantamento de cadeia dominial. A Seda informou que foi feito trabalho de cadeia dominial da área e identificados seis mil hectares com matrícula e nos outros cinco mil e oitocentos hectares não foram identificados e, em havendo indícios de devolutibilidade da área será aberta ação discriminatória.</p> <p>Ata nº 113/2018 Movimento Social: MST</p> <p>Não há registro do número de Ação de reintegração de posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.</p>
26	<p>Município: Bocaiúva</p> <p>Fazenda Ribeirão de Areias</p>	<p>O Secretário Executivo da Mesa de Diálogo conduziu uma visita à ocupação na fazenda Ribeirão de Áreas. Na ocasião foi feito entre os ocupantes do MST, proprietário da fazenda e Mesa de Diálogo um acordo que se encontra nos arquivos da Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo. Não houve retorno, por parte do MST, informando se o acordo teve continuidade. Há um registro de uma reunião que foi feita no local. Segundo informações do MST, a ocupação possui 130 famílias. Acordo firmado pela Mesa de Diálogo, foi enviado cópia por e-mail do acordo firmado na Mesa de Diálogo, ao movimento dos trabalhadores sem-terra (MST)..</p> <p>Ata nº 22/09/2015 Movimento Social: MST</p> <p>Não há registro do número de Ação de reintegração de posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
27	<p>Município: Bocaiúva</p> <p>Acampamento Professor Massan (Projeto de Assentamento P.A.)</p>	<p>A Mesa de Diálogo atuou no conflito, através de uma reunião em Montes Claros, no mês de março de 2018, com a participação dos moradores do assentamento e a Cemig. Outras reuniões foram agendadas para que as demandas fossem encaminhadas diretamente aos órgãos competentes para a solução pacífica do conflito.</p> <p>Ata nº 113/2018 Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5150273-35.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Processo julgado extinto sem resolução de mérito por abandono da causa pela autora em 26/09/2018.</p>
28	<p>Município: Brasilândia de Minas</p> <p>Fazenda Brejão - Acampamento 25 de Julho</p>	<p>Conflito rural envolvendo 250 famílias que chegou à Mesa de Diálogo pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Brasilândia de Minas. Houve reunião da Mesa e foi solicitado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA), o levantamento da cadeia dominial do imóvel. Mesmo atuando ativamente no conflito e tentando envolver a Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas, a reintegração foi inevitável, mas de forma pacífica. Atualmente, o sindicato continua as negociações com a SEDA, para conclusão da cadeia dominial do imóvel.</p> <p>Ata nº 106/2017</p> <p>Movimento Social: Sindicato Rural dos Trabalhadores</p> <p>Processo nº 5110028-45.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Proferido despacho – Indeferimento do requerimento de suspensão da liminar de reintegração de posse; aditamento da Carta precatória nº 0054284-06.2017.8.13.0363 determinando a expedição de novo mandado de reintegração de posse – Juntada de Carta Precatória em 17/09/2018.</p>
29	<p>Município: Buritizeiro</p> <p>Comunidade Tradicional Canabrava - Fazenda Bananal</p>	<p>Conflito envolvendo famílias tradicionais pescadoras. Apesar de diversas tentativas da Mesa de Diálogo, em parceria com a Sedpac, nas tratativas com a SPU e INCRA, para liberação de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), a área foi desocupada. Atualmente, as famílias encontram-se desamparadas, vivendo em uma ilha, no Rio São Francisco. Aguardam realização de audiência pela SPU, audiências da SPU, estariam marcadas para o mês de Dezembro ,mas foram canceladas. Atualmente a comunidade encontra-se desalojada, pois a ilha em que ficavam às margens do Rio São Francisco, foram alagadas.</p> <p>Ata nº 44/2017 Movimento Social: CPT</p> <p>Processo nº 8167214-92.2005.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado – Baixa definitiva em 13/08/2018. Área reintegrada – Conflito não resolvido.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
30	<p>Município: Buritizeiro</p> <p>Comunidade Indígena Tribo Tuxá – Fazenda Santo Antônio</p>	<p>Conflito envolvendo 44 famílias indígenas da etnia Tuxá, localizado fazenda Santo Antônio (área total de 6.525,26 hectares), no Município de Buritizeiro MG. O imóvel foi adquirido pelo Estado de Minas Gerais, por meio de adjudicação judicial em processo de execução fiscal, no ano de 2007. A fazenda foi cedida pela SEPLAG, em 2008, para a EPAMIG, com interveniência da SEAPA, com a proposta de instalação de um campo de pesquisa agropecuária. Foram feitas várias visitas, por técnicos, para se entender o conflito. A Mesa de Diálogo fez a segunda proposta, de ceder uma parte da área da Fazenda Santo Antônio, em Buritizeiro. Os representantes da comunidade, por meio da Cacique Anália, agradeceram e ficaram de dar uma resposta, que até no momento não foi recebida pela Mesa de Diálogo.</p> <p>5 atas de reunião.</p> <p>Movimento Social: Articulação Rosalino. Relatório da Articulação Rosalino</p> <p>Não existe Ação de Reintegração de Posse. Área do Estado cedida à Epamig.</p>
31	<p>Município: Caldas</p> <p>Comunidade Indígena Tribo Kiriri</p>	<p>Conflito indígena envolvendo 16 famílias que ocupam um terreno de propriedade da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Durante a reunião da Mesa de Diálogo, foi discutida a possibilidade de solução do conflito, por parte da Prefeitura Municipal de Caldas-MG. A Mesa de Diálogo tentou transferir as famílias para o município de Patos de Minas, mas os indígenas retornaram à Caldas, para a retomada do território. A coordenação da Mesa de Diálogo se reuniu com a reitoria da UEMG, onde ficou sinalizado uma possibilidade de acordo, com a Instituição (UEMG) se comprometendo a fazer um projeto que contemple a permanência da etnia Kiriri nas terras referidas. Foi feita uma reunião com a reitora, Prof. Lavinia, onde foi acertado a permanência dos índios no imóvel da UEMG e como contrapartida, desenvolvimento de um projeto de extensão.</p> <p>Encaminhado para acordo - Ata nº 98/2017 - Ata nº 57/2018 Câmara Setorial Memória de reunião dia 06/03/2017 ata reunião alinhamento com Funai dia 09/10/2018</p> <p>Processo nº 0000941-54.2017.4.01.3826 – 1º Vara Federal – Subseção Judiciária de Poços de Caldas – Ordem de reintegração de posse suspensa – Designação de audiência de tentativa de conciliação para o dia 24/01/2019 em 13/11/2018.</p>
32	<p>Município: Campos Altos</p> <p>Fazenda Maranhão</p>	<p>Conflito rural envolvendo aproximadamente 1300 famílias, segundo informação do MST. Imóvel privado pertencente à Agropecuária Campos Altos Ltda – ME. Foi feito acordo na Mesa de Diálogo para desocupação pacífica da área.</p> <p>ata do dia 23 de maio de 2017 Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5004699-44.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado – Sentença julgou procedente pedido inicial – Imóvel desocupado pacificamente – Baixa definitiva em 15/02/2018</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
33	<p>Município: Canápolis</p> <p>Fazenda Piripá - Acampamento 1º de Maio</p>	<p>Ocupação teve início em 01 de maio de 2009, com 38 famílias. que ocupam a Fazenda Piripá. Trata-se de imóvel arrematado pela empresa NK 17 Empreendimentos e Participações S/A nos autos do Processo de Recuperação Judicial e Falência da empresa Laginha Agro Industrial S/A, em trâmite na Comarca de Coruripe – Alagoas. A Mesa de Diálogo atuou tentando reverter a ordem de Imissão na Posse, por não ser o instrumento jurídico adequado para retirar os ocupantes da área. Foram feitas reuniões com a PMMG no município para tentar mediar o conflito, houve conversas com os advogados do MST, bem como com o Juiz da Comarca. Uma força tarefa foi criada com participação do Ministério Público local, da Vara Agrária e Procuradoria Agrária, Jurídico da Mesa de Diálogo, Seda e Sedpac com intenção de construir argumentação em defesa dos ocupantes e garantia de direitos. O Ministério Público da Vara Agrária interpôs Agravo de Instrumento que foi recebido no efeito suspensivo. A reintegração de posse está suspensa até julgamento do Agravo. <u>Ata nº 47/2017</u></p> <p>Movimento Social: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro</p> <p>Processo nº 5168376-90.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais - Agravo de Instrumento nº 1.0000.17.013329-2/002 recebido com efeito suspensivo – Solicitação de paralisação da deprecada até julgamento do recurso em 05/10/2018.</p>
34	<p>Município: Canápolis</p> <p>Fazenda Piripá - Acampamento Ernesto Che Guevara</p>	<p>Ocupação teve início em janeiro de 2014, com 46 famílias que ocupam a Fazenda Piripá. Trata-se de imóvel arrematado pela empresa NK 17 Empreendimentos e Participações S/A nos autos do Processo de Recuperação Judicial e Falência da empresa Laginha Agro Industrial S/A, em trâmite na Comarca de Coruripe – Alagoas. A Mesa de Diálogo atuou tentando reverter a ordem de Imissão na Posse, por não ser o instrumento jurídico adequado para retirar os ocupantes da área.</p> <p>Foram feitas reuniões com a PMMG no município para tentar mediar o conflito, houve conversas com os advogados do MST, bem como com o Juiz da Comarca. Uma força tarefa foi criada com participação do Ministério Público local, da Vara Agrária e Procuradoria Agrária, Jurídico da Mesa de Diálogo, Seda e Sedpac com intenção de construir argumentação em defesa dos ocupantes e garantia de direitos. O Ministério Público da Vara Agrária interpôs Agravo de Instrumento que foi recebido no efeito suspensivo. A reintegração de posse está suspensa até julgamento do Agravo. <u>Ata nº 47/2017</u></p> <p>Movimento Social: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro</p> <p>Processo nº 5168376-90.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais - Agravo de Instrumento nº 1.0000.17.013329-2/002 recebido com efeito suspensivo – Solicitação de paralisação da deprecada até julgamento do recurso em 05/10/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
35	<p>Município: Canápolis</p> <p>Fazenda Germina - Acampamento Irmã Dorothy</p>	<p>Ocupação teve início em abril de 2017, com 86 famílias que ocupam a Fazenda Piripá. Trata-se de imóvel arrematado pela empresa NK 17 Empreendimentos e Participações S/A nos autos do Processo de Recuperação Judicial e Falência da empresa Laginha Agro Industrial S/A, em trâmite na Comarca de Coruripe – Alagoas. A Mesa de Diálogo atuou tentando reverter a ordem de Imissão na Posse, por não ser o instrumento jurídico adequado para retirar os ocupantes da área.</p> <p>Foram feitas reuniões com a PMMG no município para tentar mediar o conflito, houve conversas com os advogados do MST, bem como com o Juiz da Comarca. Uma força tarefa foi criada com participação do Ministério Público local, da Vara Agrária e Procuradoria Agrária, Jurídico da Mesa de Diálogo, Seda e Sedpac com intenção de construir argumentação em defesa dos ocupantes e garantia de direitos. O Ministério Público da Vara Agrária interpôs Agravo de Instrumento que foi recebido no efeito suspensivo. A reintegração de posse está suspensa até julgamento do Agravo.</p> <p><u>ata 47/2017</u></p> <p>Movimento Social: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro</p> <p>Processo nº 5168376-90.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais - Agravo de Instrumento nº 1.0000.17.013329-2/002 recebido com efeito suspensivo – Solicitação de paralisação da deprecada até julgamento do recurso em 05/10/2018.</p>
36	<p>Município: Canápolis</p> <p>Fazenda Campo Limpo</p>	<p>Ocupação teve início em 01 de maio de 2009, com 38 famílias que ocupam a Fazenda Piripá. Trata-se de imóvel arrematado pela empresa NK 17 Empreendimentos e Participações S/A nos autos do Processo de Recuperação Judicial e Falência da empresa Laginha Agro Industrial S/A, em trâmite na Comarca de Coruripe – Alagoas. A Mesa de Diálogo atuou tentando reverter a ordem de Imissão na Posse, por não ser o instrumento jurídico adequado para retirar os ocupantes da área. Foram feitas reuniões com a PMMG no município para tentar mediar o conflito, houve conversas com os advogados do MST, bem como com o Juiz da Comarca. Uma força tarefa foi criada com participação do Ministério Público local, da Vara Agrária e Procuradoria Agrária, Jurídico da Mesa de Diálogo, Seda e Sedpac com intenção de construir argumentação em defesa dos ocupantes e garantia de direitos. O Ministério Público da Vara Agrária interpôs Agravo de Instrumento que foi recebido no efeito suspensivo. A reintegração de posse está suspensa até julgamento do Agravo.</p> <p>Movimento Social: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro</p> <p>Processo nº 5168376-90.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais - Agravo de Instrumento nº 1.0000.17.013329-2/002 recebido com efeito suspensivo – Solicitação de paralisação da deprecada até julgamento do recurso em 05/10/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
37	<p>Município: Capelinha</p> <p>Fazenda Bonanza</p>	<p>Conflito rural com mais de sete anos de existência, onde vivem aproximadamente 28 famílias, em uma área de 394 ha. O proprietário concordou em vender a propriedade para os ocupantes. O conflito foi tratado na Mesa de Diálogo, mas as negociações não avançaram, por parte dos envolvidos. – Ata nº 54/2016</p> <p>Movimento Social: Movimento Social de Luta e Moradia Terra e Reforma Agrária</p> <p>Processo nº 5009479-61.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos remetidos ao Ministério Público e à Defensoria Pública em 16/10/2018.</p>
38	<p>Município: Capitão Enéas</p> <p>Fazendas Reunidas Norte América e Nova Holanda</p>	<p>A Fazenda Norte-América foi ocupada em janeiro de 2017. Na época da ocupação, o MST divulgou que cerca de 150 famílias participavam da ação e disseram que a fazenda possui cerca de 3000ha, e que pertenceria à Associação Educativa do Brasil (Soebras), que segundo eles, teria arrematado a fazenda em um leilão, devido a uma dívida da fazenda com um banco federal, que ainda não foi paga. A fazenda foi desocupada pelo MST e reocupada pelo Movimento FNL – Frente Nacional de Luta. Houve apenas uma reunião da Mesa de Diálogo, em 11/04/2017. A Mesa de Diálogo fez visitas à fazenda, devido a um ataque violento aos ocupantes, que resultou em feridos e pessoas hospitalizadas. O Estado, através da Mesa de Diálogo, em articulação com várias secretarias prestou toda assistência possível às famílias. A PMMG fez um informativo dizendo que os responsáveis pelo ataque já se encontravam presos. Atualmente as negociações encontram-se paralisadas.</p> <p>- Ata nº 82/2017 Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 500963090.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos conclusos para despacho em 05/06/2018.</p>
39	<p>Município: Contagem</p> <p>Ocupação Guarani Kaiowa - imóvel localizado na rua Manoelita Chagasse Rodrigues Cunha, Bairro Ressaca - lotes 01 a 14 da quadra 33</p>	<p>Conflito urbano envolvendo várias famílias que ocupam, desde 2013, um imóvel de 36.722,48m², onde existem muitas construções de alvenaria. Em audiência de conciliação, realizada no dia 06/08/2018, a Ação de Reintegração de Posse foi suspensa por 90 dias, para tentativa de composição, possibilidade de eventual permuta ou outro instrumento de regularização, considerando-se o período eleitoral. Foi pactuado, em reunião da Mesa de Diálogo, que o município de Contagem avaliaria o imóvel, bem como a possibilidade de inclusão da comunidade no PL de uso e solo do município. Conflito em processo de negociação.</p> <p>Ata nº 147/2018</p> <p>Movimento Social: Movimento de Organização de Base de Minas Gerais (Mob).</p> <p>Processo nº 0171618-79.2013.8.13.0079 – 5ª Vara Cível – Comarca de Contagem – Processo suspenso por convenção das partes em 06/08/2018 – Autos arquivados provisoriamente em 13/08/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
40	<p>Município: Contagem</p> <p>Ocupação Vila Samag - Vila do Canal</p>	<p>Conflito envolvendo 20 famílias. Houve atuação da Mesa de Diálogo, mas a demanda não foi pautada em reunião. As famílias moram nos escombros dos imóveis que foram desapropriados pelo Estado de Minas Gerais, por meio do Departamento de Obras (DEOP), no contexto do Programa de Requalificação Urbana e Ambiental do Córrego Ferrugem. As casas foram parcialmente demolidas e, apesar de o lugar estar completamente insalubre, foi ocupado por famílias pobres, por não terem outra alternativa de moradia. Imóvel desocupado pacificamente. Movimento Social / líder: MLB</p> <p>Processo nº 5022154-85.2016.8.13.0079 – Comarca de Contagem – Ação Civil Pública – Garantias Constitucionais – Moradia – Autos remetidos ao TJMG em 30/07/2018.</p>
41	<p>Município: Contagem</p> <p>Ocupação William Rosa</p>	<p>Ocupação iniciada em outubro de 2013, com cerca de 430 famílias, em uma área de 2.286.432,00m² de propriedade do CEASAMINAS. Foi firmado Termo de Acordo na Mesa de Diálogo e a prefeitura de Contagem cedeu área para a construção de unidades habitacionais do Programa “Minha Casa, Minha Vida, Faixa 1”. As famílias foram removidas pacificamente, em julho de 2017.</p> <p>Ata reunião 26/05/15 Ata 92-21/06/17 Ata 31 - 11/07/2016 Ata 70 - 21/02/17 Ata 90 - 09/06/17 Ata reunião Câmara Setorial 04/08/15 Ata reunião 28/04/15 Ata reunião 31/03/15 Ata reunião 24/03/15 Ata reunião 28/04/15</p> <p>Processo nº 0714789-29.2013.8.13.0079 – 4ª Vara Cível – Comarca de Contagem – Autos remetidos ao TJMG em 05/07/2018.</p>
42	<p>Município: Coromandel</p> <p>Fazenda Chapadão dos Borges</p>	<p>Conflito envolvendo 45 famílias. Segundo informações de cadastro, realizado pelo MST, a equipe técnica da Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo realizou visita e conversou com alguns ocupantes, que relatam que a área foi ocupada por ser improdutivo. A Mesa de Diálogo não pautou o conflito em reunião ordinária, mas, através de sua equipe técnica, buscou alternativas para a solução do conflito. Mesmo com todos os esforços, houve a desocupação pacífica da área. Ata nº 37/2016</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 6098786.43.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Acordo celebrado em audiência em 19/02/2018 – Autos arquivados definitivamente em 27/03/2018.</p>
43	<p>Município: Coromandel</p> <p>Fazenda São Miguel/Santana</p>	<p>Ocupação com 48 famílias. A Mesa de Diálogo atuou neste conflito, através de reunião e visitas ao local do acampamento, onde constatou se tratar de uma ocupação do MSTB, com cerca de 48 famílias que produzem e criam animais, para o próprio sustento. Atualmente, as famílias permanecem na Fazenda.</p> <p>Ata 43/2016</p> <p>Processo nº 0253702-28.2009.8.13.0193 – Comarca de Coromandel – Processo suspenso por morte ou perda da capacidade processual em 17/09/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
44	<p>Município: Coronel Pacheco</p> <p>Fazenda São José</p>	<p>Conflito envolvendo 300 famílias. Foi firmado Termo de Acordo na Mesa de Diálogo para desocupar o local e as famílias foram removidas para áreas do Estado, localizadas no município de Tocantins/MG.</p> <p>Ata nº 93/2017 Ata nº 95/2017 Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5011089.55.2017.8.13.0145 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada certidão trânsito em julgado do Agravo de Instrumento em 24/10/2018 – Acordo de desocupação pacífica assinado em 19/12/2017.</p>
45	<p>Município: Delta</p> <p>Assentamento Vitória</p>	<p>Conflito envolvendo 250 famílias que ocupam, há mais de cinco anos, uma sobra de terreno em área urbana. Informam que a juíza concedeu liminar de reintegração de posse após cinco anos de processo. Os moradores acreditavam que a área fosse de uma usina, que já informou que não tem interesse no terreno. Contam que a ocupação já está consolidada. A aquisição da área já foi cogitada pelos ocupantes, mas o suposto dono (que mora próximo à ocupação) solicita um valor inviável (2 milhões). A Mesa de Diálogo realizou reunião de mediação com a Prefeitura Municipal de Delta, que se mostrou solidária à causa.</p> <p>Ata nº 103/2017</p> <p>Processo nº 0244861-67.2012.8.13.0701- 4ª Vara Cível – Comarca de Uberaba – Processo Principal – Recebidos os autos do TJMG em 13/09/2018.</p>
46	<p>Município: Diamantina</p> <p>Comunidade Quilombola Vargem do Inhaí – Distrito de Mãe Ana</p>	<p>Aproximadamente 27 famílias vivem na comunidade quilombola de Vargem do Inhaí, que tem seu território situado a margem esquerda do rio Jequitinhonha, a comunidade sofreu as consequências do último ciclo de extração de diamante do leito rio Jequitinhonha, as grandes mineradoras se inseriram na região ameaçando não só a comunidade local, mas todo o ambiente do vale. O conflito de natureza socioambiental Foi tratado pela Mesa de Diálogo, através da agenda da Articulação Rosalino, (Uma agenda especial criada pela mesa de Diálogo e a Articulação Rosalino no final do ano de 2017, para tratar as pautas envolvendo povos e comunidades tradicionais.) a comunidade possui certificação da Fundação Palmares, e relatório antropológico concluído.</p> <p>Relatório da Articulação Rosalino Movimento Social: Articulação Rosalino</p> <p>Conflito socioambiental. Não possui Ação de Reintegração de Posse.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
47	<p>Município: Diamantina</p> <p>Parque Nacional das Sempre Vivas</p>	<p>Criado em dezembro de 2002, o Parque nacional das Sempre Vivas situa-se na Serra do Espinhaço, servindo como divisor de águas entre as bacias do São Francisco e Rio Jequitinhonha, abrangendo 4 municípios: Olhos D'Água, Diamantina, Buenópolis e Bocaiúva. O conflito, neste caso, envolve a comunidade de apanhadores de flores sempre vivas, que durante décadas garante o sustento de várias famílias. Para entender a situação real do conflito, a Mesa de Diálogo visitou o parque e realizou reuniões com a participação de vários atores, incluindo ambientalistas da região, MPF, INCRA, etc, para tentar dar uma diretriz para a solução do conflito. Atualmente, as discussões entre a Mesa de Diálogo e os envolvidos (comunidade e parque) estão paradas. A demanda chegou à Mesa através da Articulação Rosalino.</p> <p>Relatório da Articulação Rosalino</p> <p>Atas: Ata 27 - 08-06-2016 Ata 29- 20-06-2016 Ata 34 - 23-08-2016 Ata da reunião do dia 29-09-2016</p> <p>Conflito socioambiental. Não possui Ação de Reintegração de Posse.</p>
48	<p>Município: Diamantina</p> <p>Comunidade Quilombola Mata dos Crioulos</p>	<p>Em novembro de 2010, foi realizado um estudo pelo IEF, no qual é proposta a extensão dos Parques Estaduais do Rio Preto e do Pico do Itambé. Este processo foi paralisado pelo Ministério Público – MPMG após a emissão da Certidão de Auto definição da comunidade como Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura. Muitas pessoas migram sazonalmente a procura de serviços que possam complementar a renda familiar, uma vez que não têm acesso às áreas onde tradicionalmente realizavam a coleta de flores sempre-vivas para comercialização, principal fonte de renda, da comunidade quilombola, a Mesa de diálogo ao longo das reuniões fez várias intervenções para a solução pacífica do conflito. Atualmente o conflito se encontra sendo tratado na comissão de povos e comunidades tradicionais.</p> <p>Conflito socioambiental. Não possui Ação de Reintegração de Posse.</p>
49	<p>Município: Diogo de Vasconcelos</p> <p>Barragem Fumaça</p>	<p>A Mesa de Diálogo atuou neste conflito socioambiental, através de visitas e reuniões na Comunidade, para conhecer as principais demandas. O principal encaminhamento foi a criação de Câmara Setorial do MAB, para tratar das principais demandas dos atingidos por barragens.</p> <p>– Ata 84/2017 relatório MAB</p> <p>Movimento Social: MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens</p> <p>Conflito socioambiental. Não possui Ação de Reintegração de Posse.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
50	<p>Município: Engenheiro Navarro</p> <p>Fazenda Santo Eloy - Acampamento Eloy Ferreira</p>	<p>O Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) informa que a área foi ocupada em 2010. O Projeto de Assentamento (P.A.) é composto por 39 famílias e dividido em três núcleos produtivos: grupo do leite, grupo das hortaliças e pequenos animais e grupo das roças tradicionais (plantações de feijão, milho, mandioca) que demandam o fornecimento de água e luz. Pontua que para a distribuição de água é necessária a perfuração de poços artesianos. Na reunião em Montes Claros, foi articulado, pela Mesa de Diálogo, uma reunião com a Cemig e com a Sednor, para encaminhar as demandas por acesso a água e a perfuração de poços dos PA's.</p> <p>Ata nº 113/2018</p> <p>Processo nº 0023379-83.2015.8.13.0073 – Comarca de Bocaiúva – Autos remetidos à Vara Agrária de Minas Gerais em 15/12/2015. Processo nº 5001708-32.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de Certidão em 19/04/2018.</p> <p>P.A. Eloy Ferreira</p>
51	<p>Município: Esmeraldas</p> <p>Comunidade Indígena Pataxó Hã-hã-hãe</p>	<p>Comunidade indígena envolvendo 26 pessoas da etnia Pataxó Kamakã Hahahãe, situada no município de Esmeraldas, em imóvel que pertence a Fundação Caio Martins (FUCAM). O conflito chegou à Mesa de Diálogo através da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais, e tem uma característica diferenciada, por se tratar de indígenas que vivem em área urbana. A intervenção da Mesa de Diálogo foi no sentido de sensibilizar a FUCAM, para que os indígenas fossem agregados a algum projeto de educação da instituição. Atualmente, o conflito está em fase de planejamento nas Câmaras Setoriais que envolvem vários órgãos, incluindo a FUNAI. Mediado pela Mesa de Diálogo. Aguarda realização de Câmara Setorial para negociar com Fundação Caio Martins - FUCAM. Reunião dia 09 de outubro de 2018 tratou a situação junto a FUNAI.</p> <p>Ata nº 146/2018</p> <p>Não existem informações acerca da Ação de Reintegração de Posse nos arquivos.</p>
52	<p>Município: Felisburgo</p> <p>Fazenda Nova Alegria - Acampamento Terra Prometida</p>	<p>Em novembro de 2004, houve uma chacina no local, que culminou na morte de 5 trabalhadores rurais sem-terra, na Fazenda Nova Alegria. O conflito foi pautado na Mesa de Diálogo e as tratativas foram acerca do decreto de desapropriação, pelo fato de a área ser declarada de interesse social. Atualmente, o assentamento conta com cerca de 60 famílias, em plena produção de alimentos sem a adição de agrotóxico.</p> <p>Movimento Social: MST - Ata 115/2018,</p> <p>Fazenda desapropriada – Decreto NE nº 366, de 25 de setembro de 2015.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
53	<p>Municípios: Ubá, Betim, Três Corações e Bambuí</p> <p>Colônias de Hansenianos</p>	<p>As questões que envolvem as Colônias de Hansenianos chegaram à Mesa de Diálogo através da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC). Em reunião, foi discutido um caso de violação de direitos humanos, cujo o pano de fundo foi questão fundiária das moradias existentes nas colônias, nos imóveis da FHEMIG. A Mesa de Diálogo realizou várias reuniões e visitas às referidas colônias. Atualmente o conflito não se encontra na Mesa. Possui 4 Atas.</p> <p>Não possui Ação de Reintegração de Posse</p>
54	<p>Município: Francisco Sá</p> <p>Fazenda Redenção - Acampamento Alvimar Ribeiro</p>	<p>Conflito rural envolvendo 100 famílias lideradas pelo MST. A Mesa de Diálogo atuou no conflito, no sentido de negociar um prazo para que as famílias fizessem a colheita, antes de saírem pacificamente da fazenda.</p> <p>.Ata 112/2018</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5142013-32.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos arquivados definitivamente em 28/09/2018 – Imóvel desocupado pacificamente.</p>
55	<p>Município: Frei Inocência</p> <p>Fazenda Eldorado I e II - Acampamento Padre Gino</p>	<p>Apesar dos esforços da Mesa de Diálogo, as famílias encontram-se na iminência de despejo. Na reunião da Mesa de Diálogo, no mês de junho de 2018, a comunidade expressou o desejo de permanecer no local, onde criou laços e uma produção agrícola que abastece o município de Frei Inocência. A Prefeitura Municipal de Frei Inocência concorda que a saída das famílias do acampamento causará forte impacto, não só no fornecimento de hortaliças, legumes e frutas, mas também no âmbito social, já que serão 150 famílias sem ter para onde ir.</p> <p>Ata nº 129/2018</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 7361484-41.2002.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Indeferido pedido de assistência do município de Frei Inocência em 10/08/2018 – Autos entregues em carga ao Ministério Público em 04/09/2018.</p> <p>Mandado de Segurança nº 1.000.18.021049-4/000 – Suspendeu o decreto expropriatório.</p> <p>Decreto NE 486, de 10 de novembro de 2017.</p>
56	<p>Município: Fronteira</p> <p>Fazenda Pântano - Acampamento Beira Rio</p>	<p>Conflito rural envolvendo 211 famílias, que ocupam as margens da Estrada municipal de Fronteira/Aparecida de Minas, desde 25 de outubro de 2013. No dia 17/12/2013 aconteceu a primeira Audiência no Fórum de Frutal, onde ficou acordado que o acampamento seria transferido para uma área de 2 hectares, dentro da Fazenda Pântano.</p> <p>- Ata nº 47/2017</p> <p>Movimento Social: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro</p> <p>Processo nº 6020642.55.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Despacho solicitando informações da deprecada sobre o cumprimento da reintegração de posse em 23/08/2018 – Juntada de Termo em 04/09/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
57	<p>Município: Governador Valadares</p> <p>Fazenda Jerusalém Acampamento Cidona Granjas</p>	<p>Conflito rural envolvendo 65 famílias. Seguindo a solicitação da Mesa de Diálogo, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) elaborou a cadeia dominial, concluindo que houve o destaque do Patrimônio Público para o Particular, portanto não trata se de terras devolutas. Houve audiência de conciliação na Vara Agrária e foi feito acordo para desocupação.</p> <p>ata 112/2018 Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5076293-84.2018.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Audiência de conciliação realizada em 31/10/2018 – Juntada de Termo em 14/11/2018.</p>
58	<p>Município: Governador Valadares</p> <p>Fazenda Eldorado - Acampamento Cidona - Granjas</p>	<p>De acordo com o MST, os moradores do acampamento Cidona saíram da Fazenda Eldorado espontaneamente e ocuparam a Fazenda Jerusalém, em Governador Valadares.</p> <p>- Ata nº 36/2016 Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 2402593-03.2014.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Proferido despacho comunicando o efeito suspensivo do Agravo de Instrumento nº 1.0024.14.240259-3/003 – Aguardar o julgamento do referido recurso em 12/11/2018.</p>
59	<p>Município: Grão Mogol</p> <p>Barragem de Irapé</p>	<p>A agenda do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) foi criada pela Mesa de Diálogo, em conjunto com o movimento. Foi pactuado visitas da Mesa em cada município, para conhecer e realidade de cada conflito. Como resultado, foi produzido um relatório, que foi entregue ao governador. Uma Câmara Setorial foi instaurada para acompanhar cada demanda das visitas. Atualmente, os conflitos do MAB aguardam o retorno da visita da Mesa de Diálogo.</p> <p>ata reunião 27/09/17 ata 88/2017 Relatório do MAB Movimento Social: MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens</p> <p>Não possui Ação de reintegração de posse. Conflito socioambiental.</p>
60	<p>Município: de Grão Mogol</p> <p>Comunidade Batalha</p>	<p>A Comunidade de Batalha foi visitada durante a agenda com a Articulação Rosalino. O principal encaminhamento foi para produzir e encaminhar o Relatório de Visitas ao Governador do Estado de Minas Gerais.</p> <p>Relatório Articulação Rosalino. Ata - reunião 27/09/17</p> <p>Não possui Ação de reintegração de posse.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
61	<p>Município: Grão Mogol - Vale das Cancelas</p> <p>Fazenda São Francisco - Comunidades Geraizeiras Lamarão, Barra de Canoa, Diamantina e Sobranceiras</p>	<p>Conflito envolvendo 60 famílias. Anexo - ata 51/2017 ata 109/2017 Ata nº 113/2018</p> <p>No dia 03 de Outubro de 2017, 60 famílias tradicionais geraizeiras ocuparam uma área na Comunidade São Francisco (antiga fazenda São Francisco), localizada no distrito de Vale das Cancelas. Município de Grão Mogol-MG, às margens da BR 251. Na última reunião da Mesa de Diálogo, no dia 18/12/2017, a empresa Florestaminas propôs a doação de 50 hectares aos moradores, que recusaram a oferta.</p> <p>Movimento Social: MAB e Comissão Pastoral da Terra Relatório MAB ata 51/2017 ata 109</p> <p>Processo nº 0059101-77.2017.8.13.0278 – Comarca de Grão Mogol – Revogada a Medida Liminar em 30/08/2018 – Autos conclusos para despacho em 15/10/2018.</p>
62	<p>Município: Grão Mogol - Vale das Cancelas</p> <p>Fazenda Buriti Pequeno - Acampamento Alvimar Ribeiro</p>	<p>O conflito, que envolve famílias de Geraizeiros da fazenda São Francisco, onde havia o risco de reintegração de posse por fazendeiros que monopolizam a plantação de eucalipto na região, foi tratado na Mesa de Diálogo, que realizou visitas e reuniões. As negociações trataram de uma série de questões, dentre elas, a possibilidade de as terras serem devolutas, o que gerou uma ação discriminatória, que levou à suspensão do processo.</p> <p>Anexo – atas: 33/2015 ata 81 – 07/04/2017 ata 126 – 10/05/2018</p> <p> </p> <p>Movimento Social: MAB e Comissão Pastoral da Terra Relatório MAB</p> <p>Processo nº 0016530-33.2013.8.13.0278 – Comarca de Grão Mogol – Processo está suspenso até que ocorra o julgamento da Ação Discriminatória de nº 027805000361-7</p>
63	<p>Município: Gurinhatã</p> <p>Fazenda Córrego da Jacuba - Acampamento Arco-Íris</p>	<p>Apesar das várias tratativas da Mesa de Diálogo, para evitar a reintegração de posse, uma articulação do DNIT removeu as famílias do acampamento, que estava localizado às margens da BR 365. A Mesa de Diálogo ofereceu apoio às pessoas, durante a remoção para outro lugar.</p> <p>ata 114 – 22/03/18 Ata nº 47/2017 Movimento Social: Fórum Luta pela Terra</p> <p>Não possui número de processos nos arquivos da Mesa de Diálogo.</p>
64	<p>Município: Ibité</p> <p>Rua: Maria Natividade, nº 230 - Barreirinho</p>	<p>Uma intensa rodada de negociações entre Mesa de Diálogo, Prefeitura Municipal de Ibité e Cohab Minas possibilitou às 56 famílias da ocupação Barreirinho, o direito ao “Auxílio Aluguel”. Foram várias reuniões entre os envolvidos, para se chegar ao Termo de Acordo, que foi mediado pela Mesa de Diálogo. Atualmente, as famílias ainda são assistidas pela Prefeitura de Ibité e aguardam o encaminhamento para as moradias definitivas.</p> <p>12 atas</p> <p>Movimento Social: Brigadas Populares, MLB e CPT Processo nº 0171488-47.2014.8.13.0114 – Comarca de Ibité – Baixado – Autos recebidos pelo arquivo em 26/04/2017.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
65	<p>Município: Ibirité</p> <p>Comunidade Cigana Calon - Bairro São Pedro</p>	<p>O Ministério Público solicitou a mediação do conflito, que envolve 12 famílias, na Mesa de Diálogo. Durante a reunião com a comunidade, que contou também com a participação da Prefeitura Municipal de Ibirité, MPF e DPMG, a Mesa de Diálogo, a Prefeitura de Ibirité se comprometeu a fazer um levantamento dos imóveis do município e a indicação de alguns terrenos que atendam às necessidades da comunidade, como por exemplo fácil acesso, infraestrutura e equipamento público próximo. Na reunião do dia 24/08/2018, foi apresentado à comunidade Cigana, um terreno. A Mesa de Diálogo aguarda um posicionamento sobre a proposta. – Ata nº 134/2018</p> <p>Não possui número de processos nos arquivos da Mesa de Diálogo.</p>
66	<p>Município: Ibirité</p> <p>Ocupação Porfirio – Bairro Jardim do Rosário.</p>	<p>Conflito urbano envolvendo 26 famílias, que ocupam o imóvel há cerca de seis anos. Por solicitação do TJMG 1ª Instância da Comarca de Ibirité, o processo foi suspenso, para que a Mesa de Diálogo pudesse atuar. O cadastro das famílias já foi feito pela Mesa de Diálogo, em Parceria com a SEDPAC. Atualmente, a comunidade aguarda a Prefeitura Municipal de Ibirité localizar um terreno na cidade para realocar as famílias.</p> <p>- ata 121/2018 ata 63/2018</p> <p>Processo nº 0020685-52.2014.8.13.0114 – Comarca de Ibirité – Autos conclusos para despacho em 26/10/2018.</p>
67	<p>Município: Indaiabira</p> <p>Barragem de Berizal</p>	<p>Conflito socioambiental pautado na Mesa de Diálogo, em agenda específica do MAB. A equipe técnica da Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo visitou o local para conhecer as demandas dos atingidos e encaminhar uma Câmara Setorial do MAB.</p> <p>Relatório MAB – Ata nº 83/2017 Movimento Social: MAB</p> <p>Não possui Ação de reintegração de posse. Conflito socioambiental.</p>
68	<p>Município: Ipaba</p> <p>Ocupações Baixada de Angola, Córrego da Sementeira, Macuco, Motocross e Paraíso</p>	<p>Embora pautado na reunião, em outubro de 2017, a coordenação da Mesa de Diálogo achou por bem conhecer melhor as demandas para depois tentar encaminhar uma possível solução. O conflito envolve várias ocupações, o que dificulta as tratativas. – Ata nº 105/2017</p> <p>Processo nº 0286112-31.2013.8.13.0313 – Comarca de Ipatinga – Autos remetidos à Defensoria Pública 15/10/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
69	<p>Município: Itatiaiuçu</p> <p>Fazenda Monte Alvão - Acampamento Maria da Conceição</p>	<p>Dentre as principais tratativas realizadas na Mesa de Diálogo estava o protocolo de intenções, que foi celebrado entre o MST e os advogados da MMX, empresa que cuidava da área ocupada. Uma permuta com imóvel do Estado também foi discutida como possibilidade de solução. A ocupação possui 300 famílias, de acordo com o cadastro realizado em fevereiro de 2018, pela Mesa de Diálogo, em Parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC). Apesar dos esforços da coordenação da Mesa de Diálogo, as negociações não avançaram, devido à complexidade dos problemas encontrados. O Juiz da Vara Agrária visitou o local, com o propósito de conhecer a ocupação. Atualmente, existe grande possibilidade de reintegração de posse.</p> <p>atas: ata 82 ata 97 ata 108 Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5030523-05.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Despacho solicitando informações sobre o cumprimento da liminar da reintegração de posse em vigor ao Juízo da Carta Precatória nº 0338.17.002.928-8 em 26/06/2018. Conclusos para despacho em 17/10/2018.</p>
70	<p>Município: Itatiaiuçu</p> <p>Fazenda Mega Pântano e Fazenda Cruz da Retirada Bonita</p>	<p>Conflito envolvendo 150 famílias.</p> <p>– Ata nº 47/2017</p> <p>Processo nº 6080320-98.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Imóvel desocupado pacificamente – Conclusos para despacho em 19/09/2018.</p>
71	<p>Município: Januária</p> <p>Comunidades Veredeiras de Poçãozinho e Alegre</p>	<p>O conflito, envolvendo 130 famílias está situado em área de sobreposição do Parque Estadual Serra das Araras. Foi pautado na agenda da Articulação Rosalino, de povos e comunidade tradicionais. As visitas da Mesa de Diálogo geraram um relatório, que foi entregue ao governador do Estado de Minas Gerais.</p> <p>Relatório Articulação Rosalino</p> <p>Não possui número de processo nos arquivos da Mesa de Diálogo.</p>
72	<p>Município: Januária</p> <p>Comunidade Tradicional Croata.</p>	<p>A coordenação da Mesa de Diálogo articulou uma grande reunião no município de Januária no mês de junho, contando com vários parceiros dentre eles: MPF, DPE, INCRA e Unimontes, para tentar reverter a ordem de reintegração de posse da comunidade tradicional de Croatá. A partir desta reunião, outras negociações aconteceram, envolvendo outros órgãos que poderiam contribuir na construção de uma solução pacífica, o que resultou na suspensão do processo - Ata nº 131/2018</p> <p>Processo nº 008590-64.2016.4.01.3807 – 2ª Vara Federal de Montes Claros – Expedição de ofício para a comarca de Januária solicitando suspensão do mandado de reintegração de posse em 12/07/2018 – Juntada de Carta Precatória em 14/09/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
73	<p>Município: Januária / Pedras de Maria da Cruz</p> <p>Fazenda Rodeador</p>	<p>Conflito envolvendo comunidades tradicionais, vazanteiros e pescadores, MST, ex funcionários da antiga fazenda, segundo o movimentos dos trabalhadores sem terra (MST). A matrícula do imóvel se refere a uma área de 2440 ha, mas em medição feita por um topógrafo paraticular do Movimento, a área pode chegar a 10000 ha, sugerindo se tratar de terras devolutas. A Mesa de Diálogo demonstrou interesse em fazer o levantamento da cadeia dominial, mas a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda), não dispõe de pessoal para fazer o trabalho técnico. A Mesa de Diálogo marcou reunião dos ocupantes com representantes da Seda, para tratar de assuntos pertinentes à medição da área.</p> <p>– Ata nº 119/2018 Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 1795812-77.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos entregues em carga ao Ministério Público em 14/09/2018.</p> <p>Processo nº 5097470-75.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos conclusos para despacho em 21/09/2018.</p>
74	<p>Município: Jequitinhonha</p> <p>Fazenda Aurora</p>	<p>O conflito na Fazenda Aurora foi tratado diversas vezes na Mesa de Diálogo, inclusive com Câmaras Setoriais realizadas no município do conflito. A Prefeitura Municipal de Jequitinhonha participou efetivamente das negociações, que trataram, inclusive, de reunião com o INCRA. Foi enviado Ofício à PMMG, informando que a ocupação estava sendo tratada na Mesa, o que resultou na não reintegração de posse da fazenda. O proprietário se mostrou interessado em negociar a venda da propriedade para o INCRA ou para o Estado. Recentemente, o conflito voltou à Mesa de Diálogo, através do MST, e ficou definido que a Câmara Setorial no município de Jequitinhonha voltaria a ser realizada</p> <p>– Ata nº 115/2018 - Ata nº 61/2016 – possui mais 6 Atas sem Números</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5094033-26.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de Petição de manifestação da Defensoria Pública em 24/09/2018.</p>
75	<p>Município: Joáima</p> <p>Fazenda Relâmpago -</p>	<p>O conflito na Fazenda Relâmpago existe há um ano, e envolve cerca de 50 famílias do MST, que ocupam uma área que, segundo eles estava abandonada há cerca de 20 anos. A mesa de Diálogo fez o levantamento da situação do imóvel, que tem em torno de 1020 ha.</p> <p>– Ata nº 115/2018</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Não possui Ação de Reintegração de Posse.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
76	<p>Município: Juatuba</p> <p>Ocupação BR 262 / MG-050</p>	<p>As famílias moram no local há mais de 15 anos. A pauta foi um pedido do Ministério Público, visando a segurança das famílias, tendo em vista que a comunidade encontra-se no entroncamento das BR 262 e MG 050. O DNIT participou da reunião e disse que não sabe de pedido de reintegração de posse. A Prefeitura Municipal de Juatuba se comprometeu a acompanhar as famílias e reafirma que a ocupação está consolidada e que as pessoas já criaram vínculos no local.</p> <p>– Ata nº 102/2017</p> <p>Não possui Ação de Reintegração de Posse.</p>
77	<p>Município: Juiz de Fora</p> <p>Comunidade Cigana Calon</p>	<p>Situada no bairro conhecido como Igrejinha, em Juiz de Fora, a comunidade Tradicional cigana Calon, que possui cerca de 30 famílias, entre adultos, crianças e idosos, vive às margens da BR, faixa de domínio do DNIT. As famílias vivem do modo tradicional cigano, em suas tendas e barracas e produção própria. A Mesa de Diálogo visitou a comunidade, juntamente com o Superintendente de Povos e Comunidades Tradicionais da SEDPAC. A Prefeitura Municipal de Juiz de Fora participou ativamente dos debates, apresentando propostas para a mediação do conflito. O prazo de permanência dos ciganos foi prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2018. Foi criado um Grupo de Trabalho, coordenado pelo Superintendente de Povos e Comunidades Tradicionais da SEDPAC, para acompanhar o caso.</p> <p>– Ata nº 145/2018 ata 151</p> <p>Processo nº 5011593-27.2018.8.13.0145 – Comarca de Juiz de Fora – Homologado por sentença a transação firmada entre as partes em 18/09/2018 – Prazo de 06 meses para desocupar o imóvel.</p>
78	<p>Município: Manga</p> <p>Fazenda Marilândia</p>	<p>Conflito envolvendo 84 famílias que ocupam uma área de 2212 ha. Foi pautado diversas vezes na Mesa de Diálogo. Há indícios de terras devolutas na região. O laudo antropológico já está pronto. Os quilombos Brejo, São Caetano e Justa I e II fazem parte do território da fazenda. Apesar de no passado terem sofrido com a reintegração de posse, até o momento não há outro pedido de despejo. A comunidade foi parte das agendas da Articulação Rosalino.</p> <p>– ata 40/2016 ata 62/216 Relatório da Articulação Rosalino</p> <p>Movimento Social: CPT</p> <p>Processo nº 0050579-80.2012.8.13.0393 – Comarca de Manga – Carta Precatória – Baixado – Baixa definitiva em 06/04/2016</p> <p>Não há informações sobre o processo principal.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
79	<p>Município: Matias Cardoso</p> <p>Quilombo de Praia - Acampamento Mãe Romana</p>	<p>A comunidade do Quilombo de Praia é formada por cerca de 150 famílias que vivem no modo tradicional quilombola. A comunidade é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, mas ainda não existe laudo antropológico. Segundo a Companhia Vale do Médio São Francisco (Farevasf), o nome do imóvel, que está situado o conflito é Fazenda Salinas e Retiro. As demandas da comunidade estão sendo tratadas pela Mesa de Diálogo, em parceria com a Articulação Rosalino.</p> <p>Relatório da Articulação Rosalino - ata 39/2016</p> <p>Processo nº 0002141-36.2016.4.01.3825 – 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Janaúba – Despacho indefere o pedido de reintegração de posse deduzido na petição inicial em 06/09/2018 – Autos conclusos para despacho em 08/11/2018.</p>
80	<p>Município: Matias Cardoso</p> <p>Comunidade Vazanteira da Ilha de Pau de Légua</p>	<p>A comunidade quilombola (ainda não reconhecida) possui 67 famílias e é localizada em uma região que faz sobreposição ao Parque Estadual da Mata Seca. A Mesa de Diálogo visitou o local, que faz parte das agendas da Articulação Rosalino. O conflito ainda não foi judicializado.</p> <p>- Relatório da Articulação Rosalino</p> <p>Não possui ação de reintegração de posse. Conflito socioambiental.</p>
81	<p>Município: Matias Cardoso</p> <p>Quilombo da Lapinha</p>	<p>O Quilombo da Lapinha é formado por 70 famílias e encontra-se em uma área de sobreposição do Parque Estadual Lagoa do Cajueiro e com áreas da União. Porém, há, por parte do IEF, uma ordem de reintegração de posse. A justiça determinou a permanência da comunidade em uma área de 22ha, mas os quilombolas pleiteiam um terreno maior, de 7566 ha. O laudo antropológico já está publicado e já passou da fase de contestações. Atualmente, a comunidade teme o despejo. O conflito foi pautado na Mesa de Diálogo, que realizou tratativas com diversos órgãos, na tentativa de solução do conflito.</p> <p>Relatório da Articulação Rosalino - Ata nº 96/2017</p> <p>Movimento Social: CPT, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM e Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas</p> <p>Processo nº 2718291-54.2006.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Despacho solicitando informações sobre o cumprimento dos atos da deprecada em 05/10/2018.</p>
82	<p>Município: Medeiros</p> <p>Fazenda Cravo/Lobeira</p>	<p>A Mesa de Diálogo atuou no conflito que envolvia 30 famílias ocupantes da Fazenda Cravo/Lobeira. Apesar das diversas tratativas, a reintegração de posse foi realizada pacificamente.</p> <p>- ata 59/2016 Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5081253-54.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de certidão decurso de prazo em 14/08/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
83	<p>Município: Montes Claros</p> <p>Vila Mauricéia</p>	<p>Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público de Minas Gerais contra Cemig e Prefeitura Municipal de Montes Claros, para solução de ilícito em decorrência de ocupação irregular na área onde estão instaladas as linhas de transmissão da Cemig no bairro Vila Mauricéia e região. Em 2008 foi assinado convênio entre Prefeitura e Cemig para o reassentamento das famílias ocupantes da área. Tal acordo tinha como finalidade a construção de 167 apartamentos, com custo total de R\$3.330.910,81, dos quais a Cemig era responsável pelo repasse de R\$1.000.910,81 e a prefeitura arcaria com o valor de R\$2.330.000,00. A Cemig alega ter repassado à prefeitura 72% do valor acordado e não sabe informar o valor investido pela prefeitura. A prefeitura ficou responsável pela construção das unidades habitacionais, do total foram construídas apenas 48 unidades. Tanto Cemig quanto prefeitura tem interesse na retomada das negociações. Reunião de Mesa de Diálogo agendada para o dia 10/12/2018.</p> <p>Processo nº 5004350-41.2018.8.13.0433 - 1ª Vara Empresarial e de Fazenda Pública da Comarca de Montes Claros - Audiência de Conciliação realizada em 24/09/2018 - Processo suspenso pelo prazo de 90 dias e nova audiência marcada para o dia 28 de março de 2019, às 14h.</p>
84	<p>Município: Nova Serrana</p> <p>Fazenda Cantagalo</p>	<p>Conflito envolvendo 100 famílias. A Mesa de Diálogo realizou diversas articulações com outros órgãos envolvidos, mas a reintegração de posse foi inevitável. A Sedpac realizou o cadastro das pessoas. A Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenv. Sustentável (SEMAD) e a A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac (Sedpac) visitaram o local, para verificar a situação ambiental do terreno. Os ocupantes retornaram à área e por lá permanecem, até o momento.</p> <p>- Ata nº 136/2018 Ata nº 111/2018 Movimento Social: Frente Nacional de Luta - FNL</p> <p>Processo nº 5071556-72.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de petição de manifestação da Defensoria Pública em 29/08/2018.</p>
85	<p>Município: Ouro Preto</p> <p>Ocupação Chico Rei</p>	<p>120 famílias ocupam uma área onde ficava a antiga FEBEM. Em 1994 houve um Termo de Cessão do imóvel do Estado para o município de Ouro Preto. O município tinha responsabilidade de proteger/vigiar, mas foi omissa em várias ocupações e grilagens de terras. Cumprindo com sua obrigação de vigiar somente a partir de 2017, quando pessoas de baixa renda ocuparam o terreno. Existem várias propostas de doação/cessão de partes do terreno para UFOP, Cohab, PMMG, Prefeitura, CVRD. A Câmara Municipal realizou audiência pública, no dia 28/11/2018, para tratar do conflito, casos de violação de direitos humanos contra lideranças; corte de fornecimento de energia elétrica; revisão do Plano diretor e Plano Habitacional de Interesse social; reunião da Ocupação Chico Rei com a Secretaria Municipal de Defesa Social. O Deputado Estadual, Rogério Correia apresentou PL destinando a área para habitação de interesse social para abrigar famílias da ocupação.</p> <p>- Ata nº 120/2018</p> <p>Processo nº 5001649-23.2018.8.13.0461 - Ação Civil Pública (Proposta pelo Município de Ouro Preto) - 2ª Vara Cível - Comarca de Ouro Preto</p> <p>- Vista ao Ministério público antes de apreciar o pedido liminar, prazo de 10 dias, em 25/10/2018 - Decorrido prazo do Ministério Público em 19/11/2018.</p> <p>Processo nº 5000921-79.2018.8.13.0461 - Oposição (Proposta pelo Estado de Minas Gerais) - 2ª Vara Cível - Comarca de Ouro Preto - Liminar não apreciada em virtude da determinação de desocupar, deixar de ingressar, utilizar, construir, demarcar, parcelar, dividir ou realizar quaisquer atos de ocupação, uso ou gozo da área objeto da ação, até que se tenha decisão definitiva sobre a posse do imóvel proferida na Ação de Reintegração de Posse - Audiência de justificação designada para 20/02/2019, às 14h30 - Juntada Manifestação da AGE em 09/11/2018.</p> <p>Processo nº 5000369-17.2018.8.13.0461 - Ação de Reintegração de Posse (Proposta por terceiros contra a ocupação) - 2ª Vara Cível - Comarca de Ouro Preto - Audiência de justificação designada para 20/02/2019, às 14h30.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
86	<p>Município: Novo Cruzeiro</p> <p>Fazenda Gravatá/Córrego Fundo - Acampamento Nova Vida</p>	<p>O conflito envolve 28 famílias, que encontram-se assentadas e produzindo nas terras. A Mesa de Diálogo visitou o local e atuou no conflito.</p> <p>- Ata s/n 12/05/2015 Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 8190197-90.2002.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado –Arquivado definitivamente em 04/05/2018.</p> <p>Decreto de desapropriação. Decreto NE nº 364, de 25 de setembro de 2015.</p>
87	<p>Município: Patos de Minas</p> <p>Fazenda Córrego Rico</p>	<p>Conflito rural com aproximadamente 35 famílias. Imóvel reintegrado.</p> <p>Processo nº 6138676-86.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado – Autos arquivados definitivamente em 19/12/2018.</p>
88	<p>Município: Patrocínio</p> <p>Fazenda Serra Negra - Acampamento Cristo Rei</p>	<p>A Mesa de Diálogo, recebeu o conflito em questão ,através da secretaria de direitos humanos , o conflito foi pautado na Mesa de Diálogo, para discutir uma melhor forma de resolver o litígio,a coordenação da Mesa de diálogo esteve em contato com INCRA, que havia produzido um laudo sobre a referida fazenda,mas não havia disponibilidade deste documento no INCRA,o Setor jurídico da Mesa de diálogo conseguiu reaver este documento.e atualmente a ocupação aguarda nova reunião.</p> <p>- Ata nº 143/2018</p> <p>Processo nº 0139542-75.2010.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Expedição de Carta Precatória para lavratura de Auto Circunstanciado em 03/10/2018.</p>
89	<p>Município: Pedras de Maria da Cruz</p> <p>Comunidade Tradicional Caraíbas</p>	<p>Conflito socioambiental. Não foi informado número de famílias. houve reunião da Mesa mas não foi registrado em ata, a comunidade tradicional de Caraíbas , passa por vários problemas mas a Mesa de Diálogo atuou.</p> <p>Número de Ação de Reintegração de Posse não informado.</p> <p>A SPU concedeu TAUS - Termo de Autorização de Uso Sustentável às 30 famílias residentes às margens do Rio São Francisco - Ilhas da Capivara, do Balaieiro e do Coruja - que integram a Associação dos Vazanteiros e Pescadores Artesanais da Ilha da Capivara e Caraíbas.</p>
90	<p>Município:Periquito, divisa com Açucena</p> <p>Fazenda Preservar/Bateria - Acampamento</p>	<p>Conflito rural envolvendo 180 famílias tratados pela mesa, informo que após as deliberações e reuniões de articulação com os envolvidos na Reintegração de Posse do imóvel Fazenda Preservar, nos municípios de Periquito e Açucena/MG, ficou definida a data para que a Polícia Militar em apoio aos Oficiais de Justiça proceda a Reintegração de Posse. Caso não ocorra a saída pacífica fica agendado o dia 22 de março de 2018 Imóvel reintegrado.</p> <p>Anexo - Ata nº 112/2018 e Ata nº 54/2018</p> <p>Processo nº 5114117-48.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de Termo em 19/04/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
91	Município: Periquito Fazenda Pedra Corrida	Conflito rural envolvendo 60 famílias foi tratado na Mesa área de 500 hectares. Parte do imóvel é composta por terras devolutas. O restante o proprietário tem interesse em negociar. Imóvel reintegrado. - Ata nº 66/2016 Movimento Social: MST Processo nº 5146466-07.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de certidão em 31/01/2018.
92	Município: Prata Fazenda Barra - Acampamento Capitão Carlos	Conflito rural não foi informado número de famílias a fazenda possui processo de compra e venda tramitando no Incra, mas não foi dada uma definição. Área reocupada com 6 matrículas e aproximadamente 3 mil hectares Relatório de reunião 17/12/2017 – Imóvel reintegrado. Não há informações sobre o número de Ação de Reintegração de Posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.
93	Município: Presidente Kubitschek Comunidade Quilombola de Raiz	A comunidade com 44 famílias, que agora é certificada pela Fundação Cultural Palmares, teve seu modo de vida (sistema de policultivos, criação de animais, coleta de flores sempre-vivas e artesanato de capim dourado) prejudicado pelas monoculturas de eucalipto. A Mesa de Diálogo visitou o local, que faz parte das agendas da Articulação Rosalino. O relatório com as demandas dos quilombolas foi entregue ao governador. - Relatório de visitas Articulação Rosalino Não há Ação de Reintegração de Posse. Conflito socioambiental.
94	Município: Presidente Olegário. Comunidade Indígena Xucuru Kariri - Fazenda Andrequicé	O Conflito está sendo tratado na Mesa, que atuou, inclusive na transferência dos indígenas para uma fazenda em Patos de Minas, até que se conseguisse um local mais adequado para assentamento das famílias. Depois, os índios foram para Presidente Olegário Não há informações sobre o número de Ação de Reintegração de Posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.
95	Município: Raul Soares Barragens de Emboque e Granada	Conflito Socioambiental envolvendo 350 famílias pauta do MAB, Movimento dos atingidos por Barragem. Ata nº 85/2017 Relatório do MAB produzido pela Mesa, em anexo. Não há Ação de Reintegração de Posse. Conflito socioambiental.
96	Município: Riacho dos Machados Comunidade Quilombola de Peixe Bravo	Conflito tratado pela Mesa de Diálogo, através das agendas da Articulação Rosalino. Apesar de ser certificada pela Fundação Palmares, o laudo antropológico ainda não foi realizado. relatório Articulação Rosalino Não há Ação de Reintegração de Posse. Conflito socioambiental.

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
97	<p>Município: Ribeirão das Neves</p> <p>Ocupação Tomás Balduino</p>	<p>Conflito Rural, com características de bairro, envolvendo 300 famílias. Foi pautado na Mesa de Diálogo e uma das discussões foi sobre a possibilidade de urbanizar a área e manter as pessoas que já moram no terreno. A Mesa de Diálogo promoveu um intenso debate com a Câmara de Vereadores do município de Ribeirão das Neves e a Prefeitura Municipal. Diversas reuniões da Câmara Setorial da Mesa de Diálogo foram realizadas na cidade. - Ata nº 94/2017 Ata nº 100/2017 ata reunião Câmara e Prefeitura ata câmara setorial 26/10/2017</p> <p>Processo nº 0512523-53.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de manifestação Advogado do autor em 07/11/2018.</p>
98	<p>Município: Rio Pardo de Minas</p> <p>Fazenda Passagem Larga - Comunidade Tradicional Raiz</p>	<p>Conflito envolvendo 40 famílias. A atuação da Mesa de Diálogo neste conflito se deu através de uma reunião que contou com a presença dos proprietários da fazenda Passagem Larga, a REPLASA, que manifestou através de seus advogados interesse em negociar. O pedido da comunidade seria uma parte do terreno, para que pudessem reproduzir o seu modo de vida tradicional. A empresa, juntamente com técnicos da Mesa de Diálogo, SEDA, SEDPAC, e a comunidade, fizeram uma visita ao local e fizeram um laudo que retratou os aspectos técnicos do terreno. Este laudo foi enviado para todas as partes envolvidas no conflito. A empresa fez uma proposta e a comunidade fez uma contraproposta, mas as negociações não avançaram.</p> <p>Relatório da Articulação Rosalino ata 118/2018 memória de reunião</p> <p>Processo nº 1468046-88.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Decorrido prazo de 06 meses de suspensão do processo em 19/09/2018 – Vista às partes em 24/09/2018.</p>
99	<p>Município: Rio Pardo de Minas</p> <p>Comunidade de Santana/Riachinho</p>	<p>Conflito envolvendo 80 famílias. Foi tratado na agenda da Articulação Rosalino.</p> <p>Relatório da Articulação Rosalino</p> <p>Processo nº 0181997-21.2011.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado – Processo julgado extinto sem resolução do mérito ante o abandono de causa pelo autor em 15/12/2018 – Autos arquivados definitivamente em 19/06/2018.</p>
100	<p>Município: Rio Pardo de Minas</p> <p>Família Meneghetti - União de Recursos Naturais Indústria e Comércio</p>	<p>Conflito tratado na Mesa Ata nº 053/2016</p> <p>Processo nº 0019287-73.2012.8.13.0556 – Comarca de Rio Pardo de Minas – Autos conclusos para despacho em 09/11/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
10 1	<p>Município: Rio Pardo de Minas</p> <p>Fazenda Capão Muniz - Acampamento Resistência</p>	<p>Conflito rural envolvendo 23 famílias. Segundo o MST, a ocupação já dura mais de sete anos, sem uma real intervenção do Estado. A sugestão foi criar uma Câmara Setorial para estudar a melhor saída para o conflito.</p> <p>Ata nº 93/2017 Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 2052602-73.2010.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos conclusos para despacho em 08/08/2018.</p>
10 2	<p>Município: Rio Pardo de Minas</p> <p>Fazenda Santa Bárbara</p>	<p>Conflito rural envolvendo 15 famílias. Na reunião da Mesa de Diálogo, realizada em 04/07/2017, foi feito o seguinte encaminhamento: Aldenir Viana, da Seda, enviará Inteiro Teor do Imóvel Fazenda Santa Bárbara ao Senhor Élcio Pacheco. – Ata nº 93/2017</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5057438-91.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Liminar de reintegração de posse revogada por Agravo de Instrumento nº 1.0000.17.040.858-7/004 – Autos conclusos para despacho em 22/08/2018.</p>
10 3	<p>Município: de Rubim</p> <p>Fazenda Uberaba</p>	<p>Apesar das varias tentativas de negociação para evitar o despejo, as 50 famílias foram removidas para outra ocupação. A Mesa de Diálogo forneceu todo apoio, inclusive no transporte das pessoas para outro local.</p> <p>Ata nº 115/2018 Ata nº 123/2018 Ata nº 93/2017 Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5017369-17.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Informação de cumprimento de liminar de reintegração de posse ratificada por sentença em 24/07/2018.</p>
10 4	<p>Município: Sabinópolis</p> <p>Comunidade Quilombola do Córrego Mestre</p>	<p>Reconhecida por todos os órgãos envolvidos, a atuação da Mesa de Diálogo neste conflito merece destaque, pois a situação desta comunidade era de isolamento das políticas do estado. A comunidade quilombola de Córrego Mestre ficava isolada, sofria violência e não tinha o direito ao reconhecimento enquanto comunidade quilombola. As ações da Mesa, em conjunto com o MPMG, garantiu à comunidade o acesso a várias políticas públicas, incluindo segurança. A Defensoria Pública também participa do processo de emancipação da comunidade.</p> <p>Ata nº 139/2018 Ata nº 133/2018</p> <p>Processo nº 0013838-64.2013.8.13.0568 – Comarca de Sabinópolis – Remetidos os autos à Defensoria Pública em 22/10/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
10 5	Município: Sacramento Fazenda Chapadão do Zagaia	A Mesa de Diálogo realizou intensivas negociações, mas não houve a possibilidade de se chegar a um desfecho favorável aos ocupantes, que tiveram que se retirar pacificamente da fazenda. Entretanto, a Mesa de Diálogo forneceu todo o apoio às famílias, durante a saída delas do terreno. Ata nº 112/2018 Movimento Social: MST Processo nº 5157787-05.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos conclusos para despacho em 27/09/2018.
10 6	Município: Salto da Divisa Fazenda Farpão/Talismã - Acampamento Ouro e Prata	A comunidade quilombola Braço Forte possui 140 famílias é reconhecida pela Fundação Palmares. Eles aguardavam a decisão do conflito de competências, que acabou não saindo conforme planejado. Atualmente, existe grande possibilidade de despejo. Ata nº 115/2018 Ata nº 36/2016 Ata nº 93/2017 Ata nº 135/2018 Movimento Social: MST Processo nº 6091077-54.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Decisão solicitando que determine o cumprimento da Carta Precatória nº 0023823-70.2015.8.13.0347, com a efetivação da ordem de desocupação do imóvel objeto da lide em 01/10/2018.
10 7	Município: Salto da Divisa Represa de Itapevi	Conflito tratado na Mesa envolve a associação de pescadores artesanais de Salto da Divisa, Movimento Social: Associação das Comunidades Rurais de Salto da Divisa Não há Ação de Reintegração de Posse. Conflito socioambiental.
10 8	Município: São Joaquim de Bicas Fazenda Engenho - Acampamento Pátria Livre	Conflito rural envolvendo 1800 famílias Ata nº 97/2017 Ata nº 108/2017 Ata nº 112/2018 Movimento Social: MST Processo nº 5108916-41.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Despacho deferiu à empresa autora reintegração de posse no imóvel objeto da lide (Medida Liminar) em 26/07/2018 - Juntada de Petição de Petição de comunicação de Agravo de instrumento em 20/08/2018.
10 9	Município: São José da Lapa Nova Cachoeira	Conflito urbano envolvendo 100 famílias – não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa Movimento Social: MLB Processo nº 0051656-11.2013.8.13.0290 – Comarca de Vespasiano – Processo suspenso ou sobrestado por decisão judicial em 05/07/2018 – Audiência de justificação designada para o dia 06/12/2018, em 19/09/2018.

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
110	<p>Município: Timóteo</p> <p>Área Pública - Rua Angico/Rua Gameleira, Bairro Recanto Verde; Rua Parque Rio Doce, Bairro Macuco; Rua Canela, Bairro Limoeiro</p>	<p>Conflito urbano tratado pela Mesa – Ata s/n 12/03/2015 – 26/02/2015 – 29/09/2015</p> <p>Movimento Social: MLB e Brigadas Populares</p> <p>Processo nº 0023035-11.2012.8.13.0687 – Comarca de Timóteo – Remetido os autos ao Tribunal de Justiça em 15/12/2017.</p> <p>Processo nº0031921-96.2012.8.13.0687 – Ação Civil Pública – Comarca de Timóteo - Remetido os autos ao Tribunal de Justiça em 15/12/2017.</p>
111	<p>Município: Tiros</p> <p>Fazenda Santo Antônio - Acampamento Quilombo Dandara</p>	<p>Conflito rural envolvendo 60 famílias não teve reunião da Mesa, mas teve ações da mesa.</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Não possui Ação de Reintegração de Posse – Área ocupada por oriundos da desocupação da Fazenda Maranhão, município de Campos Altos – Decreto expropriatório Decreto NE nº 449, de 13 de setembro de 2018.</p>
112	<p>Município: Tumiritinga</p> <p>Fazenda Casa Branca</p>	<p>Conflito rural envolvendo 100 famílias Ata s/n 14/07/2015</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Não há informações sobre Ação de Reintegração de Posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.</p>
113	<p>Município: Tumiritinga</p> <p>Jaqueira /Rancho Miura III</p>	<p>Conflito rural envolvendo 150 Famílias Ata s/n 14/07/2015</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 2509060-74.2012.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de petição em 30/09/2018.</p>
114	<p>Município: Tupaciguara</p> <p>Fazenda São Domingos</p>	<p>Conflito rural Ata nº 47/2017</p> <p>Movimento Social: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro</p> <p>Processo nº 2665-65.2017.4.01.3803 – 1ª Vara Cível Federal – Subseção Judiciária de Uberlândia – despacho concedendo dilação de prazo por 20 dias ao INCRA em 01/10/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
11 5	Município: Ubá Comunidade Quilombola Namastê	Conflito não teve reunião da Mesa mas teve visita da Mesa Não há informações sobre Ação de Reintegração de Posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.
11 6	Município: Uberaba Fazenda Pão de Queijo/ Fazenda Palmeiras	Conflito Rural envolvendo 280 famílias Ata s/n 20/09/2017 Movimento Social: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro Processo nº 6066192.73.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Sentença julgou procedente o pedido inicial em 06/10/2017 – Juntada de petição de Apelação em 30/01/2018.
11 7	Município: Uberlândia Anel Viário DER - Contorno Sul BR 455, Km 02	Conflito urbano foi tratado pela Mesa - Ata s/n 08/08/2015 Movimento Social: MLST e MST Processo nº 0424299-84.2011.8.13.0702 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado – Sentença julgou procedente o pedido inicial em 04/04/2017 – Imóvel já desocupado na data da sentença – Autos arquivados definitivamente em 14/12/2017.
11 8	Município: Uberlândia Ocupação Fidel Castro	A ocupação teve início em 26 de novembro de 2016. Foi ocupada uma área 200.000m ² , situada às margens da BR 050 que nunca cunpriu com sua função social, estando abandonada há mais de 15 anos. A ocupação se desenvolveu rapidamente, chegando ao número de 700 famílias e, no decorrer de dois anos se tornou um bairro. hoje possui ruas abertas, boa parte das casas são de alvenaria, há diversos pequenos comércios e realização de atividades culturais periódicas, normais da vida cotidiana de um bairro. Conflito chegou à Mesa de diálogo em 12 de novembro de 2018. Reunião ordinária realizada em 26 de novembro de 2018. - Ata 153 dia 26/11/2018 Movimento Social: MTST Processo nº 5021828-02.2016.8.13.0702 – Comarca de Uberlândia – Processo suspenso por força de antecipação de tutela recursal do Agravo de Instrumento nº 1.0000.16.097669-2/001 em 23/01/2017. Agravo de Instrumento nº 1.0000.16.097669-2/001 - 15ª Câmara Cível - Autos conclusos à relatoria em 03/09/2018 - Recurso recebido com efeito suspensivo em 30/12/2016 - Indeferido pedido de reconsideração da decisão que concedeu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento em 10/01/2018 - Liminar de Reintegração de Posse suspensa até julgamento final do recurso.

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
119	<p>Município: Unai</p> <p>Fazenda Santa Clara – Acampamento Andreia dos Santos</p>	<p>Conflito rural envolvendo 280 famílias. Em reunião ordinária da Mesa de Diálogo foi solicitado à SEDA levantamento de cadeia dominial, ficou constatado que o imóvel encontra-se devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Unai. Em audiência de conciliação na Vara Agrária de Minas Gerais, realizada em 11/07/2017, ficou acordado que as famílias desocupassem o imóvel espontaneamente até 30/09/2017.</p> <p>Ata nº 49/2016 Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 5039521-93.2016.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Processo extinto com resolução de mérito, decorrente de homologação de acordo – Autos arquivados definitivamente em 09/03/2018.</p>
120	<p>Município: Vazante</p> <p>Fazenda Lages/ Biboca - Acampamento José Beraldo</p>	<p>Conflito rural envolvendo 35 famílias que ocupam imóvel de 2 mil hectares. O Estado de Minas Gerais, por meio da AGE, ajuizou Ação Discriminatória da área, visto indícios de devolutibilidade das terras, porém o Estado perdeu a ação em todas as instâncias judiciais, não podendo, dessa maneira, as terras serem consideradas devolutas. Imóvel reintegrado. Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 6080998-16.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos conclusos para despacho em 24/05/2018.</p>
121	<p>Município: Vazante</p> <p>Fazenda Conceição de Santa Cruz</p>	<p>Imóvel ocupado em março de 2014, pelo MST. A equipe da Mesa de Diálogo realizou visita técnica ao imóvel ocupado em 19/05/2018 e no relatório da visita constam informações sobre o receio dos ocupantes saírem da área. Segundo informações da PMMG o imóvel foi desocupado pacificamente em 20/06/2018. Não existe nos arquivos da Mesa de Diálogo informações acerca da situação atual do conflito.</p> <p>Ata nº 37/2016</p> <p>Processo nº 1372425-35.2014.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos vista autor em 25/10/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
12 2	<p>Município de Verdelândia</p> <p>Fazenda Morro Preto - Comunidade Quilombola das Comunidades Nativas do Arapuim</p>	<p>O Quilombo Nativos do Arapuim é composto pelas Comunidades Limeira, Boavistinha, Boa Sorte e Vista Alegre. Com a chegada dos fazendeiros, os povos foram “empurrados” para as margens do Rio Arapuim. Entre 2007 e 2013 concentraram os esforços para inserir a comunidade no convênio firmado entre o INCRA, o Governo de Minas Gerais e a UNIMONTES com o objetivo de elaborar o Relatório Antropológico. Os representantes da comunidade ocuparam 2 hectares da Fazenda Torta/Morro Preto. Os quilombolas fizeram a retomada de um imóvel com área cerca de 400 hectares, mas foi cumprida a liminar com a ordem de retirada das famílias. A fazenda em questão foi adquirida por outra pessoa. Em 2014, cerca de 50 famílias retornaram à área, mas foram expulsos posteriormente. No mesmo ano os quilombolas fizeram a retomada de um imóvel com área de cerca de 400 hectares de propriedade do espólio Névio Figueiredo. Até a presente data o representante não judicializou a ocupação. Em reunião na Mesa de Diálogo, houve negociação para intermediar acordo entre os quilombolas e o arrendatário da Fazenda Torta. O arrendatário da Fazenda Torta afirma que só destina a área se o Governo Estadual comprar e pagar o imóvel, já o arrendatário João Fábio Dias continua disposto a resolver o conflito, de forma a atenuar a pena em processo criminal que responde na justiça. O Relatório Antropológico está em processo de elaboração pela equipe do Incra.</p> <p>Relatório da Articulação Rosalino</p> <p>Movimento Social: Associação Quilombola das Comunidades Nativas do Arapuim</p> <p>Processo nº 1258184-87.2010.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Solicitação de informações sobre a área ocupada em 10/09/2018 – Autos conclusos para despacho em 19/11/2018.</p>

***Conflitos / Ocupações encaminhadas à
Mesa sem tramitação***

CONFLITOS ENCAMINHADOS À MESA SEM A DEVIDA TRAMITAÇÃO		
Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
1	Município: Jaíba Reserva legal RI2 e RI3	Conflito não foi tratado na Mesa Ata nº 66/ Processo nº 6002872-30.2007.8.13.0738
2	Município: Jampruca Fazenda Santa Julieta - Acampamento Janete Teles	Conflito envolvendo 86 famílias – teve ações da Mesa mas não foi realizado reunião Processo nº 0024.14.157.910-2
3	Município: Janaúba Fazenda Muquém	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0351.14.004839-5
4	Município: Januária Fazenda Moradeiras - Quinta das Palmeiras/ Quinta das Mangueiras	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0079380-61.2014.8.13.0352
5	Município: Januária Fazenda Pandeiros	Conflito envolvendo 06 famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 5028128-7420168130024
6	Área Pública do Estado de Minas Gerais, localizado no município de Joáima Movimento Social / Líder: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
7	Fazenda são Felipe, localizado no município de Joáima não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 23 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.06.268036-8
8	Fazenda Itatiaia, localizado no município de João Pinheiro	Conflito envolvendo 70 pessoas não foi tratado na Mesa Processo nº 0363.02.009310-2
9	Altamira, localizado no município de Jordânia não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 45 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0780911-29.2012
10	BR 040, km 77600, próximo a empresa Paraibuna de Papéis - Distrito Industrial, localizado no município Juiz de Fora movimento Social não informado	Conflito envolvendo 10 pessoas – não foi tratado na Mesa de Diálogo Processo nº 0145.02.013173-9
11	Condomínio Porto Seguro - rua Romeu Pastoril, s/n, bairro Bom Jardim – Programa “Minha Casa, Minha Vida”	Conflito envolvendo 80 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0331094-18.2014.8.13.0145
12	Residencial Parque das Águas e Residencial Miguel Marinho - rua b, 140 Monte Castelo; rua b, 695 Monte Castelo; rua e, 125 Monte Castelo; rua f, 70 Monte Castelo; rua m, 30 Monte Castelo; rua q, 80	Conflito envolvendo 18 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº6928-88.2013.4.01.3801
13	Área C rua 1, do nº 095 100, São João, Milho Brando; Área C, rua 2, s/n, São João, Milho Branco	Conflito envolvendo 500 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0145.00.006296-1

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
14	Terreno pertencente a Cemig – rua das Urias Gonçalves de Oliveira, 15, bairro Santa Rita	Conflito envolvendo 01 família não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
15	Terreno da Cemig / rua das Missões, 197 bairro Nossa Senhora Aparecida	Conflito envolvendo 01 família não foi tratado na Mesa Processo nº 0145.08.489346-3
16	Comunidade de Nossa Senhora de Aparecida - Fazenda Esplanada/Pau D' Arco, localizado no município de Manga - não foi informado o Movimento Social	Não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
17	Rosário, localizado no município de Mariana Movimento Social não Informado	Conflito envolvendo 100 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0400.06.018935-6
18	Município de Mariana - Santa Rita de Cássia	Conflito envolvendo 30 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0400.08.031869-6
19	Santo Antônio, localizado no município de Mariana - não foi informado nome do Movimento Social	Conflito envolvendo 15 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0400.08.031.833-2
20	Fazenda Matas do Japoré, localizado no município de Marivânia	Conflito envolvendo 47 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.09.566.641-8
21	Fazenda Vila Bela, gleba de Salinas e Retiro, localizado no município de Matias Cardoso - não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado pela Mesa Processo nº 6105218-78.2015.8.13.0024
22	Rua Três, 13, bairro são Miguel, localizado no município Matozinhos - não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado pela Mesa
23	Fazenda Buritizal, localizado no município de Monte Alegre de Minas não foi informado - Movimento Social	Conflito envolvendo 35 pessoas não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.14.156.468-2
24	Empreendimento Minha Casa Minha Vida, localizado no município de Almenara	Conflito envolvendo 500 famílias – mas não foi tratado pela Mesa Processo nº 0000672-16.2015.4.01.3816
25	Fazenda Amaralina, localizado no município de Almenara	Conflito envolvendo 20 famílias – não foi tratado pela Mesa Processo nº 0874551-57.2010
26	Fazenda Córrego de Areia, localizado no município de Almenara	Conflito envolvendo 2 Famílias - não foi tratado pela Mesa Processo nº 0024.09.476628-4

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
27	Fazenda Chapadão, localizado no município de Bambuí	Conflito envolvido 200 famílias – não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
28	Fazenda Ponte Nova, localizado no município de Bambuí	Conflito envolvido 300 famílias - não foi tratado na Mesa Processo nº 0876750-81.2012.8.13.0024
29	Fazenda Velha, localizado o município de Bambuí – Movimento Social MST	Conflito envolvido 220 famílias - não foi tratado na Mesa Processo nº 0051.04.010700-8
30	Vila São Bento, localizado no município de Belo Horizonte	Conflito envolvendo 30 famílias – não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
31	Vila Paraíso - Bairro Palmeiras - terreno da Empresa Cowan - área de servidão da Cemig, localizado n município de Belo Horizonte	Conflito envolvendo 100 famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.12.2824527
32	Imóvel da Senhor Geralda Solange Rabelo Coelho - rua 06, 03, bairro Vista Alegre III, localizado no município de Belo Horizonte	Conflito envolvido 8 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0024.12.197022-2
33	Bairro Califórnia - rua Clemente Nascimento Pires, localizado no município de Belo Horizonte	Conflito envolvendo 30 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 6020565-46.2015.8.13.0024
34	Edifício Padre Paraíso - rua Padre Paraíso, 139, bairro Carlos Prates, localizado no município de Belo Horizonte	Conflito envolvendo 18 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 2683588-58.2010.8.13.0024
35	Capelinha - rua Caratinga, localizado no município de Betim	Conflito envolvendo 70 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0115723-32.2012.8.13.0027
36	Nova Campinho, localizado no município de Betim	Conflito envolvido 20 pessoas – Não foi tratado pela Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
37	Fazenda Barro Preto (Área de cerrado Frutal), localizado no município de Frutal	Conflito envolvendo 7 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0024.14.042.666-9
38	Fazenda Guapeva (antiga Cachoeira de Baixo e Bebedouro da Moeda)	Conflito envolvendo 80 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 6112128-24.2015.8.13.0024

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
39	Bairro Santa EDWIRGES - Rua Luiz Ferreira Melo, bairro Santa EDWIRGES (Dez Casas Sendo Nº 02, 03, 04, 06, 07, 08 E 09, de mais sem numeração), rua Alzira de Oliveira Dornas, bairro Santa Edwiges sete, localizado no município de Itaúna	Conflito envolvido 30 famílias - Não foi tratada pela Mesa Processo nº 0082189-37.2012.8.13.0338
40	Acampamento Águas - fazenda Águas Cristalinas, localizada no município de Itanhomi Movimento Social / Líder: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Conflito não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
41	Terreno da Vale - quilometro 457 mais 420 (linha férrea), localizado no município de Antônio Dias	Não foi discutido na Mesa Processo nº 019407000069-1
42	Acampamento Irmã Dorothy, localizado no município de Araguari – Movimento Social MST	Conflito envolvendo 30 famílias não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
43	Vila Acaba Mundo, localizado no município de Belo Horizonte Movimento Social Favela da década 40, iniciou-se com a instalação da Mineradora Lagoa Seca, encontra-se hoje em expansão	Não foi tratado na Mesa Processo nº 6136304-67.2015.8.13.0024
44	Fazenda Carneiros, localizado no município de Baldim	Conflito envolvido 50 famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 47743-04.2011.4.01.3800
45	Rua Cristiano de Almeida, 260, localizado no município de Belo Horizonte	Não foi tratado pela Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
46	Fazenda São Judas Tadeu, localizado no município de Itacarambi	Conflito envolvendo 100 famílias Indígena – Não foi tratado na Mesa Processo nº 0066223-55.2013.8.13.0352
47	Ocupação Irmã Dorothy, localizado no município de Belo Horizonte	Conflito envolvendo 350 famílias – Não foi tratado na Mesa Processo nº 0056753-19.2010.8.13.0024
48	Fazenda Faroeste - área no bairro Pousada Del REY, localizado o município de Ibitié	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0080846-15.2015.8.13.0301
49	Fazenda Manchúria, localizado no município Ibiá	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 5001260-59.2016.8.13.0024
50	Fazenda Córrego de Área, localizado no município de Governador Valadares Movimento Social / líder: MST – Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra	Conflito envolvendo 60 famílias – Não está na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
51	Fazenda Garça, localizado no município de fronteira - Movimento Social Luta pela Terra	Conflito envolvendo 35 famílias – Não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.13.374.659-4
52	Fazenda Cipó/Mandacaru/acampamento João Pinheiro, localizado no Francisco Dumont Movimento Social / líder: Movimento dos Sem Terra – MST /Comissão Pastoral da Terra - CTT Contato: não informado	Conflito envolvido 35 famílias - Não foi tratado pela Mesa Processo nº 5001708-32.2016.8.13.0024
53	Sítio Vale Encantado - Avenida um, 10, Vale do Bom Jesus 18.000 m ² , localizada no município de Esmeralda - Movimento Social / líder: MST	Conflito não está na Mesa Processo nº 0047721-76.2014.8.13.0241
54	Fazenda Boa Vista, localizado no município de Estrela do Sul	Conflito não está na Mesa Processo nº 6100433-73.2015.8.13.0024
55	Fazenda Monte Carmelo, localizado no município de Estrela do Sul	Conflito não está na Mesa Processo nº 6146417-80.2015.8.13.0024
56	Imóvel Público, localizado no município no Dionísio	Conflito envolve 25 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0002364-96.2015.8.13.0610
57	Bairro Jardim Copacabana, localizado Divinópolis	Conflito envolvendo 4 famílias – Não foi tratado na Mesa Processo nº 0212671-93.2013.8.13.0223
58	Bairro Niterói, localizado no município de Divinópolis	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0206434-43.2013.8.13.0223
59	Casa Avenida 2, 125, Parque Industrial Novo Reno, localizado no município de Coronel Fabriciano	Conflito não foi tratado pela Mesa Processo nº 0194.13.006118-8
60	Quintas coloniais, localizado no município de Contagem	Conflito envolvendo 5 famílias- Não está na Mesa Processo nº 0048901-36.2011.8.13.0079
61	Fazenda Beira Rio, localizado no município de Coromandel	Conflito envolvendo 07 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0024.15.008.891-2
62	Conjunto Habitacional Marcos Otavio, bairro Paulo Vi, no lado direito da rua Maninha Junqueira, localizado no município de Conselheiro Lafaiete	Não foi tratado na Mesa Inquérito Civil nº 0183.13.000067-6
63	Estância Imperial - rua Servidão 5, 122, bairro Estância Imperial da Madeira, localizado no município Contagem	Conflito envolvendo 26 famílias – Não foi tratado na Mesa Processo nº 0327303-16.2012.8.13.0079

63	Imóvel ocupado: Ageu Rodrigues Martins, localizado no município de Caratinga	Não foi tratado na Mesa Processo nº 0134.13.014861-9
----	------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
64	Terreno particular - propriedade de Flávio pena - Portelinha, bairro esperança em Caratinga	Conflito envolvendo 90 famílias- Não foi tratado na Mesa Processo nº 0134.12.011903-4
65	Fazenda Estrela localizado Carmo da Mata	Conflito envolvendo 7 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 001450583.2007.8.13.0140
66	Clube dos Cavaleiros campo Florídeas - avenida Juscelino Kubitschek, 35, localizado no Campo Florido	Conflito envolvendo 15 famílias – Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0078015-55.2015.8.13.0772
67	Fazenda São José da Boa Vista, localizado no município de Campina Verde	Não foi tratado na Mesa Processo nº 6048675-55.2015.8.13.0024
68	MGT 262, Estrada Sabará, localizado no município de Caeté	Conflito não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
69	Fazenda MORRO DOIS - 01 Hectare, localizado no município Botumirim	Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0002544-90.2005.8.13.0278
	Camilo torres I e II (complexo industrial Vale do Jatobá)	Conflito envolvendo 900 famílias - Não foi tratado pela Mesa, mas tem histórico. Processo nº 2359506-07.2008.8.13.0024
70	Ocupação Chico Xavier – Bairro Xodó Marise, localizado no município de Belo Horizonte	Conflito não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
71	Ocupação da Fetaemg – acampamento Pedro Marcelo Santo, localizado no município de Bocaiuva - Movimento Social MST	Não foi tratado pela Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
72	Fazenda indaiá, localizado no município de Bonito de Minas	Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0095337-05.2014.8.13.0352
73	Itapeva III, IV, VI E VII, localizado no município de Grão Mogol	Conflito envolvendo 120 famílias – Não foi tratado na Mesa Processo nº 2241912-30.2012.8.13.0024
74	Comunidade Barrinha, localizado no município de Itacarambi Movimento Social CBT -	Conflito envolvendo 13 famílias comunidade Tradicional Vazanteiros – Não foi tratado na Mesa Processo nº 0635691-33.2016.8.13.0000
75	Fazenda Buriti 1.487,73 hectares, localizado no município de Montes Claros não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 70 famílias não foi tratado na Mesa Processo nº 0169474-11.2011.8.13.0433
76	Ocupação Juntos Venceremos, localizado no município de Montes Claros - Movimento Social / Líder: MTD – Movimento dos Trabalhadores por Direitos	Conflito envolvendo 230 famílias não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
77	Alameda Galo Novo, localizado no município de Nova Lima não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 1 família não foi tratado na Mesa Processo nº 0002034-41.2014.08.13.0188

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
78	Imóvel urbano no bairro Nova Suíça (rua Luiz Seabra sobrinho, 383), localizado no município de Nova Lima não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 14 famílias não foi informado Movimento Social Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
79	Ocupação Jardim Canadá, localizado no município de Nova Lima não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0188.12.003340-5
80	Distrito Industrial José Silva Almeida, localizado no município de Nova Serrana não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0009585.90.2013. 8. 13.0452
81	Acampamento João Pedro Teixeira - fazenda Ribeirão de Áreia, localizado no município de Olhos D' Água	Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
82	Avenida Maurette José dos Santos, nº 208 e 210, bairro Manacás	Não foi tratado pela Mesa Inquérito Civil MPMG 0024.13.011134-7
83	Fazenda da Fucam, localizado no município de Buritizeiro Movimento Social Sindicato dos Trabalhadores Rural	Conflito envolvendo 28 famílias - foi tratado pela Mesa visita Não possui número de Ação de Reintegração de Posse
84	Edifício Padre Paraíso - rua Padre Paraíso, 139, bairro - Carlos Prates - Movimento Social Brigadas Populares e MST	Conflito envolvendo 1200 famílias – houve intervenção da Mesa Processo nº 2683588-58.2010.8.13.0024
85	Fazenda Cochá e Flexeiras – Estância lagoa da Pedra, localizado no município de Bonito de Minas	Conflito envolvendo 150 famílias – Não foi tratado na Mesa Processo nº 0035242-09.2014.8.13.0352
86	Fazenda Rodeio (queixada 1), localizado no município de Ouro Verde de Minas - Movimento Social/ Líder: não informado	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.13.313.748-9
87	Olhos D'Água, localizado no município de Pará de Minas - Movimento Social / Líder não informado	Conflito não deve reunião da Mesa de Diálogo mas foi feito algumas ações da Mesa Processo nº 70650-65.2014.4.01.3800 –12ª Vara Federal Seção Judiciária de Minas Gerais. Processo nº 0471.14.017566-5 - 1ª Vara Cível de Pará de Minas.
88	Fazenda Lavras, localizado no município de Paracatu - Movimento Social / Líder: não informado	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.14.014.214-9
89	Fazenda Paiol e Buriti do Bernardo, localizado no município de Paracatu - Movimento Social / Líder: não informado	Conflito não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.12.203.203.0
90	Acampamento Ismene Mendes - fazenda Boa Sara, localizado no município de Patos de Minas - Movimento Social / Líder: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Conflito Rural com aproximadamente 22 famílias, segundo histórico da Mesa não teve reunião, mas ações na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
91	Conjunto habitacional Jardim Esperança IV, localizado no município de Patos de Minas - Movimento Social / Líder: Movimento dos Sem Terra- MST	Conflito Urbano não foi informado número de Famílias, segundo o histórico da Mesa não foi realizado reunião da Mesa, mas teve ação na Mesa. Processo nº 0162232-15.2015.8.13.0480
92	Fazenda Cantagalo, localizado no município de Pedras de Maria da Cruz – não foi informado Movimento Social	Conflito rural envolvendo 31 famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.14.332.479-6
93	Fazenda Palmeirinha, localizado no município de Pedras de Maria da Cruz – não foi informado Movimento Social	Conflito rural não foi informado número de família – não foi tratado na Mesa Processo nº 009780-07.2001.8.12.0352
94	Fazenda Pedras de São João Agropecuária, localizado no município de Pedras de Maria da Cruz	Conflito rural não foi informado número de famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 0064491-39.2013.8.13.0352
95	Bairro Teotônio Batista de Freitas, localizado no município de Pedro Leopoldo – não foi informado Movimento Social	Conflito urbano não foi informado Movimento Social – não foi tratado na Mesa Processo nº 003493-02.2016.8.13.0210
96	Fazenda Mulugunzinho, localizado no município de Porteirinha – não foi informado Movimento Social	Conflito rural envolvendo 30 famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.10.127.898-4
97	Fazenda Moenda, localizado no município de Prata - Movimento Social / Líder: Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST	Conflito rural envolvendo 75 famílias – não foi tratado na mesa, mas teve algumas ações na Mesa Processo nº 6076925-98.2015.8.13.0024
98	Fazenda Rio das Pedras, localizado no município de Prata - Movimento Social / Líder: Fetraf - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras	Conflito envolvendo 110 famílias – não foi tratado na mesa mas, teve algumas ações na Mesa Processo nº 0276880-21.2015.8.13.0702
99	RDS Tamanduá, no município de Riacho dos Machados – não foi informado Movimento Social	Não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse. Conflito socioambiental.
100	Fazenda Nossa Senhora de Santana em areias (comarca de ribeirão das neves), rua Gardênia, 119, margaridas, no município de Ribeirão das Neves – não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 150 famílias - não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.15.051.252-3
101	Ocupação Granjas Primavera, localizado no município de Ribeirão das Neves – não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 25 famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 500226781.2015.8.13.0231
102	Imóveis da Prefeitura - rua Treze, nº 0 - bairro Vila Duarte, localizado no município de Rio Acima – não foi informado Movimento Social	Conflito urbano envolvendo 100 pessoas – não foi tratada na Mesa Processo nº 0188.15.003.666-6

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
103	Rua Cel Antônio Marques da Costa, nº 82, casa 07, bairro Morgan, localizado no município de Rio Acima – não foi informado Movimento Social	Conflito envolvendo 3 pessoas – não foi tratado na Mesa Processo nº 0188.14.010.004-4
104	Chácara Princesa do Sertão, localizado no município de Uberaba – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse.
105	Fazenda Capão Limpo - av Maria Rodrigues da Cunha Rezende, - Vila Ozanam - Uberaba	Conflito urbano envolvendo 30 famílias – não foi tratado na Mesa Processo nº 0701.08.233.066-6
106	Fazenda Pasto Grande ou Cachoeirinha, localizado no município de Uberaba – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado pela mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse.
107	Fazenda São José do Rio Peixe, localizado no município de Uberaba – não foi informado Movimento Social	Conflito não tratado na Mesa Processo nº 6038315-61.2015.8.13.0024
108	Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa Processo nº 76682-28.2010.4.01.3800 - Justiça Federal
109	Bairro Jardim Vitória – BR 050 km 41 (ao lado do bairro Seringueiras), localizado no município de Uberlândia - Movimento Social / Líder: Pastoral da Terra	Conflito não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa Processo nº 0749910 24.2015.8.13.0702
110	Bairro Shopping Park, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito reintegrado Processo nº 0563730-02.2012.8.13.0702
111	Chácara Beira Rio, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa Processo nº 0270971-03.03.2012.8.13.0702
112	Chácara Rancho Alegre - bairro Canaã, localizado no município de Uberlândia	Conflito não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa Processo nº 0702088-10.2013.8.13.0702
113	Fazenda Buriti, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa Processo nº 0702.12.073678-1
114	Fazenda Cabaça - 3ª ocupação, localizado no município de Uberlândia - Movimento Social / Líder: Fórum Luta pela Terra do Triângulo Mineiro	Conflito rural tratado na Mesa Ata nº 47/2017 Processo nº 0139562-64.2013.8.13.0702
115	Fazenda Capim Branco Sítio João de Oliveira, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 5015718-81.2016.8.13.0024

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
11 6	Fazenda Carinhosa S/A, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0024.09.538.307-1
11 7	Fazenda Duas Estrelas, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Não possui número de Ação de Reintegração de Posse.
11 8	Fazenda Estância Califórnia, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Não possui número de Ação de Reintegração de Posse.
11 9	Fazenda Estância Paraíso - Br 455 km 35 (estrada da harmonia), localizado no município de Uberlândia não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 4288265-60.2013.8.13.0024
12 0	Fazenda Estivinha Veio d'Água, localizado no município de Uberlândia - Movimento Social / Líder: Movimento Social de Luta Pela Terra e Reforma Agrária	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0024.13.232.371-8
12 1	Fazenda Experimental do Glória, localizado no município de Uberlândia – Movimento Social / Líder: MSTB – pastoral da Terra e Movimento Sem Teto do Brasil	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 6590-45.2012.4.01.3803
12 2	Fazenda Ferro Velho - Adj. bairro Morada localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0485385-51.2014.8.13.0702
12 3	Fazenda Formosa, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 2729213-47.2012.8.13.0024
12 4	Fazenda Glória / Campo Alegre / Letreiro, localizado no município de Uberlândia - Movimento Social / Líder: MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0024.12.204.1619
12 5	Fazenda Lago Azul – Empreendimentos Imobiliários Ltda. Localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 1728345-18.2014.8.13.0024
12 6	Assentamento Maringá / Monte Castelo – lote 06, localizado no município de Uberlândia – não foi informado social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 6590-45.2012.4.01.3803
12 7	Fazenda Nossa Senhora das Perdizes, localizado no município – não foi informado social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0024.14.046.479-3

12 8	Fazenda Pederneira, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito tratado na Mesa Relatório de Reunião 17/10/2017 Processo nº 5017118-02.2017.8.13.0702
-----------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
129	Fazenda Praia Rica BR 452 km 162, localizado no município de Uberlândia, não foi informado Movimento Social	Conflito rural não teve reunião, mas teve ações da Mesa de Diálogo Processo nº 5006692-28.2017.8.13.0702
130	Fazenda Rio das Pedras /Douradinho/ Bom Jardim Empreendimentos, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0807430-73.2014.8.13.0702
131	Fazenda Santa Maria /Dona Olívia, localizado no município Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0024.13.2013878-5
132	Fazenda São Bento/Chácara Eldorado III, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não foi tratado na Mesa. Processo nº 0727853-80.2013.8.13.0702
133	Fazenda Sobradinho, localizado no município de Uberlândia - Movimento Social / Líder: MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Conflito rural envolvendo 85 famílias Ata nº 37/2016 Ata s/n 23/06/2016 Processo nº 0702.15.018.060-3
134	Fazenda Sobradinho (denominado Congonhal), localizado no município de Uberlândia- Movimento Social / Líder: MST	Conflito rural não foi tratado na Mesa Ofício nº 106/2017 Mesadediálogo/SEPLAG Processo nº6124485-36.2015.8.13.0024
135	Fazenda Tenda (próximo a Cemig), localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito rural não foi tratado na Mesa Processo nº 0237590-04.2012.8.13.0702
136	Fazenda Tenda – Morumbi km 12 estrada Pau Furado, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito rural não foi tratado na Mesa Processo nº 0702.13.082093-0
137	Fazenda Tenda do Mauro, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito rural não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.14.193490-1
138	Fazenda Três Corações, localizado no município de Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito rural não foi tratado na Mesa Processo nº 0406423-14.2014.8.13.0702
139	Ocupação Fidel Castro, localizado no município Uberlândia – Movimento Social MTST	Conflito envolvendo 700 famílias entrou na Mesa 12/11/2018. A primeira reunião da Mesa de Diálogo aconteceu dia 26/11/2018. <u>Ata 153 dia 26/11/2018</u> Processo nº 5021828-02.2016.8.13.0702 – 7ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia – Juntada de Petição de renuncia de mandato. Processo nº 5024014-95.2016.8.13.0702 – 1ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia – Extinto o processo por desistência em 08/04/2018.

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
140	Ocupação Zaire Rezende - rua João Costa Azevedo, bairro: Prosperidade – não foi informado Movimento Social	Conflito foi tratado pela Mesa - reintegrado Processo nº 0660182.69.2015.8.13.0702
141	Parte remanescente 2 área verde - rua São Sebastião, 1240, bairro Morumbi	Conflito urbano envolvendo 30 famílias, não foi tratado pela Mesa Processo nº 0702.13.042540-9
142	Rua: Joaquim Justino de Faria, em frente ao cemitério de Martinésia, localizado no município de Uberlândia – Não foi informado Movimento Social	Conflito urbano envolvendo 05 famílias, não foi tratado pela Mesa Processo nº 0419365-44.2015.8.13.0702
143	Sítio das Laranjeiras, localizado no município Uberlândia – não foi informado Movimento Social	Conflito não tratada na Mesa Processo nº 0735791-63.2012.8.13.0702
144	Fazenda Curral do Fogo, localizado no município de Unaí - Movimento Social / Líder: Movimento dos Sem Terra- MST	Conflito rural envolvendo 80 famílias, não foi tratado na Mesa Processo nº 0495239-37.2012.8.13.0024
145	Fazenda Gramado, localizado no município de Varzelândia – não foi informado Movimento Social	Conflito rural, não foi tratado na Mesa Processo nº 1822688-64.2012.8.13.0024
146	Fazenda Serra d'Água (antiga fazenda Arapuá), localizado no município de Varzelândia – não foi informado Movimento Social	Conflito rural, não foi tratado na Mesa Não possui número de Ação de Reintegração de Posse.
147	Fazenda Guarda-mor, comarca de Vazante, localizado no município de Vazante – não foi informado Movimento Social	Conflito rural - não foi tratado na Mesa Reintegração de Posse cumprida em 08/04/2016. Processo nº 1094439-91.2011.8.13.0024.
148	Fazenda Lavado, localizado no município de Vazante – não foi informado Movimento Social	Conflito rural - não foi tratado na Mesa Processo nº 8126012.38.2005.8.13.0024
149	Fazenda São Severino, localizado no município de Vazante – não foi informado Movimento Social	Conflito rural - não foi tratado na Mesa Processo nº 5089291-55.2016.8.13.0024
150	Fazenda Salobo, localizado no município de Vazante - Movimento Social / Líder: MLTJ – Movimento de Luta pela Terra e Justiça	Conflito tratado pela Mesa, Reintegrada Processo nº 6073548-22.2015.8.13.0024
151	Fazenda Ipiranga 1.140 hectares, localizado no município de Verdelândia – não foi informado Movimento Social	Conflito rural envolvido 150 famílias - não foi tratado na Mesa Processo nº 0024.02.818980-1
152	Alameda Bela Vista, localizado no município de Vespasiano – não foi informado Movimento Social	Conflito urbano - não foi tratado na Mesa.
153	Município: Bambuí Fazenda Boa Esperança	A Fazenda Boa Esperança/NS Administração e participação Ltda estava ocupada por integrantes do Movimento dos Sem Terra- MST, mas houve a

		saída pacífica. Caso resolvido.
--	--	---------------------------------

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
15 4	Município: Belo Horizonte Ocupação Vila Bandeirantes	ata sem número 16/06/2015 Não há nos arquivos da Mesa de Diálogo informações consistentes sobre o referido conflito. Movimento Social: Brigadas Populares Não possui numero de Ação de Reintegração de Posse.
15 5	Município: Belo Horizonte Ocupação Santana do Cafezal	Ocupação urbana localizada na região central de belo Horizonte envolvendo 120,passou por reunião da mesa conforme consta em ata atualmente não há informações mais consistente em nossos arquivos.Conflito. ata nº 16/06/2015 Não há registro do número de Ação de reintegração de posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.
15 6	Município: Divinópolis Bairro Santo André	Conflito envolvendo 2 famílias. Não teve reunião da Mesa de Diálogo Processo nº 0023753-71.2014.8.13.0223 – 3ª Vara Cível – Comarca de Divinópolis – Autos conclusos para despacho em 05/11/2018.
15 7	Município: Araguari Fazenda Quilombo - Acampamento Irmão Naves	Conflito envolvendo 28 famílias. Chegou à Mesa de Diálogo pelo Movimento Social Fórum de Luta pela Terra. Não há nos arquivos da Mesa de Diálogo informações consistentes sobre o conflito. Ata nº 47/2017 Não possui numero de Ação de Reintegração de Posse.
15 8	Município: Belo Horizonte Imóvel urbano localizado no Bairro Santa Rita - Complexo Industrial Vale do Jatobá – Barreiro - Eliana Silva III	Conflito envolvendo 800 famílias.(favor retirar da planilha, pois nao ha movimentação atual da Mesa) Anexo – Processo nº 2531908-55.2012.8.13.0024 – 3ª Vara de Fazenda Municipal – Comarca de Belo Horizonte – Autos conclusos para despacho em 22/06/2018.
15 9	Município: Campo Florido Chácara 3 Irmãos - Acampamento Vitória	Conflito envolvendo 250 famílias. Anexo - ata nº 008/2015 Processo nº 0098260-87.2015.8.13.0701- 2ª Vara Cível – Comarca de Uberaba – Expedição de Edital 05/04/2018.
16 0	Município: Itacarambi Fazenda Maria Preta/ Ouro Verde	Conflito envolvendo 160 famílias. Anexo – Ata nº 23/2015 Processo nº 0021374-61.2014.8.13.0352 – Comarca de Januária - Baixado – Baixa Definitiva em 19/08/2015.

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
16 1	Ocupação Vila Bela Vista - via Expressa, localizado no município de Belo Horizonte Av. Tereza Cristina/Via Expressa e Rua Humaitá – Padre Eustáquio	Conflito envolvendo 06 famílias - Não foi tratado pela Mesa Processo nº 0290010-80.2012.8.13.0024
16 2	Fazenda Bom Sucesso, localizado no município de Vazante – não foi informado Movimento Social	Conflito reintegrado Processo nº 6073584-22.2015.8.13.0024
16 3	Município: Várzea da Palma Fazenda dos Evangelistas	Conflito urbano envolvendo 120 famílias, tratado pela Mesa - Ata nº 28/2015 Não houve encaminhamentos da Mesa de Diálogo desde novembro de 2015. Movimento Social: MST Processo nº 0025995-66.2015.8.13.0708 – Comarca de Várzea da Palma – Homologada transação em 09/05/2018 – Juntada de petição em 06/11/2018.
16 4	Município: Vespasiano Vila Santa Maria	Conflito urbano foi tratado pela Mesa Ata s/n 14/07/2015 Movimento Social: Brigadas Populares Não há informações sobre o número de Ação de Reintegração de Posse.
16 5	Município: Araguari Fazenda Patrona/ Bálsamo/ Santo Antônio	Conflito envolvendo 150 famílias, foi tratado pela Mesa de Diálogo, mas não houve avanço nas negociações Ata sem número 22/11/2015 Processo nº 0149715-23.2013.8.13.0035 – Comarca de Araguari – Carta Precatória – Baixado – Baixa definitiva em 28/12/2015 – Não há dados do processo principal.
16 6	Município: Belo Horizonte Ocupação Paulo Freire - Região do Barreiro	Conflito urbano envolvendo 300 famílias. Não há registro de atuação recente da Mesa de Diálogo. A última reunião da Mesa foi em 2015. Movimento Social: Movimento de Luta pelos Bairros (MLB) Ata sem número 02/06/2015 Não possui número de Ação de Reintegração de Posse.

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
167	Município: Betim Ocupação SHEKINAH	<p>O conflito urbano já foi pautado na Mesa de diálogo antes mesmo da institucionalização da Mesa de Diálogo. Foi recebido e feito acordo com a Prefeitura de Betim, para pagamento de aluguel social para as famílias oriundas da ocupação, até ser entregue o imóvel do programa “Minha casa minha vida entidades”. Não há informações recentes sobre o conflito. atas: reunião 02/06/15 reunião 12/05/15 reunião 30/06/15</p> <p>Não há registro do número de Ação de reintegração de posse nos arquivos da Mesa de Diálogo.</p>
168	Município: Conceição do Mato Dentro Mineradora Anglo América X moradores da área rural	<p>Conflito teve reunião da Mesa envolvendo agricultores familiares, comunidades tradicionais, outros moradores e a empresa Anglo American no Município de Conceição do Mato Dentro em fase da realização do empreendimento Minas-Rio, que compreende a construção de mineroduto e exploração de minério de ferro Anexo – atas: 02/06/15 06/07/15 11/06/15 22/05/15 26/05/15 28/04/15 14/07/15 05/05/15 14/04/15 12/05/15</p> <p>Movimento Social: Brigadas Populares / Movimento Reaja</p> <p>Processo nº 0175.12.000916-2 – Secretaria do Juízo – Comarca de Conceição do Mato Dentro – Proferida Sentença – Pedido julgado procedente em 29/10/2018.</p>
169	Município: Igarapé Alimenta Avícola	<p>Conflito não foi pautado em reunião, mas teve intervenção da Mesa de Diálogo.</p> <p>Não possui número de processo nos arquivos da Mesa de Diálogo.</p>
170	Município: Iguatama Fazenda Faroeste	<p>Conflitos envolvendo 120 famílias. Anexo – Ata nº 38/2016 Movimento Social: MDC</p> <p>Processo nº 0460699-55.2015.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado – Autos arquivados definitivamente em 27/06/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
17 1	Município: Ituiutaba Fazenda Córrego da Porteira e Fazenda Lourenço - Ocupação Mega Sena	Não foi informado o número de famílias. Foi solicitado à SEDA o levantamento de Cadeia Dominial. Imóvel reintegrado. - Ata nº 69/2017 Processo nº 5055646.05.2017.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Juntada de petição de manifestação da Defensoria Pública em 20/06/2018.
17 2	Município: Jequitaiá Ferro Ligas Belgominas	Conflito envolvendo 50 famílias. - ata do dia 23/07/15 ata 29/04/15 ata 14/04/15 ata 05/05/15 ata 12/05/15 Movimento Social: MST Processo nº 5829941-50.2009.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos vista ao Autor para saber se pretende dar continuidade no feito em 13/09/2018.
17 3	Município: Jequitinhonha Comunidade Chapadinha	Conflito envolvendo 20 famílias. - Ata sem número 02/06/2015 Número de Ação de Reintegração de Posse não encontrado.
17 4	Município: Mathias Lobato Fazenda Bom Jardim - Acampamento Maria da Penha	O conflito, envolvendo 20 famílias, não foi pautado em reunião mas contou com a atuação da Mesa de Diálogo. Movimento Social: MST Não há informações acerca de número de Ação de Reintegração de Posse.
17 5	Município: Montes Claros Chácara Vila Castelo Branco	Não informado o número de famílias. Conflito não foi pautado em reunião, mas teve intervenção da Mesa de Diálogo. Processo nº 5009338-42.2017.8.13.0433 – Comarca de Montes Claros – Autos conclusos para despacho em 30/10/2018.
17 6	Município: Nova Lima Che Guevara	Não foi informado número de famílias. - Ata sem número 19/03/2015 Não há informação acerca do número de Ação de Reintegração de Posse.

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
177	Município: Patos de Minas Ex-ocupação do terreno da EPAMIG	<p>Conflito rural com aproximadamente 23 famílias deslocamento das famílias que saíram da Fazenda da EPAMIG e se dirigiram para a área urbana, ocupando casas em construção do Programa Minha Casa Minha Vida, de responsabilidade do município. Foi citado na reunião, por representante do MST.</p> <p>15/04/2016 – Extraoficialmente, a PMMG informou que as 23 famílias se retiraram pacificamente das casas inacabadas indo para local ignorado.</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Não há informação acerca do número de Ação de Reintegração de Posse.</p>
178	Município: Patos de Minas Fazenda EPAMIG/ Experimental Sertãozinho	<p>Conflito rural com aproximadamente 23 famílias. Imóvel reintegrado.</p> <p>- Ata n/s 30/06/2015 Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 0501404-32.2014.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado - Processo transitado em julgado em 14/12/2017 – Baixa definitiva em 14/12//2018.</p>
179	Município: Pirapora Fazenda da Prata	<p>Conflito rural envolvendo 180 famílias tratado pela Mesa</p> <p>- Ata s/n 16/10/2015</p> <p>Processo nº 2468119-82.2012.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Autos transitado em julgado em 25/09/2018.</p>
180	Município: Sacramento Fazenda Chapadão dos Borges - Acampamento Jaime Cardoso	<p>Conflito rural envolvendo 250 não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Não há informações sobre Ação de Reintegração de Posse.</p>
181	Município: Salto da Divisa Manga do Gustavo	<p>Conflito rural rural envolvendo 85 famílias Ata s/n 20/10/2015</p> <p>Movimento Social: MST</p> <p>Processo nº 1983359-81.2006.8.13.0024 – Vara Agrária de Minas Gerais – Baixado – Autos arquivados por falta de manifestação da parte autora em 25/07/2018.</p>

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
18 2	Município: Santa Luzia Fazenda Cachimbeiro	Conflito não teve reunião na Mesa mas teve ações da Mesa. Processo nº 5002544-84.2017.8.13.0245 – 3ª Vara Cível – Comarca de Santa Luzia - Redistribuído por prevenção em razão de incompetência da 2ª Vara Cível da Comarca de Santa Luzia em 1206/2018.
18	Município: Juiz de Fora Novo Triunfo II	Conflito envolvendo 39 famílias. - Ata nº 21/2016 Ata 12/01/16 ata 17/12/15 Processo nº 0006854-63.2015.4.01.3801 - 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora – Baixado – Autos transitados em julgado em 01/08/2018 – Processo Baixado em 01/08/2018.
3	Município: Olhos D'água Fazenda Estrela - Acampamento Estrela	Conflito envolvendo 22 famílias. - Ata nº 113/2018 Movimento Social: MST Não há informação acerca do número de Ação de Reintegração de Posse.
18 4	Município: Januária Fazenda Moradeiras - Quinta das Palmeiras e Quinta das Mangueiras	Conflito envolvendo 28 famílias. O Sr Ten Cel PM Nocelli, Chefe da PM/3, comunica que, conforme documento anexo, foi expedida decisão judicial da Juíza de Direito da Comarca de Januária/MG que determinou a suspensão por noventa dias, a partir de 24 de agosto de 2015, do mandado judicial para a reintegração de posse da Fazenda Moradeiras / Quinta das Palmeiras, localizada no município de Januária/MG. Ressalta-se que a decisão é decorrente de petição do próprio município de Januária, autor da ação. Determinada a Reintegração de Posse. - Ata sem número 23/06/2015 Processo nº 0079380-61.2014.8.13.0352 – Comarca de Januária – Autos entregues em carga ao advogado do autor em 04/10/2018.
18 4	Município: Mariana Rompimento da Barragem da Samarco - Movimento Social MAB	Em meados de 2015, a Mesa de Diálogo realizou algumas reuniões entre os atingidos por barragens. O conflito envolvendo a Barragem de Fundão, em Mariana, é o mais complexo. Atualmente, foi criada uma comissão, envolvendo governo e outros órgãos para tratar do assunto. - Atas de reuniões Movimento Social: MAB Não possui ação de reintegração de posse. Conflito socioambiental.

Nº	NOME DO CONFLITO	STATUS DA OCUPAÇÃO
18 6	Município: Monte Alegre de Minas Acampamento Roseli Nunes 3	<p>Conflito envolvendo 30 famílias. Na reunião da Mesa de Diálogo, realizada em 02/10/2017, foram feitos os seguintes encaminhamentos: O Fórum enviará toda a documentação sobre as ocupações para a Mesa de Diálogo (estudo feito pela universidade, o relatório e outros) A Seda fará uma análise preliminar das áreas (situação jurídica) e, por meio do Aldenir, marcará conversa com a equipe da Mesa de Diálogo e da Seda quando da posse de toda a documentação A Sedpac fará o cadastramento das famílias dos conflitos em pauta. Atualmente não há atuação da Mesa de Diálogo.</p> <p>- Ata nº 47/2017</p> <p>Não há informação acerca do número de Ação de Reintegração de Posse.</p>
18 7	Município: Santa Vitória Ocupação Córrego do Tatu BR 365	<p>Conflito não teve reunião da Mesa mas teve ações da Mesa</p> <p>Processo nº 0011422-24.2012.4.01.3803 – 1ª Vara Cível Federal – Subseção Judiciária de Ituiutaba – Sentença julgou procedente a ação de reintegração de posse em 26/09/2018.</p>

ANEXOS:

Anexo 1 – Relatório de acompanhamento de operação de Reintegração de Posse em Campo do Meio, Minas Gerais.

Com nossos cumprimentos vimos por meio deste, dentro das atribuições cabíveis, informar o que segue.

Desde as 04 horas da manhã do dia 12 de agosto de 2020, acompanhamos a execução da ordem judicial constante no processo de nº 610521878.2015.8.13.0024 junto aos Oficiais de Justiça de nome “Érick” e “Larissa” e a Corporação da Polícia Militar sob o Comando do Tenente Coronel Afrânio Tadeu Garcia.

Informamos que até a noite do dia 13 de agosto, as áreas denominadas, Escola, Coluninha, e estruturas do barracão- DMO haviam sido desocupadas e vistoriadas pelos oficiais de justiça.

A operação continuou na manhã da sexta feira, dia 14 de agosto, para avançar nas áreas controversas do processo judicial- segundo a Defensoria Pública de Minas Gerais e da detida análise dos autos processuais o limite da área objeto do litígio foi alterada pela oficiala de Justiça Sra Larissa, no Auto Circunstanciado, bem como constante da decisão do Juiz da Vara Agrária de Minas Gerais- junto dos membros do Centro de Referência de Direitos Humanos do Sul De Minas, assessoria jurídica Cáritas, advogados e demais representantes institucionais que acompanhavam a ação.

Diferente do informado pela Senhora Oficiala de Justiça verificou-se que os abrigamentos não estavam apropriados para ingresso imediato das famílias reintegradas, de modo que a primeira família composta por uma mulher, um homem, e duas crianças -sendo uma portadora de doença de coração que passou mal em razão da insegurança do processo- sofreu com a demora da localização.

Isso porque desde a desocupação, a família ficou a procura do abrigo na cidade de Campo do Meio por horas, descumprimento que só se findou com a nossa intervenção junto das membras e membro do CRDH Sul de Minas sob a exigência mínima de cumprimento do Protocolo de Reintegração de Posse, das normativas como Estatuto da Criança e do Adolescente, Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, Convenção dos Direitos das Crianças e da Constituição Federal.

Registra-se que, a segunda família composta por seis membros sendo quatro crianças foram alojadas numa creche desativada em função da pandemia COVID 19 que por sua vez se localiza ao lado do Posto de Saúde da região.

Informa-se que estamos aguardando o relatório do Centro de Referência de Direitos Humanos do Sul de Minas para detalhamento e demais informações.

Durante a reintegração de posse do dia 15 de agosto, sem justificativa, uma vez que a operação já havia se iniciado, a Polícia Militar de Minas Gerais vedou o acesso à alimentação e água, violação que só foi revertida após muita conversação das instâncias de representação e por pressão dos acampados.

Sem esperar qualquer atitude que tencionasse ainda mais o conflito, fomos surpreendidos com a Polícia Militar, que através da pessoa do Senhor Capitão Rodrigo, integrante da corporação comandada pelo Tenente Coronel Afrânio, acusou de forma leviana e sem qualquer apresentação comprobatória os advogados do movimento durante a negociação.

Segundo o policial, o advogado dos acampados havia sido qualificado como autor de homicídio tentado em razão de um incêndio ocorrido na data de 13 de agosto de 2020 em um pasto localizado próximo ao conflito.

Nesse momento em diante, as tentativas de cerceamento de defesa foram contínuas, fomos informados que nossos nomes estavam catalogados junto a Corporação da Polícia Militar e que eles iam tomar providências.

Enquanto a operação avançava para as áreas a serem reintegradas, a corporação da Polícia Militar impediu a entrada de advogados e representantes da OAB/MG no território, demonstração nítida de cerceamento de direitos, do pleno exercício da advocacia, e do respeito às instituições.

Eis o simples relatório.

Clara Moreira Maranhã

OAB/MG 146.934

Assessora Parlamentar da Presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais Deputada Leninha

Membra designada pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG para acompanhar o Conflito em Campo do Meio, MG.

Belo Horizonte, 17 de Agosto de 2020.

=====

Anexo 2 - RELATÓRIO ACAMPAMENTO BEIRA RIO (FRONTEIRA/MG)

O Acampamento Beira Rio está situado na cidade de Fronteira/MG e é composto por duas ocupações na Fazenda Garça e Pântano, possui 138 famílias divididas nas duas áreas. As famílias ocupam o local desde o ano de 2013 e se dividem em 108 famílias na Fazenda Garça e 28 na Fazenda Pântano. O número de pessoas chega a aproximadamente 450.

As famílias ocupantes do local cultivam mandioca e seus derivados, abóbora, melancia, milho, hortifrúti, banana, criam animais como galinhas, bovinos para produção de leite, porcos e outros produtos diretamente cultivados nos lotes.

A produção é comercializada na cidade de Fronteira em uma Feira criada especificamente para escoamento da produção advinda do Acampamento às quintas feiras, no entanto, durante a pandemia da Covid 19 a feira está suspensa. Além da feira os produtos são comercializados de forma ambulante pelos produtores.

As famílias são compostas, em sua grande maioria, por homens e mulheres que possuem filhos (as), bem como idosos e gestantes, há também mulheres que residem sozinhas, mães solo e etc.

As crianças que residem no Acampamento estão todas na escola, a prefeitura fornece transporte escolar e alguns jovens ingressaram no ensino superior em cidades vizinhas como Frutal e São José do Rio Preto/SP.

DA REINTEGRAÇÃO DA FAZENDA GARÇA

A ordem de reintegração de posse foi expedida na ação de cumprimento de sentença movida por Destilaria Rio Grande S/A que tramita na Vara de Conflitos Agrários do Estado de Minas Gerais sob o número 0024.13.3746594, visando o despejo das famílias ocupantes da Fazenda Garça, no Município de Fronteira/MG.

A Carta Precatória para cumprimento da reintegração de posse foi distribuída na Comarca de Frutal, na 2ª Vara Cível, sob o número 5000553-92.2017.0271.

A ação de reintegração de posse foi ajuizada na Vara de Conflitos Agrários em novembro de 2013, houve audiência de conciliação em 17/12/2013, onde foi entabulado um acordo entre a autora da ação e representantes do movimento ocupantes do imóvel rural pleiteado.

Ficou pactuado no acordo que o movimento social ocuparia uma gleba equivalente à 02 (dois) hectares, no talhão 04 (quatro) da Fazenda Garça, na divisa do Município de Fronteira/MG pelo prazo de 01 (um) ano.

Após o escoamento do prazo pactuado no acordo celebrado, a autora da ação não tomou posse do imóvel rural reivindicado, motivo pelo qual, as famílias que estavam acampadas ocuparam o restante da Fazenda objeto de reintegração de posse.

O acordo foi homologado por sentença e tão logo expedido mandado de reintegração posse.

A audiência de conciliação foi realizada na ausência de representante Ministério Público, razão pela qual, foi interposto recurso de Apelação onde o órgão ministerial alegou a nulidade do procedimento, já que este não se fez presente no ato judicial.

O recurso foi recebido com efeito suspensivo pela 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, realizado o julgamento de mérito da Apelação foi negado provimento ao recurso.

Após o julgamento do recurso a Usina que reivindica o imóvel rural, ingressou com cumprimento de sentença visando dar efetividade à desocupação da Fazenda.

Desta forma, foi determinada a reintegração de posse do imóvel rural reivindicado onde ficou estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para desocupação espontânea, assim, a ordem foi deprecada pelo Juízo da Vara de Conflitos Agrários.

Foi expedido mandado de reintegração de posse nos autos da Carta Precatória após a constatação de que o imóvel rural não havia sido desocupado espontaneamente no prazo de 60 (sessenta) dias, conforme determinado pelo Juízo da Vara de Conflitos Agrários.

A Polícia Militar da Comarca de Frutal foi intimada para apoio aos oficiais de justiça responsáveis pelo cumprimento da ordem.

A ordem de reintegração de posse foi expedida pelo Juízo da 2ª Vara da Comarca de Frutal sem a elaboração de plano de desocupação concreto que acolha as mais de 100 famílias residentes no local.

A necessidade de elaboração de plano de desocupação é manifesta, já que o local é ocupado por 108 famílias e há grupos vulneráveis no local, como crianças, gestantes e idosos.

Foi formulado requerimento de intervenção do Ministério Público e da Defensoria Pública nos autos da Carta Precatória por advogados que representam o movimento, já que se trata de conflito agrário pela posse da terra rural, bem como possui incertos e indeterminados que não têm assistência jurídica.

Após a expedição de mandado de reintegração de posse foi impetrado Mandado de Segurança no Tribunal de Justiça de Minas Gerais que tramitou sob o número 1.000.19.000467-1/000, com o fundamento da necessidade de elaboração de plano de desocupação e acolhimento das famílias, preservando assim o direito à moradia, à saúde, a integridade física e moral dos ocupantes do imóvel rural.

Foi concedida a medida liminar nos autos do Mandado de Segurança e na data de 13 de março de 2019 o mérito da ação foi julgado e, por consequência, o julgamento de procedência da ação nos termos da decisão transcrita abaixo.

“Desse modo, defiro a liminar requerida e suspendo o cumprimento da reintegração de posse determinada, até a elaboração de adequado e efetivo Plano de Desocupação.

Determino que o Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Frutal elabore o referido Plano de Desocupação adequado, que garanta os direitos fundamentais das famílias e dos demais ocupantes.”

Restou consignado no Mandado de Segurança citado que o plano de desocupação deve garantir os direitos fundamentais das famílias, inclusive a continuidade do exercício das atividades rurais dos ocupantes do imóvel, conforme acórdão anexo.

Recentemente foi proferida decisão nos autos do Cumprimento de Sentença que tramita na Vara de Conflitos Agrários do Estado de Minas Gerais, determinando que não há necessidade de elaboração de Laudo de Constatação dos ocupantes do imóvel, o que evidentemente contraria o que ficou decidido no Mandado de Segurança de número 1.000.19.000467-1/000.

Além disso, a decisão proferida pelo Juiz da Vara Agrária afirma a desnecessidade de intervenção do Município na elaboração de plano de desocupação do imóvel para acolhimento das famílias.

A Carta Precatória para o cumprimento da ordem de despejo que tramita na Comarca de Frutal atualmente está com o Juiz da 2ª Vara Cível para análise de requerimento formulado pelo Município de Fronteira almejando a dilação de prazo de elaboração de levantamento social.

Aliado ao requerimento foi juntado aos autos ofício enviado pelo Juízo da Vara Agrária de Minas Gerais ao Município de Fronteira para que se antecipe e faça o levantamento dos grupos vulneráveis ocupantes do imóvel, a fim de que seja analisada a possibilidade de desocupação forçada.

O resumo processual demonstra que há o risco de cumprimento da ordem de despejo em plena pandemia da Covid 19, o que efetivamente poderá ocasionar uma tragédia.

Desta forma, a suspensão da ordem de reintegração de posse é imprescindível para a preservação do direito à moradia que em tempos de pandemia é necessário ao isolamento social imposto pelo coronavírus.

DA REINTEGRAÇÃO NA FAZENDA PÂNTANO

Na Fazenda Pântano a situação não se diferencia no tocante ao plano de desocupação que também está subordinado ao cumprimento dos direitos fundamentais dos ocupantes do imóvel, garantindo assim, o direito à moradia, saúde, integridade física e continuidade das atividades rurais dos moradores.

Essa determinação decorre de acórdão transitado em julgado no Mandado de Segurança de número 0896294-54.2017.8.13.0000.

A Carta Precatória para cumprimento da ordem de reintegração de posse da Fazenda Pântano tramitou sob o número 0061643-60.2015.8.13.0271.

A presente Carta Precatória foi devolvida ao Juízo da Vara de Conflitos Agrários na data de 10 de janeiro de 2020 sem a elaboração de plano de desocupação do imóvel.

Até a data de formulação deste relatório não há determinação de reintegração de posse na Fazenda Pântano.

Frutal, 15 de agosto de 2020.

=====

Anexo 3 - Despejo de famílias sem-terra em MG é denunciado para relator especial da ONU



Nesta quinta-feira (13) a Campanha Despejo Zero enviou para o relator especial de moradia adequada da Organização das Nações Unidas (ONU), Balakrishnan Rajagopal, um informe denunciando a destruição de uma escola e a retirada de seis famílias, além da ameaça de despejo de mais 450 famílias sem-terra no acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio (MG).

No informe, a articulação da campanha pede que o Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo) seja oficiado para a suspensão imediata da reintegração de posse. Determinado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais com o aval do governador do estado, Romeu Zema (Novo), o despejo foi iniciado nesta quarta-feira (12) em uma ação que envolveu cerca de 150 Policiais Militares. Após a pressão de diferentes organizações e movimentos de defesa dos direitos humanos, o governador chegou a declarar em sua conta no Twitter que o despejo estaria suspenso, mas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) denuncia que a polícia pernitoou e permanece no local nesta quinta-feira (13). As famílias também permanecem em vigília, para garantir que a Polícia não destrua as moradias e lavouras. Nenhum amparo às famílias foi oferecido pelo governo do estado.

O acampamento Quilombo Campo Grande foi formado há 22 anos no local da falida usina de açúcar Ariadnópolis, que ainda tem como pendência inúmeros casos de direitos trabalhistas não pagos.

A fazenda que antes beneficiava apenas uma pessoa agora é o local de moradia e sobrevivência de 450 famílias agricultoras. Com 40 hectares de hortas, 60 mil árvores nativas e 60 mil árvores frutíferas, o acampamento produz anualmente 510 toneladas de café sem o uso de agrotóxicos, além da produção de oito toneladas de mel, bem como produz cereais, hortaliças, frutas, fitoterápicos, leite e derivados, além de produtos processados como doces e geleias. Na área, estava em construção um polo de conhecimento e tecnologia em agroecologia.

“Com isso, ressalte-se, o despejo do Quilombo Campo Grande é uma grave violação de direitos humanos para as famílias locais, que podem perder tanto sua moradia quanto seu sustento. Isto também impacta diretamente a segurança alimentar de todas as famílias que recebem os alimentos ali produzidos”, apontam as organizações da Campanha Despejo Zero no informe enviado.

Denúncia

A campanha Despejo Zero também aponta que a decisão judicial que embasa a ação é questionada, uma vez que afeta famílias que não estariam no processo de reintegração de posse, nem dentro da área envolvida em acordo judicial.

No informe, as organizações da campanha também apontam a gravidade do despejo em um momento em que Minas Gerais está sob o decreto de calamidade pública. O estado tem 160.485 casos confirmados de COVID-19 e mais de 3.783 mortes. Na data do despejo, registrou 170 mortes em 24h - um recorde no aumento de número diário de mortes.

Despejo Zero

A Campanha Despejo Zero – Pela vida no Campo e na Cidade foi criada para garantir o direito à moradia das famílias brasileiras, principalmente no momento de pandemia, mas se trata de uma campanha permanente. A iniciativa é composta por mais de 100 movimentos populares, entidades e organizações sociais.

Fonte: <https://www.terradedireitos.org.br/noticias/noticias/despejo-de-familias-semterra-em-mg-e-denunciado-para-relator-especial-da-onu/23451>

Anexo 4 - DOSSIÊ A RESPEITO DA VIOLÊNCIA ESTATAL CONTRA AS OCUPAÇÕES, FAMÍLIAS E LIDERANÇAS DO MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS (MLB)

Obs.: A violência narrada, abaixo, atingiu muita gente e lideranças de outros movimentos sociais também. Recordamos também que **dia 24 de abril de 1.999, a Polícia Militar de MG assassinou dois ocupantes – Hélder e Eronildes – ao tentar despejar a Ocupação Bandeira Vermelha, em Betim, MG.**

O presente dossiê foi elaborado pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), movimento social que atua na luta pelo direito humano de morar dignamente e o direito à cidade no Brasil, e seu objetivo é mostrar de forma sintetizada a violência praticada pelo Estado brasileiro contra a sua ação legítima de organizar as famílias sem teto para a luta por direitos, em especial durante os despejos, alertando para a atual situação de risco de despejos de várias de suas ocupações urbanas.

DESPEJO SEM ORDEM JUDICIAL DA OCUPAÇÃO HELENA GRECO (REGIÃO DO ZILAH SPOSITO) (OUTUBRO/2011)



Em outubro de 2011 a ocupação Helena Greco sofreu um despejo sem qualquer ordem judicial, onde fiscais da Prefeitura de Belo Horizonte com o apoio de centenas de policiais militares derrubaram várias casas com o uso de violência. O despejo somente foi cessado após, no fim do dia, um juiz ter dado uma ordem, através processo judicial movido pela Defensoria Pública de Minas Gerais.

Até hoje não houve reparação material e moral às famílias, e nenhum militar foi punido.

O comandante da ação, Coronel Fabiano, em depoimento prestado ao processo no qual responde por abuso de poder, bem como uma de suas testemunhas defesa, uma capitã da PMMG, defenderam a legalidade de sua ação truculenta. Este processo está pendendo há vários anos (número 1650608-70.2013.8.13.0024).

DESPEJOS DE VÁRIAS OCUPAÇÕES URBANAS



Foto do despejo da ocupação Eliana Silva I, em maio de 2012.

Nos últimos anos assistimos inúmeros despejos (concretizados ou parcialmente realizados) de ocupações urbanas, incluindo várias organizadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), todos, sem exceção, realizados a base de muita violência física e moral contra as famílias de sem tetos, culminando com sua colocação na rua, sem qualquer tipo de alternativa de políticas públicas para o atendimento ao direito humano de morar dignamente.

Assim foi nas ocupações Eliana Silva I (2012), Temer Jamais (2016), Manoel Aleixo (2017), dentre outras.

Estas ações militares são chanceladas pelo Governo de Minas Gerais, que jamais se posiciona contra as mesmas, resultado, além da tragédia de colocar seres humanos na rua, em prisões, violência física e/ ou moral e tentativa de homicídio.

ESPADADA NO ROSTO DO COMPANHEIRO DINEI (JUNHO/2013)



Em junho de 2013, movimentos sociais e moradores das ocupações da região da Izidora protestavam contra tentativa de despejo destas comunidades, quando a cavalaria da PMMG atacou parte dos manifestantes, mesmo havendo pedido de 5 minutos pelas lideranças para a liberação da via. Nesta ação barbara, o companheiro Dinei, morador da Ocupação Eliana Silva (dirigida pelo MLB), que estava lá em apoio, recebeu uma espadada no rosto.

Nenhuma reparação material e moral foi dada a Dinei, bem como não houve nenhuma punição aos responsáveis. Por um lado, o comandante responsável pela ordem, Coronel Machado, fez transação penal, benefício concedido para réus evitarem de responderem a processo em troca do pagamento de multa ou prestação de serviços comunitários (processo de número 0287817-19.2017.8.13.0024), e por outro lado, o inquérito policial militar instaurado junto à Corregedoria da Polícia Militar (IPM 117235/2014) foi arquivado sem o indiciamento de nenhum militar.

Dinei ingressou com ação cível de danos estéticos e morais com o apoio do MLB e da Divisão de Assistência Jurídica (DAJ) e Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), contudo, até o presente momento não recebeu qualquer reparação.

VIOLÊNCIA CONTRA A OCUPAÇÃO DA URBEL PELOS MOVIMENTOS SOCIAIS (MLB, COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT - E BRIGADAS POPULARES)



Realizada em julho de 2014 no intuito de pressionar os poderes públicos a não despejarem as ocupações da região da izidora, a PMMG reprimiu os manifestantes ao tentarem fazer entrar alimentos dentro do espaço

ocupado (a Urbel). Pessoas foram presas e outras ficaram gravemente feridas. Nenhuma providência foi tomada contra nenhum policial militar.

MASSACRE CONTRA A MARCHA DAS FAMÍLIAS DAS OCUPAÇÕES DA IZIDORA (JULHO/2015)



Nas fotos acima, companheiros Juliano e Leonardo (do MLB) presos por protestarem contra o despejo das ocupações da Izidora e famílias da Izidora sofrendo bombardeio na Linha Verde.

Em 19 de julho de 2015, após receberem a notícia de que seriam despejadas as três ocupações da Izidora (Rosa Leão, Esperança e Vitória), centenas de famílias destas comunidades saem em marcha rumo à Cidade Administrativa para protestarem contra a violação ao seu direito humano de morar dignamente. Mesmo com a manifestação transcorrendo com paz, a PMMG atacou barbaramente as famílias, ferindo e prendendo dezenas de pessoas (com liderança Poliana Souza do MLB chegando a ficar desaparecidas por horas), chegando ao ponto de quase assassinar um bebê com uma bomba jogada pelo helicóptero militar (filha de outra liderança do MLB, o companheiro Jonas). Até hoje nenhum policial militar foi punido e nenhuma reparação civil foi dada às famílias.

Poliana Souza ingressou com ação cível de danos morais em razão dos maus tratos e tortura sofridas, porém, até hoje não recebeu qualquer reparação.

REPRESSÃO À MANIFESTAÇÃO CONTRA O AUMENTO DAS PASSAGENS DE ÔNIBUS (AGOSTO/2015)



Na foto, manifestantes que se protegeram da chuva de bombas dentro de um hotel na rua da Bahia, são presos pela PMMG

Em agosto de 2015, jovens e movimentos sociais (incluindo o MLB) protestavam contra mais um aumento absurdo dos preços das passagens de ônibus, quando foram surpreendidos pela PMMG, que mesmo diante de uma manifestação pacífica, atacou-a com inúmeras bombas, causando pânico geral. Vários dos manifestantes se abrigaram em prédios da rua da Bahia no intuito de escaparem da violência, e foram presos ao argumento de “que não tinham carteira de trabalho”. Até hoje não houve nenhuma reparação civil aos manifestantes, e nenhum policial militar foi punido. À época, o governador Fernando Pimentel classificou a operação da PMMG como normal.

REPRESSÃO À OCUPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (JULHO/2016)



Em 25 de julho de 2016, ao final de uma audiência pública em que se discutia o Plano Diretor que veio a enfim ser aprovado e se tornado lei em 2020, seguranças da Câmara Municipal agrediram as famílias do MLB que se manifestavam pacificamente pela inclusão de suas ocupações no Plano Diretor.

Até hoje não houve qualquer punição aos agentes públicos envolvidos nesse violência.

REPRESSÃO ÀS MANIFESTAÇÕES E OCUPAÇÕES ESTUDANTIS CONTRA A EMENDA CONSTITUCIONAL QUE REDUZ OS INVESTIMENTOS SOCIAIS (2º SEMESTRE/2016)



Na foto, o estudante e jornalista Caio, antes de ser preso, correndo da PMMG que reprimia a manifestação estudantil na rua da Bahia. Ao fundo da foto, de óculos escuros, o Capitão Santiago, comandante desta operação, bem como do despejo ilegal da Ocupação Temer Jamais.

Durante o segundo semestre de 2016, inúmeras manifestações de rua e ocupações de escolas foram realizadas pelos estudantes afim de denunciar a ilegalidade e imoralidade da proposta de emenda constitucional do governo golpista de Michel Temer que visa reduzir os investimentos sociais para o aumento do pagamento da dívida pública. Em BH, a PMMG agiu no sentido de reprimir várias dessas ações de protesto estudantil (que contaram com a participação de inúmeros jovens moradores das ocupações urbanas), chegando a prender os estudantes Caio (que também é jornalista) e Maria que estavam cobrindo uma das manifestações reprimidas pela PMMG. O processo instaurado contra Caio e Marina foi arquivado exatamente por serem eles inocentes (processo de número 0024.16.017722-6). Até o presente momento, nenhuma reparação foi dada a nenhum estudante vítima da violência policial, e nenhum militar foi punido. O comandante da operação, Capitão Santiago, foi o mesmo policial quem comandou o despejo da ocupação Temer Jamais em setembro de 2016.

DESPEJO DA OCUPAÇÃO ELIANA SILVA 1 E TEMER JAMAIS (MAIO/2012 E OUTUBRO/2016)



A Ocupação Eliana Silva 1 surge em maio de 2012 em um terreno abandonado pela Prefeitura de Belo Horizonte (abandonado até hoje e que foi palco da Ocupação Temer Jamais realizada no ano de 2016), sendo despejada no dia 21 de maio de 2012 com forte aparato militar e com o uso do tanque de guerra caveirão, instrumento de repressão até então inédito em Minas Gerais. Na ocasião, o rapper Emicida foi preso pela mesma PMMG ao denunciar a violência militar em show realizado na capital mineira na mesma data do despejo. A Ocupação Eliana Silva ressurgiu 3 meses depois em um outro terreno abandonado localizado na mesma região sob forte repressão da PMMG (nesta operação militar foram usados 94 policiais militares e 28 viaturas, uma verdadeira operação de guerra, conforme se pode verificar no próprio boletim de ocorrência lavrado pela PMMG – REDS 2012-001749124-001). Vale frisar que o terreno de onde a ocupação Eliana Silva foi despejada em 2012 é o mesmo terreno onde em 2016 a ocupação Temer Jamais foi despejada, cujo estado de abandono permanece até a presente data.

DESPEJO DA OCUPAÇÃO MANOEL ALEIXO - TENTATIVA DE HOMICÍDIO CONTRA A JOVEM GABI (MAIO/2017)



Em Mário Campos/MG, região metropolitana de BH, no dia 1 de maio de 2017, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) iniciou a ocupação Manoel Aleixo afim de conquistar o direito à moradia e trabalho de cerca de 50 famílias. Mesmo não havendo qualquer legalidade que permitisse à PMMG despejar as famílias, comandados pelo Tenente Veloso, os militares despejaram as famílias. Mesmo não havendo qualquer resistência das famílias, a PMMG usou de força e atingiu a queima roupa, a jovem Gabi (militante do MLB e moradora da Ocupação Eliana Silva), de apenas 14 anos, com um tiro de bala de borracha no rosto, que quase a matou. Após o ocorrido, em audiência pública, o Tenente Coronel Hércules de Freitas defendeu a legalidade da ação militar. Até agora a jovem Gabi teve qualquer tipo de reparação material ou moral por parte do Estado de Minas Gerais, e nenhum militar foi punido.

DESPEJO DA OCUPAÇÃO VILA FELIZ (RIO ACIMA/MG, 2014)

No ano de 2014 diversas famílias sem teto do município de Rio Acima ocuparam casas construídas pela Prefeitura de Rio Acima e que estavam há anos abandonadas.

A Polícia Militar realizou despejo violento sob a ordem de uma juíza da comarca de Nova Lima, resultando nas prisões das lideranças do MLB Anderson DVD e Jobert, além de famílias da ocupação, todas despejadas sem qualquer alternativa que resolvesse o problema do déficit habitacional.

REPRESSÃO CONTRA OS CAMELÔS (JULHO/2017)



Em julho de 2017, o prefeito Alexandre Kalil determina que os camelôs devem ser retirados do centro de BH, mesmo diante da maior crise econômica da história e um nível de desemprego e subemprego gigantes, sem oferecer uma alternativa eficaz (já que as tais vagas em shoppings populares não atendem a toda a demanda de camelôs, dentre outros problemas). A resposta da PMMG foi o uso de grande violência contra aqueles que buscam o simples e básico direito ao trabalho. Dezenas de camelôs foram presos.

REPRESSÃO ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS AUTO GESTIONADAS NAS PERIFERIAS



Vanessa Beco, ativista do movimento negro presa ilegalmente ao tentar participar de um bloco de carnaval promovido na periferia de BH

A política de repressão às manifestações culturais, de aporte afro, auto-gestionadas em comunidades periféricas não é novidade. Ela foi instituída pelo Estado Brasileiro há séculos. A PMMG vem dando continuidade a essa violação aos direitos humanos – vida, trabalho, renda, cultura, lazer.

No entanto, neste presente momento, usa seu aparato militar para proibir a realização de bailes funk nas favelas da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Ao negar a concessão de alvarás para realização de festas, utiliza

sua própria interpretação do Direito Administrativo para autorizar ações truculentas nas madrugadas nas favelas.

Diversos bailes têm sido interrompidos com bombas de efeito moral, balas de borracha e até munição viva para dispersar milhares de pessoas em ruelas estreitas e longe dos ouvidos do asfalto. No último dia 09 de julho, a PMMG chegou a matar um adolescente de 14 anos no Aglomerado da Serra, durante um conhecido baile.

A PMMG, para se justificar, utiliza o mesmo discurso discriminatório da mídia tradicional, segundo qual os bailes funks são realizados por “traficantes”. No entanto, os bailes são realizados pelas próprias comunidades e geram para milhares de pessoas que ali vivem, cujos direitos estão sendo seriamente violados, já que até a própria integridade física dos moradores têm sido ameaçada pela Polícia Militar.

Assim também se deu na prisão da ativista Vanessa Beco, que foi presa durante uma tentativa de impedimento de um bloco de carnaval em um aglomerado de BH.

DESPEJOS ILEGAIS, PRISÕES DE MILITANTES SOCIAIS REPRESSÃO AO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO E AO DIREITO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA (NOVA LIMA



E REGIÃO – 2015/2017)

A Polícia Militar em Nova Lima é das mais violentas. Reprimi duramente as manifestações de rua e as ocupações urbanas.

Em janeiro de 2016, um grupo de jovens protestava na rua contra o aumento das passagens de ônibus na cidade de Nova Lima, quando os manifestantes foram atacados a balas de borracha e bombas, havendo policiais militares que atiraram mirando em manifestantes da cintura para cima. No inquérito policial militar (não se sabe se encerrado), já se apurou que a Corregedoria da PMMG considerou a conduta dos militares como normal.

Algo parecido se deu em setembro de 2015, quando manifestantes protestavam contra a prisão ilegal de Jobert Fernandes, militante do MLB, preso em razão de depoimentos obtidos por meio de tortura no sentido de que o mesmo teria ligado “gatos” de energia elétrica em ocupações urbanas de Nova Lima. Houve o uso de força desnecessária e a prisão de inúmeros manifestantes.

Constantemente militantes do MLB são ameaçados por policiais militares, e vários já foram os despejos realizados pela PMMG em Nova Lima e região com o uso de violência contra famílias pobres, que ainda tentam impedir as famílias pobres de acessar energia elétrica e água, através da tese de que isso é furto.

Na cidade de Nova Lima, as lideranças do MLB Jobert e Anderson DVD já foram presos pela PMMG várias vezes na luta pelos direitos dos sem teto.

PRISÃO ILEGAL DA ARTISTA E MORADORA DE OCUPAÇÃO URBANA MADU CARVALHO (FEVEREIRO/2017)



Madu foi presa quando voltava para sua casa e o ônibus em que estava foi parado por pessoas que atearam fogo no mesmo. Ao ser parada na rua pela PMMG, ao ser perguntada onde morava, respondendo que era moradora da Ocupação Eliana Silva, foi imediatamente presa, e acusada, segundo o que consta no boletim de ocorrência lavrado pelos policiais militares, de praticar tráfico de drogas.

REPRESSÃO AO BLOCO DE CARNAVAL FILHOS DE TCHA TCHA NAS OCUPAÇÕES DO BARREIRO E A PRISÃO/TORTURA DA LIDERANÇA INDIANARA

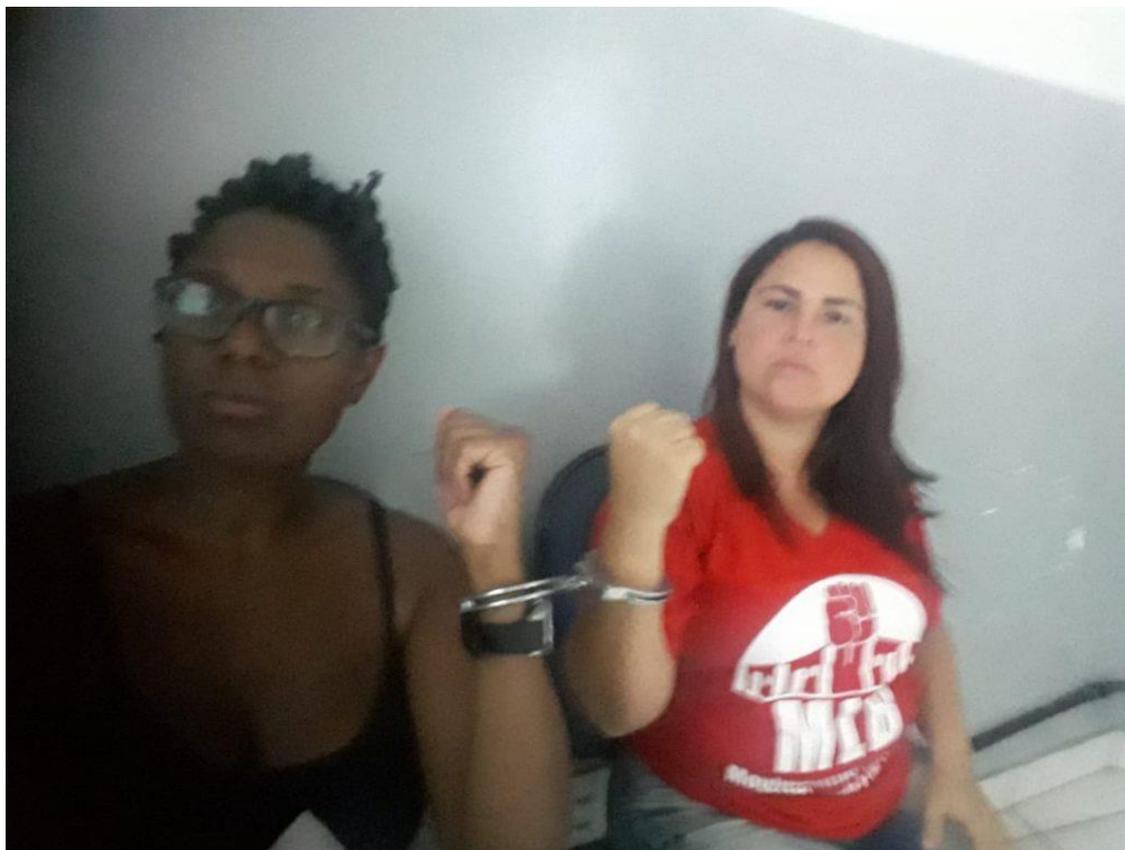


No carnaval do ano de 2018, o bloco Filhos de Tcha Tcha realizou seu cortejo nas ocupações do MLB no Vale das Ocupações, encerrando seu desfile na Ocupação Paulo Freire. Na ocasião, a PMMG prendeu a liderança do MLB Indianara e o morador da Ocupação Eliana Silva, Salviano, e atacou gratuitamente com bombas e balas de borracha os moradores e foliões, resultando em inúmeras pessoas feridas.

Indianara, além de apanhar e receber maus tratos, foi vítima de LGBTfobia por parte dos policiais militares.

Até hoje nenhuma providência foi tomada.

SEQUESTRO DAS LIDERANÇAS POLIANA, LEONARDO, MAURA E GREIÇON



Como forma de várias ocupações do MLB reivindicarem da Prefeitura de Belo Horizonte uma série de reivindicações, o MLB organizou manifestação e ocupação da Prefeitura, quando a PMMG raptou lideranças do MLB quando estas foram levadas a local induzidas a erro, acreditando que estavam se dirigindo para conseguir o objetivo da ação, que era conquistar uma reunião com os gestores da prefeitura.

Durante a ocupação da porta da Prefeitura que durou cerca de 3 dias, advogados voluntários apoiadores do MLB foram impedidos de adentrar à Prefeitura para protocolar um novo pedido de reunião.

Até hoje não houve qualquer punição a nenhuma agente público e não houve qualquer reparação às lideranças do MLB.

REPRESSÃO ÀS FAMÍLIAS DO MLB NA PORTA DO CIA (JUNHO DE 2019)

A Polícia Militar e a Polícia Civil reprimiram com o uso de bombas de efeito moral, balas de borracha e cassetetes diversas famílias do MLB que se manifestavam pacificamente contra mais uma prisão arbitrária contra a liderança Poliana Souza, na porta do CIA BH, agredindo, inclusive, um integrante da Igreja Católica que é apoiador do MLB, o Frei Agostiniano Eustáquio.

Até hoje nenhuma providência foi tomada contra os agentes responsáveis por tais abusos.

RISCOS DE REMOÇÕES FORÇADAS CONTRA DIVERSAS OCUPAÇÕES DO MLB

Como se pode ver de modo bastante resumido, as repressões e violências praticadas pelos agentes de segurança pública contra os movimentos sociais, em especial contra o MLB, possuem profundidade e amplitude intoleráveis para um Estado que se pretenda democrático e de direito.

Durante despejos ou quaisquer outras ações de luta por direitos do MLB, há o uso de força desproporcional e não razoável contra as suas lideranças e demais famílias, além de, quando dos despejos, não haver o oferecimento de quaisquer alternativas dignas.

O ato de fazer uma ocupação de um terreno abandonado e sem função social é um ato de desespero daqueles que não aguentam mais ser parte do gigante déficit habitacional de cerca de 8 milhões de famílias no Brasil, mas, infelizmente, no último período, não houve alternativa para a conquista do direito de morar dignamente que não seja esse, uma vez que os entes federados (sucessivos governos federais e estaduais e prefeitos) insistem no erro de não promover políticas sérias de habitação de interesse social que enfrentem a especulação imobiliária.

O MLB surge no ano de 1996 através da Ocupação Vila Corumbiara, região do Barreiro, comunidade totalmente consolidada nos dias de hoje, e, com efeito, nos últimos 10 anos, a partir do momento em que o MLB é reorganizado, somente através da luta desse movimento foram levantadas no Estado de Minas Gerais em torno de 12 mil moradias, tanto na região do Barreiro (o chamado Vale das Ocupações), na zona oeste de Belo Horizonte (Ocupações Vila Esperança e Vila da Conquista) e centro (Ocupação Carolina Maria de Jesus), zona norte (Ocupações Vila Nova e as 4 ocupações da Izidora - Helena Greco, Rosa Leão, Vitória e Esperança) além da Ocupação Nova Cachoeira em São José da Lapa (hoje em processo de regularização fundiária) e várias ocupações na cidade de Nova Lima.

Infelizmente, no estado de Minas Gerais, diferente de outros estados, o MLB não consegue obter dos poderes públicos negociações para a construção de conjuntos habitacionais para atender suas famílias, partindo, desse modo, para a chamada autoconstrução, onde suas famílias constroem por conta própria em parceria com uma grande rede de apoio, construir verdadeiros bairros populares.

Frise-se que todas essas comunidades a frente mencionadas possuem casas de alvenaria construídas, não existem famílias morando em madeirite ou lona, são ocupações totalmente consolidadas e enraizadas na região.

Essas ocupações, atualmente, a exceção da Vila Corumbiara, Nova Cachoeira (São José da Lapa) e Canto do Rio (Nova Lima), em geral correm risco de despejo, pois contra elas pendem processos judiciais de despejo e/ou reintegração de posse:

Além disso, também corre risco de despejo a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, casa de apoio a mulheres em situação de violência de gênero construída através de uma ocupação promovida pelo Movimento de Mulheres Olga Benário com o apoio do MLB, que até hoje permanece na parceria de construção desse equipamento de utilidade pública.

Essa possibilidade de despejo existe, pois até hoje a posse do movimento social sobre o imóvel onde funciona a Casa Tina Martins (rua Paraíba, 641) é questionada pelo Governo Estadual.

Importante destacar a gravidade do processo de perseguição e violência que é levada a cabo contra o MLB em Minas Gerais levou o Tribunal Internacional dos Despejos, espaço de denúncias realizado pela AIH (entidade internacional de defesa do direito humano de morar dignamente) no ano de 2018 a reconhecer que essa perseguição e violência contra o MLB em MG fosse reconhecido como o 6º caso de conflitos fundiários mais grave em relação a violações de direitos humanos no Brasil.

Vídeo a respeito do despejo da Ocupação Temer Jamais:
<https://www.youtube.com/watch?v=GKV0HbEaJZs&t=22s>

Vídeo a respeito da espada contra o companheiro Dinei:
https://www.youtube.com/watch?v=voc_MrfxV6k&list=RDCMUCwGdEdUO2-e4KgNTd4VSe7Q&index=2

Vídeo a respeito da repressão à ocupação da Urbel: <https://www.youtube.com/watch?v=yVmYBWinP68>

Vídeo a respeito da repressão à aumento de tarifa de passagens:
<https://www.youtube.com/watch?v=6tPIKAypKnc>

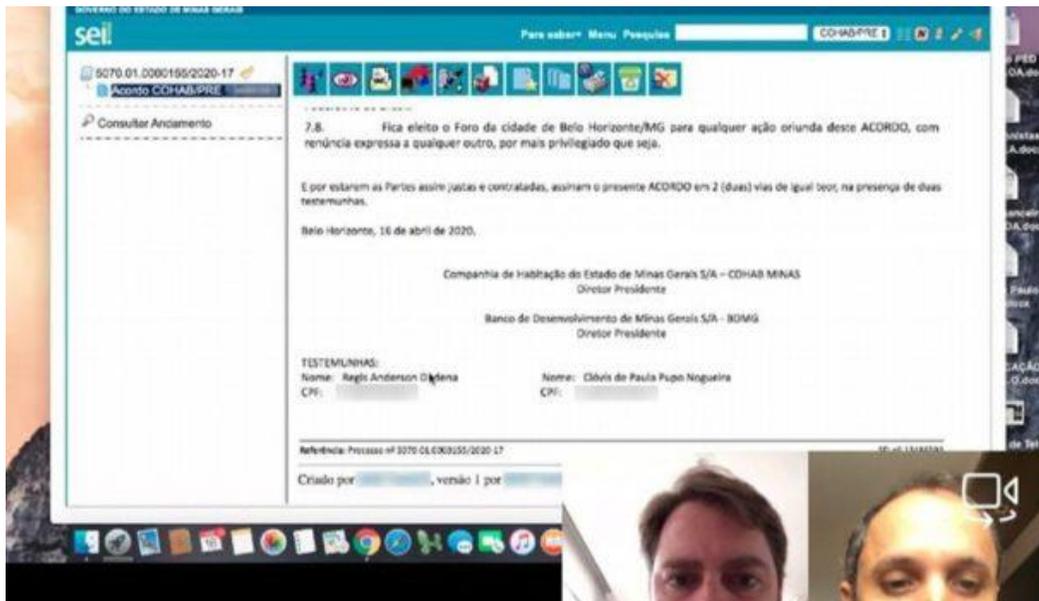
Vídeo a respeito do despejo da Ocupação Manoel Aleixo (tentativa de assassinato da militante Gabi):
https://www.youtube.com/watch?v=kE_51BEIiE&t=54s

Vídeo a respeito do despejo da Ocupação Eliana Silva I:
<https://www.youtube.com/watch?v=VpMRU0cBAP8&t=33s>

Vídeo a respeito da violência praticada contra as Ocupações da Izidora:
<https://www.youtube.com/watch?v=E9tewVeNPPU&t=3s>

== ==

4º anexo: EM PLATAFORMA VIRTUAL COHAB E BDMG FIRMAM PARCERIA PARA CRIAR FUNDO IMOBILIÁRIO



A Companhia de Habitação de Minas Gerais (COHAB) firmou, nesta quinta-feira (16/04), com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), um Acordo de Confidencialidade que marca o início da estruturação de um Fundo de Investimento Imobiliário que será constituído com a integralização de parte do

patrimônio imobiliário da COHAB. São mais de 2.100 imóveis totalizando aproximadamente R\$ 350 milhões entre terrenos de pequeno, médio e grande porte, além de imóveis residenciais e comerciais. Segundo o presidente da COHAB, Bruno Oliveira Alencar, a estruturação de um Fundo dessa natureza ajudará a dar destinações mais inteligentes a um patrimônio que possui severas distorções, como é o caso de um terreno em localização logística privilegiada e com destinação exclusiva para uso industrial. “O que justifica uma companhia de habitação possuir mais de 1.5 milhão de metros quadrados de terreno industrial? O mercado não tem absorvido nossas tentativas de vender imóveis como esse, então o Fundo se coloca como a forma mais moderna e eficaz de dar destinações inteligentes a patrimônios dessa natureza”.

Mesmo diante da pandemia, o Governo de Minas tem mantido sua agenda de trabalho a todo vapor. O documento que formaliza o Acordo foi assinado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) durante reunião realizada por meio de vídeo conferência. O presidente do BDMG, Sérgio Gusmão, revelou que foi a primeira cerimônia de assinatura virtual de sua gestão à frente do Banco, e completou “é uma enorme satisfação para o BDMG poder colocar seus mais de 30 anos de experiência em mobilização de ativos para ajudar neste projeto. Acredito que esse seja só o primeiro passo de uma promissora parceria”.

Além dos presidentes das duas instituições e suas equipes técnicas, o evento virtual contou com a participação do Presidente do INDI, Thiago Toscano. Com a mudança de comando na pasta do Desenvolvimento Econômico, Thiago passa a acumular um novo desafio: conduzir a agenda de desestatização do estado. Essa é uma bandeira do Governador Romeu Zema que visa deixar a máquina administrativa do estado mais leve e enxuta, e que agora ganha dinamismo com a nova condução. “Esse Acordo assinado hoje foi o primeiro passo dentro de um projeto bem mais amplo para a COHAB. Muito antes de assumir a desestatização tive a oportunidade de ajudar a atual gestão da Companhia em sua modelagem. Agora que assumi formalmente essa agenda espero colaborar ainda mais para a concretização desse projeto”, afirmou Thiago.

Com a assinatura do Acordo o BDMG passa a ter acesso às informações sigilosas sobre a carteira de imóveis da COHAB, e a partir daí conseguirá avaliar a viabilidade de estruturação do pretense Fundo de Investimento Imobiliário. Essa primeira etapa é decisiva, pois os levantamentos nela realizados servirão de base para seguir ou não com a operação. O cronograma dos trabalhos sinaliza que ainda no segundo semestre de 2020 já serão realizadas as primeiras entregas.

Fonte: <http://www.cohab.mg.gov.br/em-plataforma-virtual-cohab-e-bdmg-firmam-parceria-para-criar-fundo-imobiliario/>

====

Anexo 5:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR GILSON SOARES LEMES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Uberlândia/MG, em 17 de Agosto de 2020.

IGINO MARCOS DA MATA DE OLIVEIRA, brasileiro, divorciado, advogado inscrito na OAB/MG sob o N°. 82.271, com escritório a Av. João Costa Azevedo, N°. 269,

B. Prosperidade, em Uberlândia/MG, representante da Comissão Pastoral da Terra no Triângulo Mineiro, vem respeitosamente a presença de V. Exa. relatar e relacionar os processos que se seguem:

Excelentíssimo Presidente, este patrono e escritório, no exercício de seu múnus, já tem um longo histórico de defesa de comunidades, pessoas e famílias que ocupam áreas irregulares, sejam na Zona Urbana deste Município, seja na Zona Rural.

Neste sentido, e tendo em vista o entendimento a ser estabelecido com esta presidência, passamos a indicar os processos com risco de cumprimento de medida possessória durante o período reconhecido como Situação de

Emergência pela Pandemia de Covid-19:

1 – **Ocupação Fidel Castro** - 1ª Instância - 5021828-02.2016.8.13.0702 – Agravo de Instrumento - **0976692-22.2016.8.13.0000** – 920 Famílias.

2 – **Ocupação Santa Clara** - **0820930-46.2013.8.13.0702** – 700 Famílias 3 – **Ocupação Irmã Dulce** - **0702088-10.2013.8.13.0702** – 700 Famílias. 4 – **Ocupação Maná** - **0567549.10.2013.8.13.0702** – 1.200 Famílias.

Tel.: 34 – 3222-1688

e-mail: iginomarcosadv@hotmail.com

Rua João Costa Azevedo, 269 – Bairro Prosperidade – Uberlândia – MG CEP 38.407-568

- 5 – **Ocupações no Bairro Morada Nova** – Diversos processos, com cerca de 2.000 famílias, todas ajuizadas pelo Município de Uberlândia/MG.
- 6 – **Ocupação na Zona Oeste de Uberlândia/MG, próximo ao Anel Viário - 4975680-11.2008.8.13.0702 – 120 Famílias.**
- 7 – **Bairros Dom Almir, Prosperidade, Celebridade e Joana D’arc – 2.000 Famílias** atingidas por diversos processos.

Importante ressaltar, que somente o município de Uberlândia/MG, tem em tramitação, atualmente mais de 40 (quarenta) ações possessórias contra diversas pequenas comunidades espalhadas pelo município, sendo que muitas dessas comunidades atendem aos requisitos da Lei 13.465/17 para receberem a Regularização Fundiária dessas áreas. Neste sentido, e indo no encontro do intuito desta presidência de fomentar a conciliação, sugerimos a formação de uma **Câmara Técnica**, para avaliar e realizar a aplicação da Regularização Fundiária de áreas que atendam aos requisitos da lei, com participação deste Tribunal, destes patronos, da Defensoria Pública, Ministério Público e do Município.

Desta forma, entendemos que superaremos as dificuldades enfrentadas pelo município na aplicação e pelos patronos dos moradores no requerimento dos institutos presentes na Lei 13.465/17, a Lei de Regularização Fundiária.

Por fim, ressaltamos que trata-se de levantamento inicial, que pode ser alterado, como por exemplo, no caso de Ocupações do Bairro Morada Nova, em que o Município de Uberlândia tem realizado o ajuizamento constante de ações contra famílias que há mais de 10 (dez) anos ocupam diversas áreas públicas. Naquele local há dezenas de áreas ocupadas atualmente, sendo que foram propostas pelo município algumas Ações Possessórias, as quais ainda não foram devidamente localizadas por este procurador. Tão logo tenha os números de processo e demais informações em mãos, informará a esta Presidência.

Tel.: 34 – 3222-1688

e-mail: iginomarcosadv@hotmail.com

Rua João Costa Azevedo, 269 – Bairro Prosperidade – Uberlândia – MG CEP 38.407-568

Nos colocamos a disposição em caso de dúvidas ou de quaisquer outras informações que se façam necessárias.

Cordialmente,

- Assinado Digitalmente -

IGINO MARCOS DA MATA DE OLIVEIRA OAB/MG 82.271

Advogado da Comissão Pastoral da Terra - Triângulo Mineiro

=====

Observação final: Segue, em anexo na íntegra: 1) Relatório atual da Mesa de Negociação do Governo de MG com as ocupações; 2) Relatório da Mesa de Negociação, mais completo, de dezembro de 2018, com 309 ocupações listadas, sendo que a maioria dessas e outras estão sob forte tensão de ameaça de despejo (reintegração de posse).

Gratidão a todos/as que contribuirão na construção deste Relatório.

Obrigado pela atenção!

A coordenação da CPT/MG e todos/as agentes de pastoral da CPT no estado de MG seguem ao lado dos camponeses na luta pela terra no campo e também na cidade, pois direito à terra e a moradia digna são direitos humanos fundamentais.

Estamos à disposição para complementares informações.